

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

O Setor de Serviços no Brasil de 1992 a 2001:

O contraste rural-urbano

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas - UNICAMP, sob a
orientação do Prof. Rodolfo Hoffmann.

Christian Freitas Pereira

Campinas, dezembro de 2003

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

P414s Pereira, Christian Freitas.
O setor de serviços no Brasil de 1992 a 2001 : o contraste rural-urbano/ Christian Freitas Pereira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Rodolfo Hoffmann.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Serviços (Economia). 2. Mão-de-obra – Zona rural. 3. Renda – Distribuição. I. Hoffmann, Rodolfo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

**À minha mãe e ao meu pai,
por tudo...**

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Rodolfo Hoffmann pela excelente orientação e auxílio na elaboração desta dissertação.

Aos professores, funcionários, colegas e amigos do Instituto de Economia da Unicamp que direta ou indiretamente colaboraram para a execução desta dissertação.

A toda equipe do Projeto Rurbano, em especial ao Professor José Graziano da Silva, a Mauro Del Grossi, a Carlos Alves do Nascimento e a Tiana. Neste grupo iniciei como estagiário em 1997 e tive a oportunidade de apresentar alguns resultados desta dissertação.

A FAPESP, que viabilizou a participação no curso e a conclusão deste trabalho, fornecendo uma bolsa de mestrado e recursos de reserva técnica que financiaram a compra de equipamentos fundamentais para o processamento dos dados.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	1
1.1 O CRESCIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS	1
1.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS	1
1.3 O PROBLEMA E AS HIPÓTESES	2
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	3
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	3
2 - O SETOR DE SERVIÇOS NO MEIO RURAL	5
2.1 INTRODUÇÃO E ASPECTOS GERAIS	5
2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS DOS SERVIÇOS NO MEIO RURAL	9
2.3 O POTENCIAL DE CRIAÇÃO DE OCUPAÇÕES EM SERVIÇOS NO MEIO RURAL	11
2.4 NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	14
2.5 TURISMO RURAL	18
2.6 O EMPREGO DOMÉSTICO	20
2.7 CONCLUSÃO	22
3 - METODOLOGIA	23
3.1 OS DADOS DA PNAD, A CLASSIFICAÇÃO RURAL/URBANA E O SETOR DE ATIVIDADE	23
3.2 RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA E A DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI	27
4 - O CRESCIMENTO DAS PESSOAS OCUPADAS EM SERVIÇOS NA ÁREA RURAL DO BRASIL DE 1992 A 2001	33
4.1 INTRODUÇÃO	33
4.2 AS OCUPAÇÕES EM SERVIÇOS	34
4.3 AS NOVAS OCUPAÇÕES EM SERVIÇOS NO MEIO RURAL	41
4.4 O CRESCIMENTO DAS OCUPAÇÕES NO SETOR DE SERVIÇOS	48
4.5 OS OCUPADOS EM SERVIÇOS EM ALGUNS ESTADOS COM NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DE URBANIZAÇÃO DIFERENTES	59
5- OS SERVIÇOS E A DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA ÁREA RURAL	65
5.1 OS SERVIÇOS E A DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA ÁREA RURAL BRASILEIRA	66
5.2 OS SERVIÇOS E A DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA ÁREA RURAL PAULISTA	71
5.3 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS DIVERSAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	75
6- CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXOS	85

RESUMO

Há muito tempo observa-se o crescimento do número de pessoas ocupadas no setor de serviços. Este crescimento se dá em vários países e por diferentes motivos. A nossa preocupação nesta dissertação é, levando-se em conta este já conhecido crescimento do setor de serviços e suas peculiaridades (diferenças das ocupações que surgem segundo o nível de desenvolvimento do país), analisarmos como este crescimento ocorre no meio rural brasileiro e quais são suas particularidades, contrapondo-o com o crescimento dos serviços no meio urbano.

O aumento dos ocupados em serviços no meio rural é um aumento consideravelmente maior do que o aumento dos ocupados em serviços no meio urbano? Isto se deve à crescente urbanização do meio rural? Vamos verificar também a questão da renda destes serviços, analisando como ela afeta a distribuição da renda na área rural.

O tema de nossa dissertação de mestrado é: O setor de serviços do Brasil de 1992 a 2001: o contraste rural-urbano, pesquisa esta financiada pela FAPESP e orientada pelo Professor Rodolfo Hoffmann no Instituto de Economia da Unicamp.

Utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), série dos anos 90 (1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999) e também utilizamos a PNAD do ano de 2001, fazendo tabulações especiais com o software SPSS e com o SAS. Escolhemos o grupo ocupacional (classificado na metodologia da Pnad) serviços e seus subgrupos. Para avaliar a contribuição do rendimento da atividade em serviços para a desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* será usada a metodologia de decomposição do índice de Gini descrita por Pyatt et al. (1980).

Foi feito um panorama geral da questão do setor de serviços, em especial do aumento do número de pessoas ocupadas no setor de serviços no meio rural brasileiro. Depois, descrevemos como tratamos os dados e os procedimentos necessários para analisá-los. Analisamos os resultados que obtemos dos ocupados em serviços do meio rural brasileiro, paulista e de alguns estados. E, finalmente, apresentamos nossas avaliações sobre a questão da renda e alguns resultados que demonstram a contribuição ou não da renda dos serviços para reduzir a desigualdade.

1-Introdução

1.1 O Crescimento do setor de serviços

Há muito tempo observa-se o crescimento da proporção de pessoas ocupadas no setor de serviços. Este crescimento se verifica em vários países e por diferentes motivos. Tendo em conta esse já conhecido crescimento do setor de serviços e suas peculiaridades (diferenças das ocupações que surgem segundo o nível de desenvolvimento do país), neste trabalho vai-se analisar como esse crescimento ocorre no meio rural brasileiro e determinar suas particularidades, contrapondo-o ao crescimento dos serviços no meio urbano.

Também será objeto de estudo a questão da renda relacionada a esses serviços, ou seja, a forma como ela afeta a distribuição da renda na área rural. Será que a renda dos ocupados em serviços vai ajudar a reduzir a desigualdade dessa distribuição? São estas as questões principais que tentaremos responder e analisar ao longo deste trabalho.

1.2 Objetivos e Justificativas

O tema de nossa dissertação é: *O setor de serviços no Brasil de 1992 a 2001: o contraste rural-urbano*. A seguir justifica-se a escolha deste tema. O meio rural brasileiro mostra uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Enquanto ocorre uma redução da ocupação nas atividades agrícolas, vêm aumentando o número de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas no meio rural, as quais proporcionam uma remuneração maior do que a obtida nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional. O meio rural do Brasil já não é mais estritamente agrário, observando-se o crescimento de um conjunto de atividades não-agrícolas – como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), além do comércio e da indústria. Está ocorrendo uma verdadeira urbanização do meio rural brasileiro (ver, a respeito, Graziano da Silva, 1996).

Assim, podemos observar que o meio rural brasileiro também contribui significativamente para o incremento das ocupações no setor de serviços no Brasil. Os serviços domésticos representam uma grande parcela dos ocupados em serviços que habitam o meio rural. Entretanto, existem outras ocupações que surgiram com a urbanização do trabalho rural, como motoristas de ônibus, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores.

1.3 O problema e as hipóteses

O problema central é a análise do aumento das ocupações em serviços tanto na área urbana como na área rural. O aumento dos serviços na área rural é um aumento na mesma proporção que o aumento de serviços na área urbana? Este aumento pode ser considerado um aumento generalizado no setor de serviços, independentemente da área ser urbana ou rural? Ou há um aumento específico dos serviços na área rural? A nossa resposta preliminar ao problema a ser investigado é que este aumento é em maior proporção na área rural do que na urbana. Ocorre de uma forma mais intensa e não pode ser considerado generalizadamente apenas como um aumento no setor de serviços, independente da área. Este fenômeno está associado a fatores que reforçam o aumento das ocupações não-agrícolas na área rural, tais como: mecanização agrícola, informatização das áreas rurais, grande aumento no número das agroindústrias demandando serviços novos (secretárias, motoristas, técnicos em geral) e mais especializados e, por este motivo, fazendo com que o aumento dos serviços no meio rural seja mais acentuado e diferenciado do que o aumento dos serviços no meio urbano. Ocorre uma especificidade do crescimento dos serviços na área rural. Este crescimento maior nos serviços se dá porque os serviços no meio rural não são ainda tão diversificados quanto os serviços no meio urbano.

Além disto, verificamos como este aumento das ocupações em serviços contribui para a formação do rendimento das pessoas. A renda fica mais concentrada? Analisamos como são distribuídos estes rendimentos, e como estes rendimentos influenciam a distribuição da renda.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD -, série dos anos 90 (1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999)¹, e também microdados da PNAD de 2001, fazendo tabulações especiais com o software SPSS e com o SAS. Foi escolhido o grupo ocupacional serviços e seus subgrupos (Comércio de Mercadorias, Prestação de Serviços, Serviços Auxiliares, Transporte e Comunicações, Social e Administração Pública), conforme classificação utilizada na PNAD. Para avaliar a contribuição do rendimento da atividade em serviços para a desigualdade do rendimento domiciliar per capita será usada a metodologia de decomposição do índice de Gini descrita por Pyatt et al. (1980).

1.5 Estrutura da dissertação

Esta dissertação é constituída de seis capítulos que são apresentados da forma que se segue.

No primeiro capítulo foi feito um panorama geral da questão do setor de serviços, em especial do aumento dos ocupados em serviços no meio rural brasileiro. Esse panorama é uma introdução para facilitar a compreensão das questões a serem discutidas nos próximos capítulos.

No capítulo 2 será realizada uma revisão bibliográfica sobre o setor de serviços, particularmente o setor de serviços no meio rural.

No terceiro capítulo será descrita a forma como foram tratados os dados e os procedimentos necessários para tabulá-los e analisá-los.

No quarto capítulo são analisados os resultados obtidos a respeito dos ocupados em serviços do meio rural brasileiro, paulista e de alguns estados.

¹ Estes anos são os anos referentes aos anos da pesquisa. As PNADs são, geralmente, publicadas no ano seguinte ao da pesquisa.

No quinto são apresentadas as avaliações sobre a questão da renda e são apresentados alguns resultados que mostram a contribuição da renda dos serviços para reduzir ou aumentar a desigualdade.

O sexto capítulo é a conclusão de nosso trabalho: mostra-se como o objetivo foi atingido e analisam-se as questões ainda pendentes que sugerem novas pesquisas.

2 - O setor de serviços no meio rural

2.1 Introdução e aspectos gerais

De acordo com Graziano da Silva e Del Grossi (1996), o espaço rural do Brasil vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior. Este espaço tem sido foco crescente de valorização para fins não-agrícolas. Tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar os custos (proximidade da matéria-prima, mão-de-obra menos onerosa e não sindicalizada, impostos mais baixos) ou as externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos). Atualmente constata-se um aumento significativo das ocupações no setor de serviços, especialmente no setor de serviços com baixa remuneração e/ou precários segundo Kon (1998).

Segundo Campanhola e Graziano da Silva (2000), o meio rural brasileiro apresenta uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Enquanto ocorre uma redução da ocupação nas atividades agrícolas, vêm aumentando o número de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas no meio rural, as quais proporcionam uma remuneração maior do que a obtida nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional. O meio rural do Brasil já não é mais estritamente agrário, observando-se o crescimento de um conjunto de atividades não-agrícolas – como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), além do comércio e da indústria. Está ocorrendo uma verdadeira urbanização do meio rural brasileiro.

O que seguiu as pessoas no campo brasileiro, nos anos 90, não foram as atividades agropecuárias “estrito senso”, mas sim as ocupações não-agrícolas. Nos anos 90 houve uma queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do país. Esta queda é sempre bem maior do que a redução da População Economicamente Ativa rural ocupada, pois em várias regiões do país podem ser constatadas elevadas taxas de crescimento de atividades rurais não-agrícolas nos anos 90 (levando em consideração as diversidades regionais). Estas ocupações rurais não-agrícolas são heterogêneas, e nelas podem estar incluídos desde

empregadas domésticas, motoristas de ônibus, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores e até técnicos altamente especializados (Laurenti e Del Grossi, 2000).

A procura pelas áreas rurais não é exclusividade das indústrias. Há também uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneada por questões ecológicas, preservação da cultura “country”, lazer, turismo ou para moradia. Observa-se em todo o mundo uma preocupação crescente com a preservação ambiental, que, por sua vez, estimulou novo filão do turismo: o ecológico. Esta nova forma de valorização do espaço vem remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas.

Com a valorização da cultura “country”, é simbólico o crescimento das festas de peões pelo interior brasileiro. A atividade de turismo rural também está se expandindo, o que se reflete no número ascendente de Fazendas-hotel e pousadas rurais.

O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer. Na última década, milhares de pesque-pagues proliferaram pelo interior. Nestes, a produção de peixes propriamente dita não é a maior fonte de renda, mas sim os serviços prestados nos pesqueiros, visando populações urbanas de rendas média e baixa. Também se observa a expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior do Brasil. Por fim, as dificuldades crescentes de ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, simultaneamente com o avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda.

Segundo Del Grossi (1999), é o crescimento dessa População Economicamente Ativa rural não-agrícola que vem mantendo o contingente dos residentes rurais. Enquanto a quantidade dos ocupados na agricultura cresceu até 1985/86 e depois passou a decrescer continuamente, a População Economicamente Ativa rural não-agrícola cresceu em quase um milhão de pessoas em todo o País entre 1981 e 1995, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

O Nordeste concentra, em valores absolutos, boa parte desta população rural não-agrícola do Brasil (44%), seguido pela região formada pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e, em seguida, o Estado de São Paulo. Mas, em termos relativos, está em São Paulo a maior proporção da população ocupada em atividades não-

agrícolas no meio rural. A população rural não-agrícola vem crescendo rapidamente no Estado de São Paulo e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. O rápido crescimento em São Paulo e na Região Sudeste, entre 1981 a 1995, por exemplo, compensou em parte a redução nos postos de trabalhos agrícolas que vem ocorrendo nestas regiões. Na Região Centro-Oeste a população agrícola vinha crescendo nos anos 80, mas começou também a se reduzir nos anos 90, enquanto a população rural não-agrícola crescia. A queda da população ocupada na agricultura nessas regiões vem confirmar a continuidade da redução nos postos de trabalho nas áreas de agricultura mais moderna.

Nas Regiões Nordeste e Sul a situação é distinta. No Nordeste o agrícola e o não-agrícola rurais crescem entre 1981 e 1995. No Sul, a redução na População Economicamente Ativa agrícola não tem sido compensada pelo crescimento nas mesmas proporções das ocupações não-agrícolas.

A participação relativa da população ocupada em atividades não-agrícolas varia entre as regiões do Brasil. No estado de São Paulo, a participação dos trabalhadores não-agrícolas atinge quase 50% da população ocupada rural. Mesmo nas regiões Sul e Nordeste, que têm os valores mais baixos para essa participação, os trabalhadores rurais não-agrícolas são um contingente expressivo, constituindo pouco mais de 1/5 do total de trabalhadores rurais.

O Ramo da Prestação de Serviços, segundo Graziano da Silva (1996), é o que mais se sobressai dentre as atividades rurais não agrícolas, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas em todo o País em 1995. Seguem-se, em ordem de importância, as atividades na Indústria de Transformação, que ocupavam quase 800 mil pessoas no mesmo ano, as do Comércio de Mercadorias e os Serviços Sociais, com cerca de 500 mil pessoas cada, e em menor escala as atividades da Construção Civil, com cerca de 400 mil pessoas. Note-se que agregando os ocupados nos diversos Ramos de Serviços obtém-se mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais no País em 1995.

Juntamente com a Industrialização, o mercado nacional desenvolveu serviços auxiliares às empresas e serviços de consumo final. Os serviços, segundo Kon (1998), se ampliaram, não somente devido às necessidades de um ambiente metropolitano, mas também de acordo com as necessidades de absorção da mão-de-obra não empregada no

setor formal. O setor terciário foi um escoadouro para o excedente de mão-de-obra de outros setores (tanto da indústria quanto da agricultura).

Os serviços apresentam grande heterogeneidade (principalmente nos países não desenvolvidos), heterogeneidade superior à dos demais setores da economia. Englobam os serviços modernos e os serviços tradicionais. Este setor apresenta diferentes comportamentos decorrentes das políticas governamentais que são adotadas. Tem capacidade de absorver tanto a mão-de-obra não qualificada como a mão-de-obra de maior qualificação. Englobam atividades bastante diversificadas. Devido às características específicas do mercado de trabalho brasileiro, grande parte dos empregos no terciário são ocupações sem registro ou autônomas. A modernização das atividades de serviços no Brasil ainda é lenta.

É crescente a importância das atividades não-agrícolas no meio rural. E dentre estas atividades, as atividades do setor de serviços tem um elevado crescimento. Levando-se em conta isto, vamos analisar o setor de serviços no meio rural.

Inicialmente iremos destacar alguns aspectos econômicos dos serviços no meio rural, tais como: a problemática da dicotomia rural-urbano, a diversificação das ocupações da sociedade rural, a homogeneização da cultura e dos modos de vida rural e urbano.

Logo em seguida, analisaremos o crescimento das ocupações em serviços e a renda gerada por estas ocupações. Discutiremos este crescimento (por meio da análise de dados da PNAD) e a importância da renda gerada pelos serviços no meio rural. Além disto, apontaremos os avanços que vem ocorrendo nas telecomunicações e a dinamização do emprego e da renda no meio rural.

Além disto discutiremos as novas ocupações em serviços que surgiram com a “urbanização” do meio rural e a crescente diversificação de atividades. Por último, são feitas algumas indicações (sugestões) de políticas que incentivem estas novas atividades não-agrícolas no que se diz respeito à possibilidade de geração de emprego e renda.

2.2 Aspectos econômicos dos serviços no meio rural

De acordo com Mingione e Pugliese (1987), não se deve atribuir à dicotomia rural-urbano um valor interpretativo. Pode-se aceitar essa dicotomia como uma forma convencional de agregar as questões. O problema desta dicotomia é até que ponto ela esconde fenômenos sociais importantes e até que ponto corresponde à realidade. Esta utilização tenta representar o conflito de duas realidades sociais diferentes (o rural e o urbano) como uma função do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. São duas polarizações estereotipadas e usá-las simplifica a explicação de processos sociais complexos e inter-relacionados. Atualmente, o que separa o rural do urbano é, sobretudo a dimensão dos aglomerados que se repartem pelo território, havendo uma crescente semelhança de hábitos, consumos e padrões culturais. Esta homogeneização contribui para tornar a população agrícola mais propensa para se reencontrar em torno de propostas que abram o território e os seus usos a toda a população.

A tendência para a homogeneização da cultura e dos modos de vida rural e urbano, além da emergência da questão ambiental e procura da natureza por parte da população urbana, teve tempos, ritmos e contornos muito diferentes de uma região para outra. Isto vai alimentando o desenvolvimento, no espaço rural, de um mercado de atividades como o turismo, produtos agrícolas tradicionais, artesanato, lazer e desporto, visita e fruição das paisagens e dos patrimônios cultural e arquitetônico e também de segundas habitações. São os consumidores _ marcados pela desconfiança em relação à qualidade da alimentação, com nostalgia pelos produtos e territórios de outros tempos _ que abrem caminho para a constituição, no espaço rural, de um mercado destas atividades.

Há uma busca crescente pelo interior rural e remoto, bem como roteiros e destinos alternativos de férias, de lazer, de recreação e de descanso. As atividades ligadas à procura da natureza e da tradição são territorializadas e indissociáveis do local onde são produzidas e a constituição social do seu mercado exige que os consumidores possam percorrer o espaço rural. Sendo assim, as vias de comunicação são um elemento chave na formação deste mercado. A melhoria das estradas e telecomunicações tem contribuído para favorecer o encontro dos consumidores com a natureza e o mundo rural. O grande problema é, segundo Baptista (2000), que no turismo em espaço rural, bem como nas atividades de lazer

e desportivas que lhe estão associadas, foram, sobretudo as famílias com posições fundiárias dominantes a nível local que se beneficiaram das políticas que têm apoiado este turismo. Em muitas localidades, os agricultores familiares, em sua maioria, retraíram-se. Desta forma, podemos verificar que existem dois tipos de ocupações em serviços dos habitantes do meio rural:

1- ocupações em serviços dos que deixaram o campo e foram para a cidade trabalhar nos serviços tipicamente urbanos: camelôs, cabeleireiros, etc.

2- ocupações para os que permaneceram no campo ou para lá se dirigiram ocupando-se dos novos serviços no meio-rural: hotéis-fazenda, pesque-pagues, parques temáticos, etc.

Podemos observar que ocorre uma crescente difusão das atividades industriais e de serviços no meio rural ou nos centros urbanos de fácil acesso por parte da população agrícola. Muitos trabalham em fábricas e nos serviços e vivem na exploração agrícola que cultivam nos fins-de-semana e nos períodos livres. Assim, a sociedade rural diversificou-se, não através da agricultura, mas ao sabor das articulações com a cidade e das oportunidades de emprego na indústria e nos serviços.

Segundo Saraceno (1997), grandes proprietários estão vendo a oportunidade de ofertar serviços para os pequenos que concordam em adquiri-los. Todas as operações mecanizadas tornam-se serviços de distintas formas: aragem, fertilização, pulverização, colheita, etc. Isto é muito mais conveniente para os proprietários de terra, pois as necessidades dos serviços podem mudar de um ano para outro, e isto permite ter flexibilidade no uso dos fatores de produção. Os pequenos são os maiores clientes destes serviços, mas, dependendo do tipo de operação, tanto os médios quanto os grandes podem beneficiar-se destes serviços, tanto pelo lado da demanda quanto pelo da oferta.

Arnalte (1989) assinala a importância das compras dos agricultores, que são cada vez mais compras de serviços e não compras de bens. Diversos autores afirmam que a expansão continuada do setor de serviços nos países industrializados não pode ser explicada somente pela elasticidade-renda mais elevada da demanda de serviços em comparação com a demanda de bens. Este crescimento se deve à maior demanda de serviços intermediários por parte de empresas de todo o tipo que externalizam certas tarefas para atingir um melhor aproveitamento das correspondentes economias de escala ou para evitar, em alguns casos, problemas trabalhistas.

Está diminuindo a diferenciação da estrutura econômica e social das atividades nas áreas urbanas e rurais: o campo já não concentra mais só atividades agrícolas, assim como as indústrias e atividades de serviços já não estão mais só concentradas nas cidades. Haja visto o crescente número de hotel-fazendas, pesque-pagues, parques temáticos e indústrias de tecnologia no meio rural. Existe também uma busca por moradia nas áreas rurais pelas mais diferentes razões: custo de vida, estilo de vida rural e segurança - e algumas atividades Industriais e de serviços são atraídas para as regiões rurais. É uma reação em cadeia. O aumento da oferta de serviços no campo faz com que melhorem as condições de vida e emprego no campo, isto atrai novos profissionais para o campo. Alguns destes profissionais vão ofertar novos serviços, o que fará com que ocorra uma nova melhoria nas condições de vida no campo e assim fecha-se o ciclo virtuoso.

2.3 O potencial de criação de ocupações em serviços no meio rural

De acordo com Marsden & Cavalcanti (1999), existe um potencial nas áreas rurais para atrair pessoas. Este potencial é dado por sua boa qualidade de vida (pelo menos nos países mais desenvolvidos). O movimento de pessoas (e até mesmo de empresas) em direção às áreas rurais pode ser parcialmente atribuído aos novos valores no espaço rural – meio-ambiente limpo, vida em comunidade, espaço para o lazer, paisagens agradáveis, estilo de vida saudável, cultura rural e também, em alguns casos, disponibilidade de construções, mão-de-obra barata e de confiança e baixo custo de vida.

Atualmente as áreas rurais oferecem distintos modos de vida. Para alguns lugares isto se torna a base dos produtos e serviços que eles vendem para fora, quer como turismo ou artesanato ou especialidades regionais. Para outras áreas, a proteção da identidade local (expressa como um atributo social ou natural) é a razão para rejeitar algumas formas de desenvolvimento.

Com isto, de acordo com Marsden, ocorre a criação de novos produtos que vão criar novos mercados. Produtos estes que vão ser constantemente criados e destruídos. Um exemplo é o pesque-pagues onde um hábito de lazer se transformou em um serviço agregado prestado.

Para García Sanz (1994), a atividade rural está sofrendo uma profunda transformação, com perda contínua da ocupação no setor agrário e incremento em outros setores, principalmente na construção e nos serviços. As atividades rurais não dependem tão diretamente da agricultura como no passado. Está ocorrendo um processo de diversificação ocupacional com tendência à terceirização. Ocorre uma valorização crescente da agricultura como guardião e protetora da natureza e do meio-ambiente, o que pode repercutir de forma favorável na recuperação de certos espaços que podem atuar como atrativos para intensificar as relações da sociedade rural com a sociedade urbana. Além de certos serviços tradicionais da comunidade rural (bares, vendas), ocorre crescimento de outras atividades como a construção, certos trabalhos vinculados a atividades artesanais, pequenas indústrias de transformação de produtos agroalimentários e serviços. É interessante observar que tudo isto já existe há muito tempo na área rural; o que ocorre é um aumento de sua incidência.

Segundo Mendras (1992), a sociedade rural tende a se diversificar cada vez mais, sendo crescente o número dos empregados no setor terciário. O prolongamento do tempo de lazer e da aposentadoria suscita as migrações semanais sazonais e vitalícias rumo ao campo e às pequenas cidades, acarretando a proliferação das residências secundárias.

García Sanz (1994) também ressalta que a agricultura e a mecanização geram uma ampla rede de demanda que vai desde a oferta de maquinaria agrícola até os serviços mecânicos de reparação; desde a infra-estrutura bancária até a oferta de novos serviços burocráticos de apoio à exploração. Cresce a importância dos serviços orientados a cobrir a demanda de alimentos da população residente e dos temporários como: barracas de alimentos, supermercados, serviços que dão uma resposta às necessidades de ócio e tempo livre (bares e discotecas).

Segundo Moyano (2001), novas profissões estão por ser inventadas para responder às demandas dos consumidores e cidadãos em geral. Esta demanda vai crescendo com a urbanização, a redução no tempo de trabalho e o prolongamento da esperança de vida. Assim temos que dar atenção às ocupações relativas à cultura, saúde, educação e turismo. Desta maneira, o meio rural deve aproveitar a potencialidade que possui em relação à natureza, paisagem, meio-ambiente e água. Uma agricultura para o futuro poderá ser também uma agricultura criadora de riquezas através da produção de bens e serviços

considerados não-materiais: paisagens harmoniosas, terras ricas, água limpa, meio-ambiente viável e uma natureza variada. Atividades estas que já vem ocorrendo em algumas partes da Europa. Um exemplo clássico são os incentivos oferecidos para os “jardineiros da natureza” na França onde alguns agricultores recebem subsídios para manter sua atividade e preservar a natureza.

É importante notar que estes bens e serviços não-materiais não são bens que podem ser completamente transformados em mercadorias e nem deslocados. Assim, temos que levar em conta que os produtores destes bens demandam apoio do Estado pelo fato de que estes bens e serviços são de interesse público. Desta forma, ao contrário das produções materiais que devem ser orientadas para o mercado, os bens e serviços de natureza não-material deveriam ser objeto de remuneração e proteção por parte do setor público.

Há uma nova roupagem para o meio rural, onde as atividades agrícolas exclusivas passam agora a atuar junto com outras atividades, principalmente atividades de serviços. Isto provoca uma nova dinâmica no meio rural e traz consigo a necessidade de que sejam adotadas novas políticas para estas novas atividades rurais.

Assim, as políticas rurais devem incluir estímulos para a diversificação das rendas dos agricultores, apoiada na extensão das atividades agrícolas ou para-agrícolas (orientação para produtos de qualidade) ou na prestação dos diversos tipos de “serviços rurais”. Entretanto, este tipo de estímulo, quando se apoia fundamentalmente na mesma política agrária e na mesma estrutura, tem um resultado limitado (especialmente em regiões em que não existe um tecido empresarial agrícola consolidado que possa transformar-se neste novo “empresariado rural”). Estes incentivos podem não ser suficientes para atingir um verdadeiro desenvolvimento das zonas rurais e deve coordenar-se com os mais poderosos instrumentos da política regional. Devem-se adotar políticas regionais de coesão que impulsionem a redistribuição geográfica da atividade econômica, evitando que estas políticas agravem os desequilíbrios internos das regiões aonde se aplicam.

Segundo Almeida (1974), a batalha do emprego tem de ser travada na área rural, com o objetivo de tentar aumentar o emprego através de uma maior utilização da mão-de-obra rural. É importante introduzir modificações nas políticas públicas com o objetivo de elevar a absorção de mão-de-obra em atividades agrícolas e não-agrícolas rurais.

O setor de serviços constitui a principal área de criação e expansão do emprego, tornando fundamental o estudo das ocupações e rendas no setor de serviços na área rural. Entretanto, também devemos estar atentos ao problema de que este setor pode se constituir como sendo um depósito de uma força de trabalho marginalizada em busca de seu sustento.

Quando analisamos os serviços podemos observar algumas questões segundo Almeida (1974): as estatísticas relacionadas com os serviços podem não ter acompanhado sua evolução mais recente, deixando de incorporar, ou de destacar atividades que surgiram ou que ganharam importância ao longo do tempo. As informações disponíveis ainda não permitem conhecer o que significa em termos de geração de renda e de emprego atividades como: serviços de consultoria; auditoria; fotográficos; corretagem de câmbios, valores e imóveis; instituições de pesquisa; produção, distribuição e comercialização de filmes e outros.

2.4 Novas formas de organização da produção agrícola

Levando em consideração a ampliação dos serviços no meio rural discutida anteriormente, enfatizaremos agora a questão da “agricultura de gestão”, demonstrando como esta forma de organização da produção agrícola se constitui numa etapa mais avançada da aplicação de capital na produção agrícola. Ela apresenta, além das modificações de caráter organizacional, uma potencialização do ritmo de acumulação de riqueza no âmbito da agricultura. Essa nova forma de organização da produção agrícola experimenta, segundo Laurenti (1996), uma taxa de rentabilidade do capital total adiantado maior do que aquela apresentada pela produção agrícola fundada em unidades de produção que dispõem, em estoque, de todo o tipo de maquinaria necessário para a condução dos trabalhos agrários.

A maior rentabilidade relativa das unidades agrícolas típicas da “agricultura de gestão” não advém somente da redução nos custos de produção, cuja contabilidade usual omite o custo de oportunidade associado ao risco de perda de safra, e da transferência dos encargos trabalhistas.

Junto com a redução do período de rotação do capital adiantado à produção agrícola derivado da terceirização, a “especialização flexível” é a condição que habilita a “agricultura de gestão” a apresentar uma potencialização da taxa de rentabilidade do capital adiantado pelo empreendedor da produção agrícola. No caso da execução de todo o elenco dos trabalhos agrários via empreita de serviços, o que se verifica com a não imobilização do capital na formação do estoque de maquinaria é que o capital adiantado pelo empreendedor da produção agrícola e proprietário das terras que cultiva, passa a ser composto apenas do capital fundiário e do capital que se renova totalmente a cada período de produção.

Juntamente com a redução do tempo de rotação do capital o empreendedor da produção agrícola passa a se defrontar apenas com despesas proporcionais ao volume de produção e com menor risco de falência.

Quanto à oferta dos serviços agrários, tem-se que a empresa capitalista executora dos trabalhos também conta com uma maior maleabilidade da taxa de lucros para um mesmo volume de capital materializado em instrumentos de trabalho. A utilização supra empresarial (em várias unidades agrícolas) de um mesmo conjunto de instrumentos de trabalho faculta a rotação de um montante de capital adiantado maior que aquele passível de ser utilizado numa unidade agrícola cuja extensão da área cultivada requeira um volume de jornadas de trabalho inferior. Além disso, a empresa executora dos trabalhos agrários conta, ainda, com um menor tempo de circulação do capital quando o pagamento ocorre imediatamente após o término do serviço.

A terceirização parcial é um processo que se caracteriza pela diferenciação econômica. Aqui, a referência é a condição de que tais movimentos não evoluem sem contraposição, conforme atestam as práticas de aluguel e de aquisição coletiva de máquinas agrícolas, assim como a compra de máquinas ou peças parcialmente depreciadas, ou de segunda mão. Além do que, tal processo tem implicado na diferenciação econômica dessa categoria de produtores pela inclusão de um novo tipo, o do “trabalhador equipado”².

Temos alguns fatores intrínsecos e extrínsecos à produção agrícola, que se contrapõem à generalização da prática de terceirizar a execução dos trabalhos agrários na agricultura moderna, ou seja, existem fatores que favorecem a preservação da unidade entre

² Refere-se ao trabalhador que é proprietário dos instrumentos de trabalho que utiliza. Corresponde à denominação de “trabalhador auto-empregado”.

o capital e o trabalho. A heterogeneidade das formas de operações da produção agrícola e a diversidade do atual conjunto de máquinas favorecem a preservação da posse de uma parte do elenco dos modernos instrumentos de trabalho e, por conseguinte, a manutenção, também parcial, de postos de ocupação da mão-de-obra no âmbito da agricultura familiar. A organização da produção baseada em unidades agrícolas plenamente munidas do estoque de máquinas apresenta-se como exceção, ou seja, trata-se de um tipo particular de unidade agrícola cuja manifestação depende de situações históricas peculiares.

Essas características do processo de trabalho agrícola e do conjunto dos modernos instrumentos de trabalho, juntamente com a terceirização da operação de colheita (via empreita de serviços, aluguel ou aquisição em co-propriedade da colheitadeira automotriz), permitem a organização de unidades agrícolas especializadas e flexíveis, as quais preservam, parcialmente, a função de reprodução do capital imobilizado em instrumentos de trabalho.

Pode-se afirmar que é o progresso técnico que faz com que se promova a transitoriedade da atual prática de combinar o uso de instrumentos de trabalho permanentes com instrumentos de trabalho itinerantes. Isto é, a tendência dominante é a generalização do uso de instrumentos de trabalho itinerantes e, portanto, a “produção agrícola em rede”³, constitui uma referência consistente da futura organização da produção. A expressão “produção agrícola em rede” visa envolver tanto os aspectos internos da unidade agrícola, tais como a especialização flexível e a simplificação de tarefas, assim como os aspectos externos, como por exemplo, a especialização do operador da maquinaria e a renovação do capital em máquinas.

De acordo com Laurenti (1996), a transferência de tarefas e funções que eram executadas pelos agricultores no recinto de seus estabelecimentos rurais para os setores Industrial e de serviços caracteriza, em termos gerais, o amplo processo de transformação da agricultura. Essa externalização de tarefas e funções resulta num conjunto de agências públicas e privadas, articulado pelo negócio agrícola, de forma que a decomposição da prévia estrutura organizacional do segmento agrícola constitui-se num dos movimentos do

³ O uso do termo rede diz respeito às relações interempresariais no interior da produção agrícola, isto é, à formação de um elenco de agências relacionadas à produção agrícola associada aos serviços de: execução dos trabalhos agrários; reparo e manutenção dos modernos instrumentos de trabalho; transporte da maquinaria agrícola; e, revenda de máquinas de segunda-mão ou recondicionada.

genérico processo de transformação da agricultura numa matriz ou rede de relações intersetoriais⁴, que dá forma ao agronegócio ou aos complexos agro-industriais.

Conforme Laurenti (1996), nesse movimento de intensificação da divisão social do trabalho, os agricultores experimentam uma gradativa redução de seu espaço de manobra. Esta configuração do segmento agrícola, ou esse contorno similar ao da “agricultura de gestão”, é especificamente expresso como o desenvolvimento da terceirização da execução dos trabalhos agrários diretos. Em contrapartida a essa redução do espaço de manobra, os empreendedores da produção agrícola pioneiros na adoção da prática de terceirizar a execução dos trabalhos agrários diretos, passariam a contar com uma taxa de retorno do capital adiantado relativamente mais favorável em função da redução dos custos de produção. Conforme apontam alguns analistas de filiação neoclássica, a terceirização apresenta ainda como vantagem para o empreendedor da produção a desobrigação de responsabilidades de caráter trabalhista. Assim, a redução dos custos e a transferência de encargos trabalhistas são as causas que regem a disseminação da prática da terceirização.

No contexto da agricultura modernizada, fundada em unidades de produção familiares, a preservação do domínio, permanente ou temporário, sobre os modernos instrumentos de trabalho apresenta-se como condição de manutenção de postos de ocupação para os membros da família e, por decorrência, de apropriação da renda associada ao trabalho realizado. Essa condição já não se configura para a empresa agrícola fundada no processo de trabalho capitalista, em função da plena dissociação entre a concepção e a execução dos trabalhos agrários.

A concentração de capital operacional, ou do domínio sobre os modernos instrumentos de trabalho por um grupo reduzido de agências especializadas na execução dos trabalhos agrários, conforme suscita a terceirização, recoloca _ de acordo com Laurenti _ a reação à perda dos postos de trabalho, e da renda a eles associada, por parte do titular e/ou membros da família.

⁴ Rede de relações ou matriz de relações intersetoriais como uma noção capaz de representar a inserção das atividades agrícolas no circuito Industrial, segundo Kageyama (1990).

2.5 Turismo rural

Segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999), o turismo no meio rural constitui-se numa forma de valorização do território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço local e rural para o seu sucesso, pode contribuir para a proteção do meio-ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, portanto, em um instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que devem beneficiar prioritariamente a população local direta e indiretamente envolvida com as atividades turísticas. É óbvio, portanto, que se (por outro lado) não houver regulações e instrumentos adequados para a gestão do espaço rural, o turismo poderá causar impactos negativos seja no meio ambiente, seja na economia e na sociedade local.

A literatura aponta uma grande diversidade de conceitos de turismo rural, que de certo modo traduzem as suas diferentes possibilidades. Há confusões, por exemplo, quanto ao termo “turismo verde”, que tem sido usado indistintamente como sinônimo de “turismo rural” ou de “ecoturismo”. Outros também não diferenciam “turismo rural” de “turismo no meio rural”. Geralmente, o turismo no meio rural tem sido equivocadamente considerado como sinônimo de agroturismo, que se refere aos serviços não agrícolas praticados no interior das propriedades agropecuárias e que continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade (fazenda-hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira). De acordo com Graziano da Silva *et alli* (1998), o turismo no meio rural consiste de atividades de lazer realizadas no meio rural e que abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo. Neste conceito incluem-se, por exemplo, as seguintes atividades: os “spas” rurais; os centros de convenções rurais; os locais de treinamentos de executivos; os parques naturais para atividades esportivas; as caminhadas; as visitas a parentes e amigos; as visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; os festivais, rodeios e “shows” regionais; as visitas a paisagens cênicas e a ambientes naturais; a gastronomia regional; os “campings”, as colônias de férias, os hotéis-fazenda, os fazenda-hóteis, os

esportes da natureza, como canoagem, alpinismo, pesca, caça; chácaras de recreio e condomínios rurais de segunda moradia, entre outros. Portanto, o turismo no meio rural envolve qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo, além do agroturismo, outras atividades não relacionadas com propriedades agropecuárias produtivas, ou com a produção agropecuária.

O ecoturismo é hoje uma atividade muito procurada pelos habitantes urbanos para se recuperarem do dia-a-dia estressante das grandes cidades. É definido como sendo uma realização de viagens a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem, juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural que ocorra nestas áreas, além da prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios naturais.

Na maioria dos casos, o ecoturismo tende a gerar pouca renda para a população rural local. Geralmente, as visitas são programadas por agências de turismo urbanas, que utilizam guias turísticos também urbanos. Mais que isso, muitas vezes a visita dura poucas horas e tanto a alimentação como os pernoites se dão nas cidades próximas aos locais visitados. Assim, o ecoturismo realizado desta forma somente utiliza o meio físico rural e sua infra-estrutura básica, retornando a renda pelos serviços prestados às empresas e empregados urbanos.

Através do turismo no meio rural a comunidade pode ser beneficiada, pois acaba compartilhando dos benefícios indiretos gerados, tais como: melhoria da infra-estrutura e de serviços públicos _ saneamento básico, hospitais, segurança, transporte _; aumento no número de indústrias e de estabelecimentos comerciais com demanda por produtos para consumo imediato, presentes, comidas típicas, “souvenires”; desenvolvimento da indústria do lazer; melhoria indireta do setor agrícola por meio da potencialização da demanda de produtos de qualidade típicos de cada região _ mel, queijos, embutidos _; aumento de construções; recuperação do patrimônio histórico e cultural; recuperação de áreas degradadas e de florestas nativas (Graziano da Silva *et alli*, 1998).

Conforme Campanhola e Graziano da Silva (1999), uma das modalidades do turismo no meio rural que tem tido um grande impulso no Brasil é o ecoturismo. De acordo com o conceito de agroturismo dado anteriormente, o ecoturismo pode ou não fazer parte dele,

dependendo se ele ocorre dentro ou fora de uma propriedade agrícola produtiva. Mesmo no caso em que o ecoturismo seja uma atividade independente, deve-se considerar que ele gera oportunidades de emprego aos membros da família dos pequenos estabelecimentos agropecuários, principalmente no setor de serviços. Assim, a expansão da exploração turística pode abrir novas possibilidades de trabalho, especialmente aquelas ligadas à construção civil e ao comércio: pedreiro, caseiro, jardineiro, faxineira, doméstica, lavadeira e cozinheira.

2.6 O emprego doméstico

Segundo Del Grossi (1999), as ocupações não-agrícolas que mais proliferavam nas áreas rurais de todo o país eram as vinculadas ao setor de prestação de serviços e, dentre estes, destacava-se o emprego doméstico com um crescimento significativo em todas as regiões do país, notadamente na região Nordeste.

Graziano da Silva, Del Grossi & Campanhola (2000) afirmam que, em termos agregados, para o Brasil, o ramo de prestação de serviços se sobressai com 30% das ocupações rurais não agrícolas (ORNA), o que significa mais de 1,2 milhão de pessoas ocupadas em todo o país em 1999, e, dentro desse ramo, a atividade mais significativa é o serviço doméstico, com 557 mil pessoas ocupadas. Se for considerada a composição das ORNA pelas diferentes regiões do país, os serviços pessoais continuam sendo de longe o ramo de atividade mais importante. A maior parte do emprego rural gerado nesses serviços são domésticos, os quais, segundo os autores, ocorrem em domicílios de famílias de alto padrão e cuja manutenção depende do elevado grau de concentração da renda vigente no país, que é atualmente um dos maiores do mundo.

Segundo Nascimento (2002), os serviços domésticos são caracteristicamente de baixa remuneração, reduzida escolaridade e precária situação trabalhista (mulheres diaristas e mensalistas sem registro). Os serviços domésticos remunerados constituem um caso especial dentro do mercado de trabalho. Não existe a subordinação a um capital, mas eles são assalariados. Os serviços são prestados a uma unidade não empresarial: a família.

Assim as atividades do emprego doméstico são remuneradas diretamente por rendas pessoais, resultando numa redistribuição parcial da renda gerada na economia.

Para Gorz (1988), a proliferação dos serviços pessoais é possibilitada pela crescente desigualdade social, de tal modo que uma fração da população monopoliza as atividades melhor remuneradas em detrimento de uma fração maior da sociedade que é forçada a realizar o papel de serviços.

Isto é acentuado no Brasil, um país com uma enorme desigualdade social que condena milhares de mulheres ao trabalho doméstico. Estas são pobres e pouco escolarizadas e tem, neste trabalho, uma importante fonte de renda para sua família.

Segundo Graziano da Silva & Del Grossi (1997), a grande participação dos serviços domésticos no meio rural mostra três caminhos:

1-dificuldade de inserção no mercado de trabalho agrícola assalariado, devido aos atributos ligados à resistência física.

2-o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais: chácaras de fim-de-semana, condomínios de alto padrão.

3-o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside na zona rural em função das facilidades financeiras de moradia.

Segundo Nascimento (2002), as famílias de empregados com trabalho doméstico tiveram maiores participações nas regiões Sudeste (27,5%) e São Paulo (25,2%). As áreas rurais (agropecuárias) não-metropolitanas acolhiam em 1999 uma fração pouco expressiva dessas famílias com domésticas residentes – as áreas rurais agropecuárias foram superadas pelas áreas consideradas periferias (áreas rurais de extensão urbana e urbanas não urbanizadas), com 7,2% do total daquelas famílias. Isto revela um fenômeno urbano de domicílios patronais (classe média alta e/ou aposentados) onde as domésticas residem no local de trabalho (Nascimento, 2002). Gorz (1988) afirma que o tipo de emprego que é majoritariamente criado sob as condições de extrema desigualdade social são os serviços às pessoas. A desigualdade entre os que prestam serviços e os que os compram é o motor do desenvolvimento do emprego nos serviços pessoais.

A PNAD considera trabalhador doméstico a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado (em dinheiro ou benefícios) em uma ou mais unidades domiciliares. Estão incluídas: empregada doméstica, faxineira, motorista, babá, etc.

(PNADs, IBGE). Nosso estudo se inicia no ano de 1992, ano este em que as PNADs começaram a classificar o emprego doméstico como uma posição na ocupação em separado da categoria de trabalhadores ocupados, dado a grande expansão do número de casos do emprego doméstico no país.

2.7 Conclusão

Ocorre um aumento das ocupações não-agrícolas no meio rural. Dentre estas atividades, as atividades de serviços merecem uma atenção especial. O setor de serviços é bastante heterogêneo e esta heterogeneidade vai estar presente também no meio rural.

Temos um elevado aumento dos serviços no meio rural, mas estes serviços são bastante diversificados e diferenciados tanto no meio urbano quanto no meio rural (sendo que neste último, ocorre um processo de diversificação dos serviços com características específicas).

Estes serviços vão dinamizar tanto a renda como a ocupação no meio rural, porém é necessário saber qual o tipo do serviço (se é produtivo ou não) e qual sua capacidade de dinamizar ou não a economia do meio rural e também qual o seu impacto sobre a renda, além de seu impacto com o meio-ambiente, uma vez que estes serviços podem contribuir para alterar a natureza.

Tendo em vista estes fatores é clara a necessidade de se adotar políticas para que se incentivem estas novas atividades não-agrícolas no que diz respeito à geração de emprego e renda. As políticas rurais devem incentivar não apenas os agricultores, mas também aqueles que por meio de ocupações agrícolas e/ou não-agrícolas possam auxiliar no processo de desenvolvimento ou pelo menos minimizar graves problemas como o desemprego, a excessiva concentração de renda e a exclusão social, levando-se em conta as devidas preocupações ambientais.

3 - Metodologia

3.1 Os dados da PNAD, a classificação rural/urbana e o setor de atividade.

Nas diversas formas de divulgação dos resultados da PNAD, o IBGE apresenta a conceituação das variáveis utilizadas. Apesar do conhecimento da existência de outras formas de classificação do que é rural e urbano e das atividades que são consideradas serviços, aqui foram utilizadas as definições do IBGE (PNADs). Além disto, analisamos o Manual de Entrevista da Pesquisa Básica, o Questionário de Pesquisa Básica e o Dicionário da PNAD.

Segundo Sandroni (1999), em seu *Novíssimo Dicionário de Economia*, os serviços são uma

“denominação dada ao conjunto de atividades que se desenvolvem especialmente nos centros urbanos e que são diferentes das atividades Industriais e agropecuárias. Tais atividades normalmente se enquadram no assim chamado setor terciário da economia, como o comércio, os transportes, a publicidade, a computação, as telecomunicações, a educação, a saúde, a recreação, o setor financeiro e de seguros e a administração pública... Muitas das atividades classificadas como serviços são, na verdade, extensões das atividades produtivas, como a agricultura e a indústria e a própria mineração. Assim, a grande participação do setor de serviços no conjunto da economia deve ser relativizada...”.

Sandroni (1999) também define os serviços públicos. Segundo o autor esses são

“serviços fornecidos à comunidade pelo Estado, aos quais, por princípio, todo cidadão tem direito... em áreas como educação, saúde, previdência social, saneamento básico e lazer. De modo geral, os serviços públicos se enquadram no setor terciário da economia e são financiados com os impostos pagos pelo contribuinte”. Apesar disso, muitos deles são pagos pela população de forma direta, extratributária, conforme o nível de consumo – caso de luz, água, etc..”.

A distribuição de energia elétrica, gás, água, os serviços de esgoto e coleta lixo, são classificados, na PNAD, como “serviços Industriais de utilidade pública”, usualmente

incluídos em outras atividades Industriais (setor secundário). Temos, neste caso, um bom exemplo de arbitrariedade de classificação nas atividades do setor de serviços.

Sabe-se das dificuldades existentes para delimitar as atividades do setor de serviços que devem ser consideradas para a realização da pesquisa. Há vários atributos para se classificar os serviços. Por exemplo: há uma classificação que se refere à natureza do produto, à natureza dos insumos e ao processo de produção. Existe também outra classificação dividida em: serviços distributivos, produtivos, pessoais e sociais. Além disso, os serviços são intangíveis e não são estocáveis. Tudo isso resulta na dificuldade da definição de “serviços”.

As variáveis que utilizamos, inicialmente, para preparar as tabelas foram as variáveis das PNADs de 1992 a 1999 e 2001: *v4105 (Situação Censitária)* e a *v4709 (Ramos de Atividade do Trabalho Principal de pessoas com 10 anos e mais)*. A variável *v4105* permite distinguir áreas urbanas e rurais, segundo a classificação do IBGE. A variável *v4709* classifica as pessoas nos setores de atividade: agricultura, indústria e os serviços, subdividindo os serviços em: Comércio de Mercadorias, Prestação de Serviços, Serviços Auxiliares da Atividade Econômica, Transportes e Comunicações, Social, Administração Pública. Também realizamos uma análise das variáveis *v9906* e *v9907*, para descobrirmos quais eram as atividades principais das pessoas ou dos empreendimentos (respectivamente) que mais se destacavam dentro dos tipos de serviços descritos anteriormente.

Segundo Del Grossi (1999), o IBGE desdobrou, a partir do Censo Demográfico de 1991, a dicotomia urbano-rural em sub-níveis, distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. As áreas urbanas se desmembraram em:

Áreas Urbanas Urbanizadas: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Classificam-se em:

- a) Áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana.
- b) Áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc;
- c) áreas reservadas à expansão urbanas e adjacentes às áreas anteriores;

Áreas Urbanas não Urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas.

Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

Estas três áreas acima foram algumas vezes apresentadas agregadas em nosso trabalho como áreas urbanas. Em outras, utilizamos apenas o conceito de área urbana urbanizada.

As áreas rurais também foram desdobradas, a partir de critérios como tamanho (número de domicílios) de aglomerados, existência de serviços e contigüidade:

Áreas Rurais Extensão Urbanas: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;

Áreas Rurais Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário, possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores. Os serviços que devem integrar um povoado são:

- a) pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo;
- b) pelo menos dois dos serviços seguintes: estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e/ou templo religioso de qualquer credo.

Áreas Rurais Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial;

Áreas Rurais Outros Aglomerados: são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;

Áreas Rurais Exclusive Aglomerados (Rural estrito): áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Utilizamos na pesquisa a agregação de todas estas áreas rurais acima em área rural e, em alguns casos, analisamos separadamente as áreas rurais extensão urbanas, povoados e rural estrito.

Esses desdobramentos permitem identificar melhor a localização da população. Assim como permitem analisar melhor a mudança na delimitação do perímetro urbano dos municípios (ocorridas entre 1999 e 2001). Pode-se verificar se é nas áreas que estão para serem urbanizadas (áreas rurais extensão urbanas especialmente) que mais crescem os serviços ou se os serviços crescem significativamente até mesmo nas áreas rurais mais isoladas. Vai-se verificar adiante que acontece um aumento nos serviços nesses dois tipos de áreas rurais, isto é, o aumento no setor de serviços não é somente um reflexo de uma área que está prestes a se tornar urbana, mas também ocorre nas áreas estritamente rurais. Isso indica o que a literatura especializada vem afirmando, que o aumento no setor de serviços vai trazendo uma "urbanização" até mesmo para as áreas rurais mais distantes, para as quais não se vislumbra a possibilidade de se tornarem urbanas em estrito senso. O propósito é analisar os índices de crescimento dos diversos serviços nessas áreas e a mudança na sua composição ao longo do tempo (1992 a 2001). A classificação de "rural" e "urbano" é mantida inalterada nos períodos intercensitários. Assim, aquelas áreas definidas como urbanas e rurais pelo Censo Demográfico de 1991 serão assim mantidas para as PNADs de 1992 a 1999, alterando-se com o Censo Demográfico de 2000. No Censo, é feita uma reavaliação da delimitação do rural-urbano. A distinção urbano-rural tem base legal, sendo uma decisão da Câmara de cada município. O Censo utiliza-se desta decisão redelimitar estas áreas. Muitas áreas que eram rurais no Censo passado (1991), agora já se incorporaram às áreas urbanas no novo Censo de 2000. Assim, os melhores dados para avaliar o que ocorreu nos anos 90, levando em consideração a expansão das áreas urbanas, são as PNADs de 1992 (primeira da década) e a de 2001 (primeira depois da revisão censitária). Por esse motivo, a necessidade de inclusão da PNAD 2001.

Os ramos de atividades de serviços são classificados nas PNADs/IBGE em:

Comércio de mercadorias.

Prestação de serviços: serviços de alojamento, alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares, diversões, radiodifusão e televisão.

Serviços Auxiliares da Atividade Econômica: serviços técnico-profissionais ligados a atividades produtivas.

Transporte e Comunicação.

Social: serviços comunitários, sociais, médicos, odontológicos, veterinários e de ensino.

Administração Pública: administrações públicas federal, estaduais ou municipais, defesa nacional e segurança pública.

“Outras Atividades” não foram incluídas, aqui, como parte do setor de serviços, pois inclui atividades mal definidas ou não-declaradas, além de atividades em instituições de crédito, seguros, capitalização, comércio de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, e outras atividades não compreendidas nos demais ramos.

Segundo Kageyama & Hoffmann (2000), a PNAD é a fonte não censitária mais importante para o estudo da pluriatividade, mas apresenta uma grande limitação no que se refere às variáveis de rendimentos, especialmente para o setor rural. Os problemas principais estão relacionados com a precariedade das questões sobre rendimentos variáveis, autoconsumo, transferências e rendas de propriedade; além da aplicação do mesmo tipo de questão para os rendimentos do trabalho para os empregados formais, informais, autônomos e proprietários que trabalham a própria terra; a ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícolas e trabalhadores por conta própria; a ausência de questões sobre gastos com insumos, o que afeta diretamente a renda líquida dos produtores rurais. Estes fatores afetam as pessoas ligadas à agricultura ou ao meio rural e fazem com que a PNAD subestime as rendas e superestime a pobreza, especialmente na área rural.

3.2 Rendimento domiciliar per capita e a decomposição do Índice de Gini

O índice de Gini pode ser decomposto quando se considera a divisão do rendimento analisado em vários componentes.

Considerando o rendimento domiciliar *per capita* da i -ésima pessoa como sendo y_i e admitindo que ele resulte da soma de k parcelas, temos:

$$y_i = \sum_{h=1}^k y_{hi} \quad (1)$$

Vamos admitir que os rendimentos y_i , estão ordenados de maneira que $y_1 \leq y_2 \leq \dots \leq y_n$, sendo n o tamanho da população. Então i é a posição de ordem do rendimento y_i .

O índice de Gini da distribuição de y_i é:

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(y_i, i), \quad (2)$$

onde μ é a média dos y_i .

A razão de concentração do componente y_{hi} é definida como:

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(y_{hi}, i), \quad \text{onde } \mu_h \text{ é a média dos } y_{hi}. \quad (3)$$

A participação do h -ésimo componente no rendimento total é

$$\phi_h = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (4)$$

Pode-se deduzir que:

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h C_h \quad (5)$$

Vamos indicar por i_h os números de ordem associados aos valores de y_{hi} se eles fossem colocados em ordem crescente. Os i_h , da mesma maneira que i , variam de um a n . Para determinado y_{hi} , o respectivo valor de i (o número de ordem do correspondente y_i) não vai, em geral, coincidir com i_h (a posição desse y_{hi} , na ordenação dos valores desse componente). Assim, o índice de Gini de y_{hi} é:

$$G_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(y_{hi}, i_h) \quad (6)$$

Das equações (3) e (6), obtemos:

$$R_h = \frac{C_h}{G_h} = \frac{\text{cov}(y_{hi}, i)}{\text{cov}(y_{hi}, i_h)} \quad (7)$$

De acordo com Hoffmann (2000) (*apud: Pyatt, Chen e Fei*), R_h é denominado de “razão de correlação de ordem”, ressaltando que não é um coeficiente de correlação de ordem. Eles mostram que:

$$R_h \leq 1$$

Das equações (5) e (7) segue-se que:

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h R_h G_h \quad (8)$$

Esta expressão mostra como o índice de Gini de y_i está associado com os índices de Gini de cada componente.

Note-se, na equação (5), que se todas as razões de concentração C_h tivessem o mesmo valor, esse seria, também, o valor de G . Sendo assim, podemos considerar que um componente y_{hi} contribui para aumentar a desigualdade quando $C_h > G$. Quando $C_h < G$, o componente y_{hi} já está contribuindo para reduzir a desigualdade em relação àquela situação hipotética de igualdade dos C_h . É claro que uma parcela da soma no segundo membro da equação (8) só será negativa se o respectivo R_h for negativo. Isso, por sua vez, só pode ocorrer se $\text{cov}(y_{hi}, i) < 0$, como mostra a expressão (7).

Vamos agora caracterizar as curvas de concentração, conforme Pyatt et al. (1980). Vamos admitir que z e t são duas variáveis quaisquer e que há n pessoas indicadas por $i=1, 2, \dots, n$. As pessoas terão uma posição de ordem de acordo com o valor de t_i . Essa posição de ordem será denominada $r(t_i)$, com a convenção de que $r(t_i)=1$ para a pessoa com o t_i menor e $r(t_i)=n$ para a pessoa com o maior t_i . Se duas ou mais pessoas tiverem o mesmo valor para t_i , para cada uma delas será atribuída a média das posições de ordem que essas pessoas teriam se houvesse uma diferença infinitesimal entre elas. Dessa forma, a média de todas as posições de $r(t_i)$ é dada por:

$$\bar{r} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n r(t_i) = \frac{(n+1)}{2} \quad (9)$$

A média das posições é, portanto, independente do critério de ordenação t_i .

Admite-se que o valor médio de z_i é positivo, isto é,

$$\bar{z} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n z_i > 0 \quad (10)$$

Note-se que z_i não necessita ser positivo para todo i .

Dado z pode-se também definir:

$$\pi_i = \frac{z_i}{nz} \quad (11)$$

para cada pessoa. De (10) e (11) tem-se que a soma dos n valores de π_i é igual a 1.

A curva de concentração de z_i em relação a t_i mostra como os valores acumulados dos π_i variam em função de $\frac{r(t_i)}{n}$, tendo-se previamente ordenado as pessoas conforme os valores de $r(t_i)$. Note-se que esta curva não precisa ser monotonicamente crescente. A curva pode ficar acima do bisetor do primeiro quadrante. Se houver valores negativos de z_i , a curva pode ficar abaixo do eixo das abscissas.

A razão de concentração (já definida em (3)) de z em relação a t , indicada por $C(z|t)$, também pode ser definida como 1 menos duas vezes a área entre a curva de concentração e o eixo das abscissas, ou seja

$$C(z|t) = 1 - 2\delta \quad (12)$$

Cabe ressaltar que áreas delimitadas pela curva de concentração abaixo do eixo das abscissas são negativas. A área abaixo da curva de concentração pode ser obtida através da soma das áreas de n trapézios verticais, cada um com altura de $(1/n)$, isto é, como:

$$\delta = \frac{1}{2} \cdot \frac{1}{n} \left[\pi_1 + \sum_{i=2}^n \left(\sum_{j=1}^{i-1} \pi_j + \sum_{j=1}^i \pi_j \right) \right]$$

ou

$$\delta = \frac{1}{2} \cdot \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \pi_i [1 + 2(n-i)] \quad (13)$$

onde o subscrito i refere-se à posição de ordem da pessoa, ou seja, $i=r(t_i)$.

De (13) tem-se que a razão de concentração é:

$$C(z|t) = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \pi_i [1 + 2(n-i)] \quad (14)$$

Fazendo algumas transformações e lembrando a equação (9), temos:

$$C(z|t) = \frac{2}{n} \sum_{i=1}^n \pi_i [r(t_i) - \bar{r}]$$

$$C(z|t) = 2 \text{cov}[\pi_i(z), r(t)] \quad (15)$$

Utilizando (11), temos:

$$C(z|t) = 2 \text{cov}\left[\left(\frac{z}{nz}\right), r(t)\right]$$

$$C(z|t) = \frac{2}{nz} \text{cov}[z, r(t)] \quad (16)$$

Se a variável z for não-negativa ($z_i \geq 0$ para todo i), verifica-se que a área abaixo da curva de concentração varia de $(2n)^{-1}$ a $1 - (2n)^{-1}$, de maneira que:

$$\frac{1}{n} - 1 \leq C(z|t) \leq 1 - \frac{1}{n}$$

Segundo Hoffmann (2002), a decomposição da desigualdade total da renda conforme os setores de atividade pode ser visualizada por meio das curvas de concentração, que mostram como a proporção acumulada de determinada parcela da renda cresce em função da proporção acumulada da população ordenada conforme seu rendimento domiciliar *per capita*. A curva de Lorenz da distribuição é uma espécie de média ponderada das curvas de concentração dos setores. Se a curva de concentração ficar sempre abaixo da curva de Lorenz, pode-se dizer que essa parcela está contribuindo para aumentar a desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* e o inverso ocorre se a curva de concentração estiver acima da curva de Lorenz.

No capítulo 5 (“Os serviços e a desigualdade da distribuição de renda na área rural”) serão apresentadas curvas de concentração do rendimento obtido pelos domicílios rurais em vários setores de atividade, mostrando como esses rendimentos contribuem para a desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na área rural.

4 - O crescimento das pessoas ocupadas em serviços na área rural do Brasil de 1992 a 2001

4.1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tornou-se uma economia na qual o Setor Serviços atinge quase dois terços do emprego urbano metropolitano e responde por mais da metade do PIB, numa trajetória semelhante à evolução observada nos países desenvolvidos. No âmbito da economia mundial, a expansão das atividades de serviços constitui uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano no século XX. Não obstante, nos quase três séculos de desenvolvimento da ciência econômica, deu-se pouca atenção a elas. É evidente que, nos primórdios da Revolução Industrial, a importância do setor era muito inferior ao seu papel atual. Mesmo assim, os serviços são considerados ainda como a parte menos entendida da economia. Em contrapartida, o papel desempenhado pelos serviços está longe de poder ser negligenciado, não só por sua dimensão em termos de renda e emprego, mas também por diversos de seus segmentos estarem proporcionando insumos fundamentais ao setor Industrial, como é o caso de seguros, telecomunicações, transportes e todo o setor bancário.

Processos de desenvolvimento são acompanhados de um aumento da importância econômica dos serviços, porém países com diferentes níveis de desenvolvimento e distintos patamares de renda per capita podem ter participações dos serviços nos PIBs muito semelhantes. No Brasil, por exemplo, a participação dos serviços no PIB é semelhante àquela observada no Japão e na Alemanha. Esta circunstância sugere que a taxa de participação dos serviços na geração da renda e do emprego não é, por si só, um bom indicador do grau de desenvolvimento alcançado por um país. Na realidade, a presença de um setor de serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços modernos, próprios de economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor de serviços composto, em sua maioria, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade, e refúgio para mão-de-obra de baixa

qualificação. Em outras palavras, um setor serviços quantitativamente relevante não expressa, necessariamente, modernidade econômica.

Tal circunstância poderia expressar, apenas, uma característica de padrões históricos de desenvolvimento econômico, como aqueles associados às economias periféricas. Derivam-se dessa vertente teórica conceitos tais como centro-periferia, dualismo e marginalidade econômica, onde a expansão do terciário aparece mais como vício que virtude. Em outras palavras, economias subdesenvolvidas poderiam apresentar um setor terciário inchado, em função de elementos estruturais tais como a concentração da propriedade fundiária e a incapacidade do desenvolvimento Industrial de absorver camadas crescentes da população expulsa do campo. Nessa perspectiva, grande parcela das atividades tradicionais de serviços seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população, portadores de baixa qualificação, significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social.

A economia brasileira não ficou alheia a essa mudança estrutural operada em nível internacional da expansão dos serviços. Assim, no país, a evolução destas atividades seguiu a mesma trajetória internacional, ou seja, a industrialização e seu corolário, a urbanização acelerada, acarretou um aumento sensível da participação das atividades de serviços, provocando uma transformação na estrutura econômica nacional. Foi uma evolução positiva, tanto do ponto de vista do emprego como da renda, ainda que esta expansão seja diferente do avanço da terciarização nas economias mais desenvolvidas.

4.2 As ocupações em serviços

Segundo Moyano (2001), atualmente junto com a agricultura existe uma grande diversidade de atividades econômicas e de serviços no meio rural. Isto faz com que o meio rural tenha uma forte marca da cultura urbana, dando espaço para o convívio de grupos de interesses diversos. Assim, temos um novo conflito em torno da gestão dos espaços rurais e um dilema entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais (de acordo com os novos paradigmas da sustentabilidade).

Os avanços nas telecomunicações e nas redes de transporte têm reduzido o distanciamento das zonas rurais e propiciado a instalação de novas atividades Industriais e de serviços. O que diferencia estas novas atividades (dentre elas o desenvolvimento de novas atividades de serviços) é que elas não estão diretamente relacionadas à agricultura, e assim emerge um novo e importante segmento de profissionais autônomos e empresários formados em uma cultura de mercado diferente do sistema de valores dos agricultores. Surgem atividades ligadas diretamente à sociedade do bem-estar, imprimindo um novo dinamismo. Podemos destacar: políticas públicas (saneamento, educação), as derivadas de novas demandas de segmentos da população (turismo, segunda moradia, terceira idade e atividades recreativas). Assim, a estrutura (econômica e social) da sociedade rural está cada vez mais complexa, com uma maior diferenciação dentro e fora do setor agrário, e com uma maior diversificação das atividades e profissões. Isto tem importantes efeitos na vida local, pois reduz o poder das elites agrárias tradicionais e proporciona a ascensão de novas elites. Temos uma nova dinâmica a nível local, criando novas oportunidades para uma ação política, ação esta que pode ser caracterizada pela cooperação ou a confrontação dos interesses dos novos e velhos atores. Este processo de mudanças oferece importantes oportunidades de dinamização do emprego e da renda do meio rural e abre possibilidades para um melhor aproveitamento do espaço e do território, tendo em vista as novas demandas da sociedade.

Neste contexto de diversidade de demandas e pluralidade de interesses, temos que diversificar também as políticas, reformulando as velhas políticas agrárias e trazendo novas políticas com o intuito de regular as múltiplas funções dos espaços rurais e favorecer o estabelecimento de uma nova estrutura de oportunidades aos distintos grupos sociais.

Existem serviços no meio rural relacionados à cultura, à saúde, ao turismo, à pedagogia. O espaço rural está se transformando com base nestas novas atividades. A manutenção de uma adequada infra-estrutura de serviços (lazer, turismo, esportes) na zona rural joga um papel importante na decisão dos jovens que desejam instalar-se até mesmo na agricultura. Assim, o destino da agricultura vai se ligando ao desenvolvimento do emprego não-agrícola e dos serviços. Estes movimentos mudam a fisionomia de muitas regiões (especialmente as européias, tratadas por Moyano). O estabelecimento de novas empresas,

as atividades turísticas e de ócio e as demandas geradas pela população residente favorecem o desenvolvimento de atividades capazes de revitalizar algumas regiões.

Este conjunto de atores diversificados vai constituindo o mundo rural, diversificando a oferta de serviços e contribuindo para a afirmação de uma identidade cultural portadora de dinamismo. Assim, os agricultores vão deixando de ser os principais atores de dinamização do mundo rural. Até mesmo a agricultura se transforma. Além de sua função de produzir alimentos (incontestável e fundamental) acrescenta-se uma função não-alimentária e a produção de serviços e bens não-materiais. Novas perspectivas se abrem para a profissão de agricultor. As funções do agricultor devem ser redefinidas de acordo com as novas demandas da sociedade. A solução não é única, haja vista a grande diversidade da agricultura atual.

O declínio do lugar da agricultura no território é acompanhado pelo emergir neste de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver. A procura destes usos tende a aumentar e a questão é como se irá controlar a oferta destas novas atividades. Levando-se em conta estas transformações que estão ocorrendo no meio rural alguns atores não-agrícolas tem um papel ativo: pesquisadores, técnicos e professores.

Conforme já observamos anteriormente e podemos notar pelas tabelas a seguir, as ocupações em serviços estão crescendo de forma clara na área rural e há um significativo processo de difusão territorial dos serviços.

Tabela 1- Distribuição percentual das Pessoas Ocupadas conforme setor de atividade, segundo a área, e índice referente à variação desta participação no período 1992-1999, Brasil.

Área	Setor de Ativ.	Anos			Índice de particip. em 99 (Base: 92)
		1992	1996	1999	
Urbano	Agricultura	10,31	8,68	8,41	81,52
	Indústria	25,00	23,52	22,61	90,43
	Serviços	61,77	65,37	66,61	107,84
	Total	15,47	16,43	16,65	107,66
	Comércio Mercadorias	21,90	23,12	23,17	105,82
	Prestação de Serviços	3,82	4,39	4,90	128,23
	Serviços auxiliares	4,43	4,59	4,83	109,06
	Transp. Comunicações	10,31	11,08	11,39	110,50
	Social	5,85	5,75	5,67	96,92
	Administração Pública	2,91	2,43	2,37	81,36
	Outras Atividades	100,00	100,00	100,00	100,00
	Total Urbano	100,00	100,00	100,00	100,00
Rural	Agricultura	79,22	75,26	73,47	92,75
	Indústria	7,18	8,08	8,84	123,14
	Serviços	13,39	16,39	17,35	129,58
	Total	2,71	3,41	3,37	124,48
	Comércio Mercadorias	5,74	6,85	7,35	127,98
	Prestação de Serviços	0,32	0,44	0,71	220,63
	Serviços auxiliares	0,85	1,05	1,13	132,76
	Transp. Comunicações	2,81	3,37	3,42	121,75
	Social	0,96	1,26	1,37	142,96
	Administração Pública	0,22	0,27	0,34	156,93
	Outras Atividades	100,00	100,00	100,00	100,00
	Total Rural	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	Agricultura	28,29	24,47	24,24	85,68
	Indústria	20,35	19,86	19,26	94,63
	Serviços	49,15	53,75	54,63	111,14
	Total	12,14	13,34	13,42	110,56
	Comércio Mercadorias	17,68	19,26	19,32	109,27
	Prestação de Serviços	2,91	3,45	3,88	133,44
	Serviços auxiliares	3,49	3,75	3,93	112,43
	Transp. Comunicações	8,35	9,25	9,45	113,17
	Social	4,58	4,69	4,63	101,09
	Administração Pública	2,21	1,92	1,88	84,93
	Outras Atividades	100,00	100,00	100,00	100,00
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Tabulações Especiais PNADs: 1992, 1996 e 1999.

Conforme as tabelas, podemos observar que o crescimento da participação das ocupações no setor de serviços se dá tanto no meio urbano quanto no meio rural. As atividades de serviços cuja participação mais cresce no período (1992-1999) são as relacionadas aos Serviços Auxiliares, Social, Transportes e Comunicações e ao Comércio de Mercadorias.

O comércio de mercadorias no meio urbano tem uma participação em 1992 de 15,47% do total geral de pessoas ocupadas e passa em 1999 para 16,65% do total de

peças ocupadas. No meio rural o comércio de mercadorias representa 2,71% de todas as peças ocupadas em 1992, passando a representar 3,77% do total das peças ocupadas em 1999. Já os Transportes e Comunicações representam 4,43% no meio urbano e 0,85% do meio rural de todos os ocupados em 1992. Em 1999, esta proporção cresce respectivamente para 4,83% e 1,13% dos ocupados totais. Os serviços sociais correspondem a 10,31% em 1992 chegando a 11,39% em 1999 na área urbana. Na área rural eles representam 2,81% em 1992 e 3,42% em 1999. Os serviços auxiliares passam de 3,82% para 4,90% entre 1992 e 1999 no meio urbano e no meio rural representam 0,32% e 0,71%, respectivamente. O crescimento da participação deste setor é bastante pronunciado no meio rural (120,63%). Já no meio urbano este crescimento é 28,23%, portanto em proporção bem menor do que aquele registrado no meio rural.

É interessante também observarmos que a participação do setor de serviços no “Total” cresce 11,14% entre 1992 e 1999. Este crescimento é de 7,84% para as áreas urbanas e é de 29,58% para as áreas rurais, evidenciando-se assim, o aumento mais intenso dos ocupados em serviços na área rural do que os da área urbana. O que pode estar ocorrendo é que as áreas que eram rurais no Censo de 1991 vão se tornando urbanas, mas aparecem como rurais até 1999 (a redelimitação só se dá com a realização do novo Censo – 2000). Entretanto, este crescimento dos serviços se dá em maior proporção nesta transição de áreas rurais para urbanas (especificamente as áreas rurais povoadas, conforme veremos adiante no item 4.4. Esta proporção é maior do que o crescimento dos serviços nas áreas que já são urbanas e que, provavelmente ao longo deste período (1992 a 2001) também evoluíram no sentido de adquirir maior quantidade de oferta de serviços, mas em proporção inferior àquelas registradas pelas áreas “rurais”⁵.

Uma outra análise interessante consiste em dividirmos (para o ano de 1992) a porcentagem de ocupados em serviços no meio urbano (61,77) pela porcentagem correspondente no meio rural (13,39). Teríamos como resultado o valor 4,6, que é quantas vezes mais chances tem o meio urbano de ter um empregado em serviços do que o meio rural. Ao fazermos esta mesma operação para o ano de 2001, de acordo com a tabela 7,

⁵ O termo “rurais” está entre aspas porque muito provavelmente parte destas áreas consideradas rurais até a PNAD de 1999 se transformarão em urbanas na PNAD de 2001 (para maiores informações ver itens 4.3 e 4.4).

dividindo 67,61 (porcentagem de ocupados em serviços do meio urbano) por 15,59 (porcentagem de ocupados em serviços do meio rural), obtemos o valor 4,3. Isto é, no ano de 2001 a chance de termos ocupados em serviços no meio urbano é 4,3 vezes maior do que no meio rural. Este índice é menor do que o do ano de 1992. Assim, ao longo do tempo temos uma redução nas chances do meio urbano ter empregados em serviços em comparação aos empregados em serviços no meio rural.

Nossa hipótese inicial de que o aumento dos ocupados no setor de serviços do meio rural se dava em maior proporção do que o aumento dos ocupados em serviços no meio urbano poderia ser comprovada, caso analisássemos apenas a tabela acima. Entretanto, ao incluirmos o ano de 2001 (comparar tabela 7), podemos observar que grande parcela do aumento dos ocupados em serviços deu-se como resultado de uma crescente urbanização do meio rural. Não que os serviços no meio rural não tenham crescido. Em alguns setores (ver tabela 6) houve crescimento expressivo, mas este crescimento no total dos serviços não foi proporcionalmente maior do que o crescimento dos serviços no meio urbano (o ano de 2001 será incluído e discutido nos próximos itens).

De acordo com Arnalte (1998), este desenvolvimento do setor de serviços nas zonas rurais obedece a alguns fenômenos como o retorno de emigrantes, geralmente às novas funções que vão assumindo nos espaços rurais. Entretanto, existem dúvidas sobre a potencialidade destes fenômenos se converterem em uma fonte de emprego consistente em todas as áreas rurais. Existem algumas dificuldades para o meio rural oferecer alguns novos serviços que a sociedade demanda. As funções "residenciais" (pelo menos para a população ativa) dificilmente vão poder ser satisfeitas pelas regiões mais distantes dos centros urbanos. Em relação à função de espaço de ócio, que poderia corresponder ao que em sentido geral chamamos de "turismo rural", a sua possível oferta nas zonas rurais varia muito. É evidente a potencialidade do desenvolvimento turístico em algumas regiões do país, mas ainda existem problemas de infra-estrutura que comprometem este desenvolvimento. As dúvidas surgem também pelo lado da demanda; Baptista (1995) diz que a população urbana (dada sua estrutura socioeconômica) não tem uma demanda de bens e serviços que possam ser oferecidos pela sociedade rural, a qual poderia estimular (como acontece em muitas regiões da União Européia) a revitalização do mundo rural.

Nos países desenvolvidos, os serviços são geralmente ligados à agricultura, consistindo, muitas vezes, na terceirização das atividades. Nos outros países, os serviços que vão crescendo são os relacionados ao turismo e ao lazer, que não geram um engate produtivo. Estes podem não gerar um motor capaz de gerar o desenvolvimento local destas regiões. Muitas vezes, o lazer e o turismo rural estão relacionados a atividades de resorts que nada tem a ver com o local. As rendas destas atividades são drenadas e isto não promove o desenvolvimento local. Assim, o desenvolvimento apenas dos serviços não-produtivos é capaz de gerar infra-estrutura, mas é questionável se é suficiente para gerar uma dinâmica autônoma geral capaz de promover o desenvolvimento.

Assim, muitas vezes os serviços não são engatados em uma cadeia produtiva. Um exemplo disto é um hotel-fazenda que gera alguns empregos, mas não gera o efeito dinamizador desta região. Já no Estado do Paraná, por exemplo, temos uma terceirização de serviços produtivos – como circuitos de turismo para vender a produção local aonde existe um roteiro: vinhos, queijos, etc (Campanhola e Graziano da Silva, 1999).

Segundo Marsden (1990), ocorre um declínio no emprego agrícola e na importância econômica da produção de alimentos. Além disto, temos a emergência do ambientalismo como uma força política poderosa. A emergência dos novos usos para o espaço rural, e as novas demandas sociais em relação à terra e seu uso, o tratamento dos animais e da natureza.

Agora, a pressão para o uso dos recursos rurais vem de uma variedade de direções. Não é somente a agricultura que domina as áreas rurais em termos de emprego, embora ainda seja o principal uso para a terra. Outros setores econômicos e sociais, tais como: manufatura, serviços e turismo levam a novas demandas para o espaço rural.

Além disto, atualmente, segundo Marsden, está ocorrendo uma mudança geral para uma economia baseada em serviços aonde a informação _ e indústrias baseadas em conhecimento _ tem um papel mais significativo.

Os novos desenvolvimentos das telecomunicações e da tecnologia da informação, em particular nos países desenvolvidos, oferecem a promessa de cobrir as distâncias, acabar com o isolamento e revitalizar as comunidades rurais. Surgem novas opções e ferramentas para o desenvolvimento rural.

Entretanto, esta nova tecnologia pode ser também uma ameaça. Os serviços e empregos locais podem ser ameaçados por essa maior vulnerabilidade das áreas rurais. Sem um suporte adequado, algumas regiões rurais podem ser esquecidas para investimentos necessários em infra-estrutura e treinamento. É preciso examinar criticamente os processos regulatórios sociais e econômicos envolvidos na transição da sociedade rural para a dita “era da informação”.

Telecomunicações e tecnologia da informação ilustram como estas novas tendências podem incluir e excluir lugares e pessoas. As conseqüências destas transformações incluem aumento da dependência, declínio da atividade e menos segurança trabalhista, causando exclusão social. Como exemplo podemos citar as máquinas informatizadas em diversos setores que reduzem a mão-de-obra necessária. Algumas áreas rurais ainda têm um problema particular de sua típica alta dependência dos pagamentos de bem-estar sociais e empregados relacionados a estes, além dos custos de abastecimento locais. Segundo Marsden (1990), há uma necessidade específica de se realizar uma análise dos processos envolvidos nesta marginalização social. Pesquisadores têm que examinar as mudanças nas formas de exclusão nas áreas rurais, para estimar os esforços que a comunidade deve fazer para superar esta marginalização e então compreender os limites.

4.3 As novas ocupações em serviços no meio rural

Com os dados da PNAD verificamos quais eram as atividades que tinham uma maior participação (dado o grande número de atividades existentes na PNAD) nas ocupações em serviços e/ou as atividades que mostraram um crescimento mais significativo. Além disto, utilizamos a revisão bibliográfica que temos, identificando as atividades que mais crescem, tais como emprego doméstico (Nascimento, 2002), serviços pessoais, turismo, transporte, comunicação e lazer. Assim, analisamos as variáveis v9906 e v9907 da PNAD que são, respectivamente, o código atribuído à ocupação que a pessoa exercia na semana de referência e o código atribuído à atividade principal do empreendimento (negócio, firma, empresa, instituição, entidade, etc.) em que a pessoa trabalhava. Foram escolhidas as atividades discriminadas nas tabelas a seguir.

Tabela 2: Composição das pessoas ocupadas conforme a ocupação que a pessoa exercia no trabalho que tinha na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 1999.

Atividades	URBANA Urbaniz.	URBANA. Não urb.	URBANA Isolada	RURAL ext. urb.	RURAL Povoado	RURAL - núcleo	RURAL - outros	RURAL Estrito
Serv. Conta própria	23,07	20,57	11,68	16,43	34,02	-	-	14,71
Motorista	21,94	18,58	23,18	25,71	17,37	66,69	-	15,52
Trocador de ônibus	1,79	1,54	2,04	0,59	1,93	-	-	0,54
Arrumadeira Dom.	0,28	-	-	0,21	0,31	-	-	0,38
Babá	2,61	0,47	1,41	0,97	2,69	-	-	2,43
Cozinheira Dom.	0,54	0,66	0,63	1,15	-	-	-	1,31
Diarista doméstica	5,31	4,15	4,86	3,40	1,59	-	-	6,80
Lavadeira Dom.	1,62	1,78	0,58	0,83	0,87	-	-	2,32
Governanta Dom.	0,09	-	0,26	-	-	-	-	-
Serviços Dom.	38,18	48,38	48,16	47,49	38,97	33,31	100,00	53,60
Atendente Dom.	1,99	3,88	2,54	3,03	0,72	-	-	1,95
Alugador eq. Agric.	0,01	-	-	-	-	-	-	0,18
Prov. Serviços lazer	2,56	-	4,65	0,21	1,54	-	-	0,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD 1999

É importante ressaltar que tabulamos de maneira preliminar as principais ocupações em serviços. Utilizamos, como base de nossa tabulação, informações na revisão bibliográfica para definirmos quais atividades apresentar, haja vista a enorme diversidade quantitativa e qualitativa das atividades do setor de serviços. Apesar destas limitações, é interessante notar o número absoluto de pessoas ocupadas nas diversas atividades. É importante destacar que os ocupados em serviços domésticos no meio rural povoado constituem a maioria das atividades selecionadas representando 38,97% das atividades selecionadas (com 69.605 pessoas em 1999 ver tabela 2 do anexo), entretanto vem seguido de perto por serviços por conta própria: 34,02% das atividades selecionadas (60.769 pessoas em 1999). Já em 2001, tanto a quantidade dos ocupados em serviços por conta própria 32,89% das atividades selecionadas e dos ocupados em serviços domésticos (40,59% das atividades selecionadas) cai em números absolutos (serviços conta própria: 36.646 e serviços domésticos: 45.225 para o ano de 2001 de acordo com a tabela 3 do anexo), entretanto a queda é também relativa no primeiro, passa de 34,02% em 1999 para 32,89% em 2001. Já os serviços domésticos crescem em números relativos de 38,97% em 1999 para 40,59% em 2001. Para sabermos quanto o total das atividades relacionadas (100%) representa do total de pessoas ocupadas em serviços e do total geral é importante observarmos as tabelas 2, 3, 4 e 5 do anexo que correspondem as tabelas deste mesmo

número no texto. Estas tabelas do anexo fornecem o número de pessoas ocupadas de acordo com as atividades selecionadas e o total destas.

Além disto, uma parcela expressiva dos serviços domésticos e dos serviços por conta própria e também de motoristas está no meio rural estrito: 438.116, 120.208 e 126.865 ocupados, respectivamente, no ano de 1999, de acordo com a tabela 2 do anexo, representando respectivamente 53,60%, 14,71% e 15,52% das atividades selecionadas de acordo com a tabela anterior. No ano de 2001, estes números absolutos são (de acordo com a tabela 3 do anexo): 339.349, 103.004 e 105.038 para serviços domésticos, serviços por conta própria e motoristas respectivamente, também expressivos em comparação com outras áreas, excetuando-se a área urbana urbanizada (conforme podemos observar pelas tabelas 2 e 3 dos anexos). Estes números anteriores representam, respectivamente, 52,72%, 16,00% e 16,32% das atividades selecionadas (de acordo com a próxima tabela). Entretanto, na área rural estrito, os serviços domésticos caem proporcionalmente passando de 53,60% em 1999 para 52,72% em 2001. Já os serviços por conta própria e motoristas crescem proporcionalmente de 1999 (14,71% e 15,52% respectivamente) para 2001 (16,00% e 16,32%, para serviços por conta própria e motoristas). Estes números indicam que no meio rural estrito, ao contrário do meio rural povoado, o crescimento dos serviços são diferentes, e mesmo neste meio rural mais distante e que não está se urbanizando, temos o crescimento de serviços tipicamente urbanos como o de motoristas, por exemplo.

Tabela 3: Composição das pessoas ocupadas conforme a ocupação que a pessoa exercia no trabalho que tinha na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 2001.

Atividade	URBANA Urbaniz.	URBANA. Não urb.	URBANA isolada	RURAL ext. urb.	RURAL Povoado	RURAL - núcleo	RURAL - Outros	RURAL Estrito
Serv. Conta própria	21,78	15,69	24,24	17,74	32,89	-	24,28	16,00
Motorista	22,44	24,88	16,95	17,84	12,79	-	-	16,32
Trocador de ônibus	1,80	1,71	1,62	6,49	2,69	-	-	1,20
Arrumadeira Dom.	0,34	-	-	-	0,37	-	-	-
Babá	3,39	2,85	7,82	5,06	2,25	-	-	2,42
Cozinheira Dom.	0,70	0,41	1,30	-	0,68	-	-	0,65
Diarista doméstica	5,61	8,79	7,76	4,65	3,28	-	4,79	6,37
Lavadeira Dom.	1,63	1,40	1,54	1,81	1,83	-	-	2,07
Governanta Dom.	0,08	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Dom.	37,33	39,17	34,02	43,32	40,59	-	55,08	52,72
Atendente Dom.	2,11	3,28	3,11	3,09	2,61	-	11,31	1,54
Alugador eq. Agric.	0,01	-	-	-	-	-	-	0,15
Prov. Serviços lazer	2,78	1,82	1,62	-	-	-	4,55	0,55
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00

Fonte: PNAD 2001

É interessante observar, na tabela anterior, que ninguém é classificado, em 2001, na categoria rural núcleo. Em 1999, temos algumas pessoas ocupadas nesta categoria conforme podemos observar pelas tabelas 2 e 4.

Tabela 4 Composição das pessoas ocupadas conforme as atividades principais do empreendimento em que a pessoa trabalhava na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 1999.

Atividade	URBANA Urbaniz.	URBANA. Não urb.	URBANA Isolada	RURAL Ext. urb.	RURAL Povoadado	RURAL - Núcleo	RURAL - outros	RURAL Estrito
Com prod. Naturais	0,88	3,35	-	-	0,76	-	-	0,91
Com. Alimentos	17,55	16,19	18,53	16,43	22,96	-	-	13,06
Lavanderia	1,94	2,89	0,42	0,57	2,14	-	-	1,75
Serv. Residenciais	5,58	3,25	2,28	4,04	1,45	-	-	1,90
Servi. Segurança	4,34	4,11	5,37	7,48	1,69	-	-	1,29
Emprego dom.	43,73	47,13	59,05	48,95	34,42	100,00	75,03	52,70
Jardineiro	0,69	0,69	1,29	-	0,36	-	24,97	0,44
Serviços diversões	2,89	2,09	3,73	1,76	0,52	-	-	0,86
Serv comunicação	1,05	0,22	0,75	0,93	0,31	-	-	0,10
Est.Ensino público	21,35	20,08	8,57	19,83	35,39	-	-	26,99
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD 1999

Tabela 5 Composição das pessoas ocupadas conforme as atividades principais do empreendimento em que a pessoa trabalhava na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 2001.

Atividade	URBANA urbaniz.	URBANA. Não urb.	URBANA Isolada	RURAL Ext. urb.	RURAL Povoadado	RURAL - Núcleo	RURAL - outros	RURAL Estrito
Com prod. Naturais	0,86	0,78	1,45	-	0,64	-	-	1,02
Com. Alimentos	15,90	15,29	14,56	19,51	17,84	-	32,57	12,42
Lavanderia	1,56	1,09	1,15	3,17	1,59	-	-	1,78
Serv. Residenciais	6,21	4,79	5,42	7,88	0,89	-	-	1,11
Servi. Segurança	4,86	5,63	11,75	6,93	2,08	-	-	1,08
Emprego dom.	44,89	55,67	49,27	48,33	38,28	-	59,43	48,89
Jardineiro	0,63	1,56	1,64	2,75	0,38	-	7,99	0,46
Serviços diversões	3,39	1,16	2,71	0,63	0,94	-	-	0,50
Serv comunicação	0,94	0,86	-	-	0,51	-	-	0,28
Est.Ensino público	20,76	13,16	12,04	10,81	36,86	-	-	32,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00

Fonte: PNAD 2001

Analisando as quatro tabelas anteriores (tabelas 2, 3, 4 e 5) e comparando-as com a tabela 1, podemos observar que é crescente a absorção de trabalhadores pelo comércio, especialmente no meio rural como um todo. E também é crescente a participação das

atividades sociais (públicas e privadas), que, além, da saúde e da educação, engloba atividades sem fins lucrativos, como sindicatos, clubes culturais e esportivos, atividades religiosas, organizações não governamentais dedicadas ao serviço público.

No âmbito do setor terciário, observa-se também (durante os primeiros anos da década de 90) a falta de dinamismo de setores básicos para o processo de modernização da economia, como transportes, comunicações e serviços auxiliares às empresas. Porém, é possível observar, através do número de empregos oferecidos pelo mercado formal, o início de um processo de reestruturação organizacional baseado na crescente introdução de informática e eliminação de níveis hierárquicos gerenciais e de postos de trabalho na indústria. Dois setores que se encontravam superdimensionados em relação ao resto da economia, ou seja, o governo e as atividades financeiras, apresentam um relativo declínio na representatividade, tanto do ponto de vista da geração de produto, como na de absorção de trabalhadores. Na tabela 1, verifica-se que a participação de "Administração Pública" é mias constante, cai a sua participação dentro dos serviços.

A indústria de transformação vem repassando para o setor de serviços, desde os anos 80, o seu papel de geradora líquida de empregos. Porém, o aumento das atividades de serviços vem se manifestando menos intensamente pelo aumento de serviços mais sofisticados voltados para o atendimento de novas tecnologias, mas grandemente pela criação de novos postos de trabalho autônomos ou de pequenas e médias empresas que utilizam tecnologias menos avançadas e que requerem menor qualificação, ou seja, devido ao fluxo de trabalhadores que criam suas próprias oportunidades de trabalho e de pequenos capitais individuais em busca de aplicação produtiva.

Assim, a reestruturação organizacional, associada a novas tecnologias, à terceirização e às fusões, apresenta como resultado, por um lado a destruição de um número considerável de empregos; porém, por outro lado, cria-se uma série de novas necessidades de consumo e de serviços complementares. Observa-se, paralelamente, uma transformação na estrutura ocupacional: algumas ocupações tornam-se obsoletas e substituíveis, principalmente as ligadas a processos de controle administrativo, enquanto que novas ocupações são criadas, como as voltadas à qualificação da mão-de-obra, a preservação ambiental, ou à qualidade de vida. Novos produtos e serviços vêm sendo criados e incorporados a instituições de serviços voltados para objetivos sociais, como as

Organizações Não Governamentais (ONGs), que resultam em formas de cooperação voluntária e serviços sem fins lucrativos, mas que geram um volume não desprezível de emprego e renda.

Atualmente, o setor de telecomunicações está criando novas ocupações em serviços ligados à telefonia móvel, gerência de redes, implementação de sistemas e software de integração. Surgem também novas ocupações especializadas no mercado financeiro e no turismo. Dados do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo indicam que o setor movimentava cerca de 45 bilhões de dólares anuais (cerca de 7,8% do PIB brasileiro), com 5,8 milhões de pessoas empregadas em 1999.

Já na década de 80 houve um aumento do emprego em várias ocupações que nos anos 90 registraram forte expansão, como: limpeza, segurança, recepcionista, analista de sistemas, entre outras. A lista das ocupações em alta concentra-se nas atividades de asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, comércio, garçons, professores e funcionários públicos. Ou seja, as atividades profissionais vinculadas, em geral, ao setor de serviços básicos (geralmente com baixo grau de especialização técnica, precárias condições de trabalho e reduzida remuneração).

Em síntese, verifica-se que estão sendo destruídas as ocupações profissionais de mestres em manufaturas, torneiros mecânicos e sendo abertos as ocupações profissionais de cozinheiros, recepcionistas, seguranças, garçons e atletas profissionais no setor privado. No setor público surgem agentes administrativos e supervisores de polícia. Assim, além de sugerirem uma menor necessidade de qualificação profissional, estas ocupações em alta tendem a remunerar abaixo das ocupações que estão sendo mais reduzidas no Brasil. Isto faz com que piores ainda mais os rendimentos no setor de serviços (para maiores informações ver Capítulo 5).

A evolução das ocupações no período recente no Brasil aponta para uma direção distinta da verificada nas economias desenvolvidas, que tenderam a registrar maiores avanços nas ocupações profissionais voltadas para os serviços de produção. Isso parece ocorrer devido à capacidade de adoção e difusão do novo paradigma técnico-produtivo estar diretamente associado ao fortalecimento dos setores Industriais e, por consequência, dos serviços de produção. Esses dois setores não estão sendo fortalecidos pelo processo de reconversão econômica brasileira.

Assim, observa-se que o perfil das ofertas profissionais em alta no país não está necessariamente associado às exigências de maior qualificação profissional. Dado o tipo de demanda de trabalho que mais cresceu nos anos 90, parecem falsas tanto as hipóteses que sustentam existir mudanças generalizadas no conteúdo dos postos de trabalho quanto os argumentos que apontam para a existência do desemprego motivado por uma oferta de trabalho inadequada aos requisitos da contratação empresarial. Não pode haver dúvidas que num país marcado pelo atraso educacional, todo esforço no sentido de elevar a escolaridade e ampliar a formação profissional deve ser positivo. O lamentável, todavia, é que a sua justificativa encontra-se algumas vezes apoiada na resolução do problema do desemprego no Brasil somente através da educação.

Além destes serviços, é importante destacar também o papel dos serviços governamentais. Os serviços governamentais desempenham um papel importante em países não desenvolvidos, seja através do fornecimento de bens públicos, ou da complementação da provisão privada de serviços de mercado, a fim de fornecer uma infraestrutura, serviços educacionais e de saúde, que preparam a economia para o caminho do desenvolvimento econômico.

A análise do processo de "terciarização"⁶ para o Brasil revela que o processo de reestruturação produtiva que leva à elevação da representatividade das atividades terciárias da economia é constante e gradual. A terciarização brasileira se apresenta como consequência não apenas do processo de desenvolvimento econômico, como nas demais economias industrializadas, mas também como ajustamento das necessidades de emprego e geração de renda em conjunturas econômicas desfavoráveis.

⁶ Chama-se de terciarização o dinamismo do aumento das atividades no setor terciário da economia ou no setor de serviços.

4.4 O crescimento das ocupações no setor de serviços

As tabelas a seguir mostram os números-índice do número de pessoas ocupadas nos diversos setores de atividade (obtidos a partir dos mesmos dados básicos utilizados na elaboração da tabela 1, só que agora não utilizamos apenas a abertura rural e urbana), conforme a natureza da área onde se situa seu domicílio, de acordo com as PNADs de 1992, 1996, 1999 e 2001.

Conforme podemos observar pelas próximas tabelas, o crescimento dos serviços ocorre nas áreas rurais de diferentes formas. O crescimento dos serviços nas áreas rurais extensão urbana não foi superior ao crescimento dos serviços das áreas rurais estrito durante o período de 1992-99. Entretanto, o crescimento do rural povoado foi significativamente superior. O que ocorre com os serviços no meio urbano (área urbana urbanizada + área urbana não-urbanizada + urbana isolada) é que eles crescem menos do que os serviços no meio rural (compreendido por rural extensão urbana + rural povoado + rural núcleo + rural outros + rural estrito). Isso pode ser comprovado pelas tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 6. Números-Índice do número de pessoas ocupadas nos setores de atividades segundo tipos de área Brasil, 1992/1996/1999/2001 Ano-base: 1992.

Área	Setor de Atividade		1992	1996	1999	2001
Urbana Urbaniz.	Agricultura		100,00	90,49	91,00	91,89
	Indústria		100,00	100,82	101,05	115,18
	Serviços	Total	100,00	113,51	120,71	137,99
		Comércio Merc.	100,00	113,93	120,41	138,20
		Prestação de Serviços	100,00	113,28	118,57	135,22
		Serviços auxiliares	100,00	122,98	143,65	171,43
		Transp e comunic.	100,00	110,98	121,81	139,95
		Social	100,00	115,63	123,82	139,58
		Administ. Pública	100,00	105,28	108,15	121,56
		Outras Ativ.	100,00	89,25	90,69	92,86
	Total Geral		100,00	107,32	111,94	126,35
Rural Estrito	Agricultura		100,00	89,39	94,50	83,23
	Indústria		100,00	107,44	129,82	93,23
	Serviços	Total	100,00	113,80	132,89	106,24
		Comércio Merc.	100,00	117,46	132,47	108,61
		Prestação de Serviços	100,00	107,43	129,47	93,66
		Serviços auxiliares	100,00	146,14	228,74	213,06
		Transp. e comunic.	100,00	117,71	136,42	118,05
		Social	100,00	110,31	116,90	107,08
		Administ. Pública	100,00	150,31	180,92	143,31
		Outras Ativ.	100,00	105,55	149,04	94,13
	Total Geral		100,00	93,10	100,81	86,29
Área	Setor de Atividade	1992	1996	1999	2001	
Rural Ext. Urbana	Agricultura		100,00	74,81	75,23	17,44
	Indústria		100,00	111,63	108,57	95,54
	Serviços	Total	100,00	115,12	121,98	68,83
		Comércio Merc.	100,00	141,90	135,91	79,97
		Prestação de Serviços	100,00	107,28	109,87	80,52
		Serviços auxiliares	100,00	113,54	202,48	66,39
		Transp e comunic.	100,00	107,81	109,51	89,05
		Social	100,00	143,20	168,84	56,84
		Administ. Pública	100,00	72,16	69,45	22,59
		Outras Ativ.	100,00	176,39	179,69	42,24
	Total Geral		100,00	107,34	110,93	62,89

Área	Setor de Atividade	1992	1996	1999	2001
Rural Povoado	Agricultura	100,00	98,33	101,64	65,47
	Indústria	100,00	104,30	123,76	74,28
	Serviços	100,00	123,02	140,79	89,67
	Total	100,00	111,61	110,52	66,10
	Comércio Merc.	100,00	146,06	161,22	106,28
	Prestação de Serviços	100,00	83,18	258,69	152,27
	Serviços auxiliares	100,00	124,03	154,65	88,21
	Transp e comunic.	100,00	107,43	131,87	79,90
	Social	100,00	123,24	150,08	120,07
	Administ. Pública	100,00	43,86	149,38	107,24
	Outras Ativ.	100,00	43,86	149,38	107,24
	Total Geral	100,00	105,62	115,18	73,26

Fonte: PNAD 1992/2001

Conforme podemos observar pela tabela anterior e que inicialmente havíamos alertado no item 4.2, se analisarmos o crescimento dos ocupados no setor de serviços no meio rural até o ano de 1999, poderíamos ser levados a afirmar que este crescimento é proporcionalmente maior do que o crescimento dos ocupados em serviços no meio urbano. Entretanto, esta seria uma análise superficial, visto que não estaríamos incluindo na análise o crescente processo de urbanização do meio rural. Muitas áreas consideradas rurais em 1999 estariam já urbanizadas, mas este fenômeno só será observado na PNAD de 2001. Assim, os serviços da área rural povoado chegam ao número-índice 140,79 em 1999, mas em 2001 o índice cai para 89, 67, indicando que o aumento até 1999 foi proporcionado em grande medida pela urbanização desta área ao longo do tempo (1992 a 1999). Há que destacar a área rural estrito, que chega ao número-índice: 132,89 em 1999, e a 106,24 em 2001. Assim, nesta área, embora também ocorra um certo fenômeno de urbanização (mais raro devido à maior distância dos centros urbanos), podemos observar que os ocupados no setor de serviços aumentaram mesmo após a revisão censitária, indicando um aumento dos serviços em áreas rurais mais longínquas e atrasadas. Este aumento provavelmente foge à regra do aumento de serviços derivados do dinamismo da urbanização de certas áreas. Foi um aumento tipicamente derivado de um dinamismo próprio da área rural e que muito provavelmente pouca influência sofreu dos grandes centros urbanos. É certo que não podemos afirmar que este aumento é em proporção maior do que aquele registrado no meio urbano (precisaríamos de uma análise geográfica minuciosa), mas é um aumento a se considerar, principalmente quando observamos os Serviços Auxiliares das Atividades

Econômicas que chegam ao número de 228,74 em 1999, e que em 2001 atingem um número próximo: 213,06. Assim, este tipo de serviço não só cresce muito em comparação ao ano de 1992, como também mantém uma média de crescimento compatível com o ano de 1999, indicando que a influência da urbanização do meio rural para este setor específico não foi assim tão determinante para o aumento dos ocupados em serviços neste setor (Serviços Auxiliares da área rural estrito⁷).

Assim, podemos afirmar que o número de ocupados em serviços na área rural estrito cresceu além daquilo que seria esperado como decorrente apenas da urbanização. Mas, também no meio urbano, os serviços vêm crescendo substancialmente. Este crescimento dos serviços ocorre tanto na área urbana quanto na área rural, respeitando-se suas peculiaridades. Além disto, o destaque anterior para os serviços auxiliares da atividade econômica (crescimento entre 1992 e 2001) é importante, pois demonstra uma trajetória de evolução ao longo do tempo visivelmente crescente, até mesmo em 2001 se descartarmos o ano de 1999 que é muito próximo da revisão censitária do ano de 2000.

Os números-índice do rural estrito crescem mais do que os números-índice do rural extensão urbana (provavelmente isso ocorre porque a "extensão urbana" já compõe áreas urbanizadas que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município, portanto não obedecem à dinâmica de crescimento dos serviços no meio rural). Entretanto, o rural povoado cresce mais do que o rural estrito e do que o rural extensão urbana, demonstrando dessa forma o potencial de crescimento dos serviços nas áreas rurais que ainda não são urbanizadas, mas que tendem a sê-lo.

Os gráficos a seguir ilustram melhor essa situação. É interessante notar como a trajetória do crescimento dos serviços na área rural povoado é bem mais acentuada do que nas outras áreas.

⁷ Devemos levar em consideração que a amostra pode começar a ficar pequena quando fazemos algumas desagregações.

Gráfico 1: crescimento dos índices do número de pessoas ocupadas nos setores de atividades na área urbana urbanizada

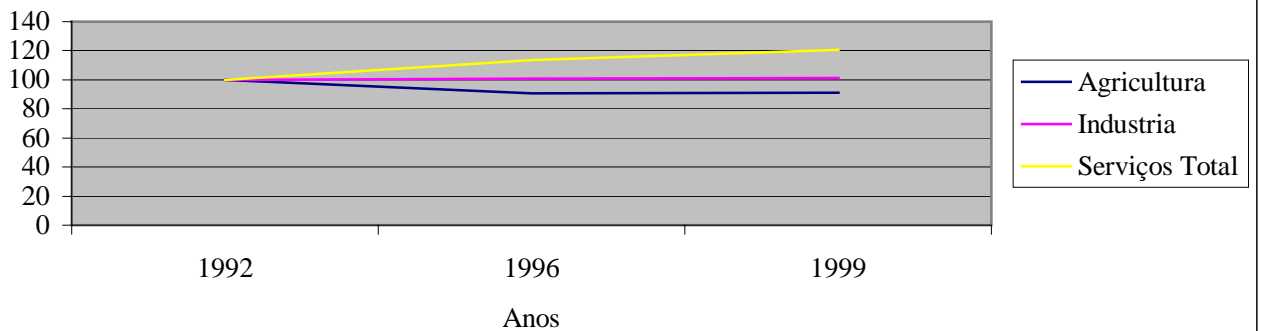


Gráfico2: crescimento dos índices do número de pessoas ocupadas nos setores de atividades na área rural extensão urbana

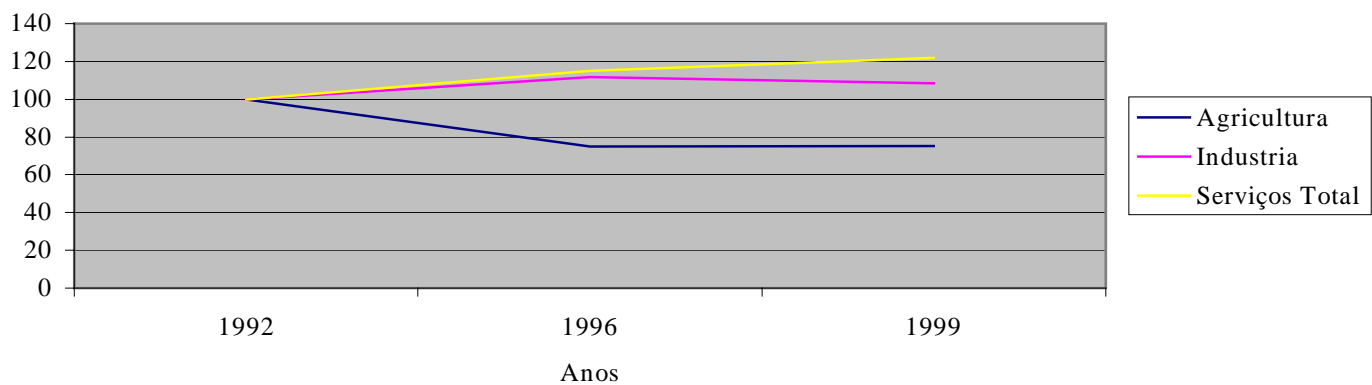


Gráfico 3: crescimento dos índices do número de pessoas ocupadas nos setores de atividades na área rural povoado

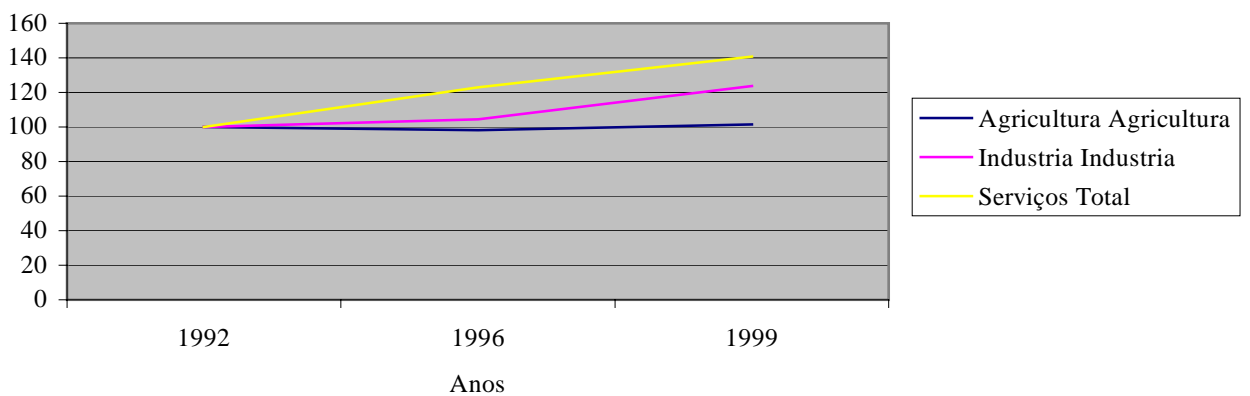


Gráfico 4: crescimento dos índices do número de pessoas ocupadas nos setores de atividades na área rural estrito

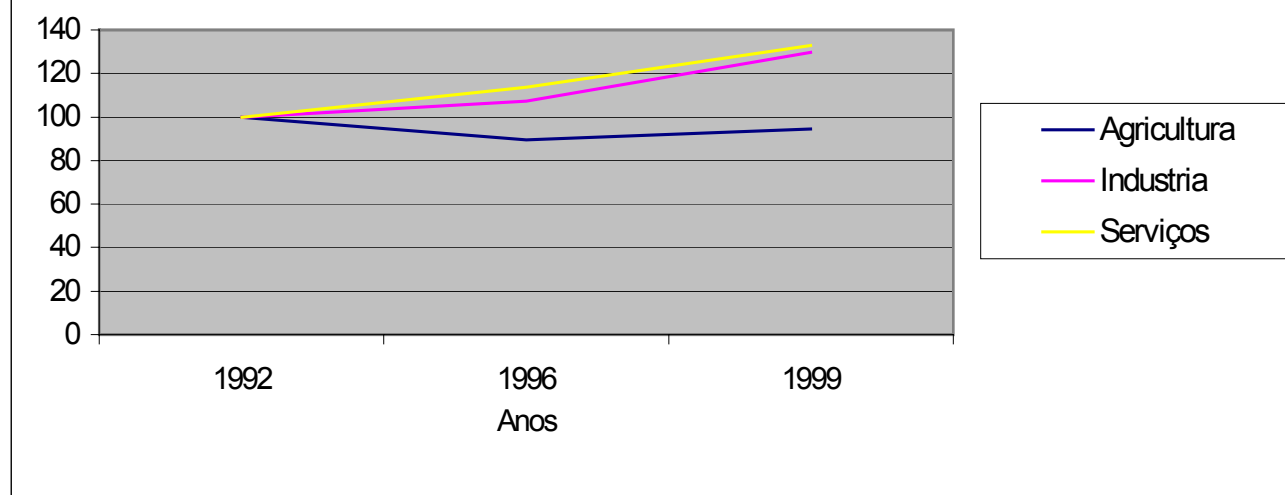


Tabela 7: Pessoas Ocupadas nos setores de atividades segundo a área - Brasil, 2001.

Setor de Atividades		Urbano	Rural	Total
Agricultura		7,35	76,62	20,59
Indústria		22,89	7,58	19,97
Serviços	Total	67,61	15,59	57,67
	Comércio Merc.	16,95	3,05	14,29
	Prestação Serv.	23,45	6,36	20,19
	Serv. Auxiliares	5,20	0,66	4,33
	Transp. Comunic.	4,94	1,07	4,20
	Social	11,41	3,22	9,84
	Administ. Pública	5,67	1,22	4,82
	Outras Ativid.	2,15	0,21	1,78
TOTAL		100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD 2001

Já em comparação com a PNAD do ano de 2001 pode-se notar (conforme a tabela 7) que aumentou o número dos ocupados em serviços no meio urbano e caiu o número dos ocupados em serviços no meio rural em comparação com a PNAD de 1999 (ver tabela 1). Isso já era esperado e ocorre por causa da nova delimitação das áreas urbanas e rurais. Como ocorre um aumento das áreas urbanas, os ocupados destas também aumentam e o inverso ocorre para as áreas rurais.

Entretanto, é interessante destacar que os números dos ocupados em serviços das áreas rurais em 2001 é próximo do número dos ocupados em serviços das áreas rurais de 1992 (ver Tabela 1 do anexo) levando-se em conta a diferente forma de contagem.

Uma outra observação a destacar é que o número de ocupados do setor de serviços na área rural corresponde a 15,59% de todos os ocupados e destes, 6,36% são de prestações de serviços, 3,22% de serviços sociais e 3,05% de comércio de mercadorias conforme tabela acima. Só por comparação, temos também os ocupados na indústria no meio rural que somam 7,58%, pouco mais da metade dos serviços no meio rural (15,59%), de acordo com a Tabela 7.

Conforme já afirmamos no capítulo 2, pretendia-se trabalhar, inicialmente, com a série de dados de 1992 a 1999, pois ,com o novo Censo de 2000, não se poderia comparar, estrito senso, os serviços da área rural de 1992 com os serviços da área rural de 2001 (conforme já se disse, ocorre uma mudança no dimensionamento dessa área na PNAD de 2001). De acordo com o IBGE, a definição de área urbana e rural da PNAD de 2001 foi estabelecida conforme definição legal vigente em 1º de agosto de 2000 e é definida conforme decisão do município. Entretanto, com a divulgação da PNAD 2001, é interessante levar em consideração que, conforme o Censo anterior (2000), a área urbana aumentou em detrimento da área rural, o que já era esperado e vem ocorrendo crescentemente. Assim, pode-se ter que parte do aumento nos serviços da área rural que ocorreu no período (1992 a 1999) agora faz parte da área urbana. São provavelmente nessas áreas rurais - especialmente rural-povoado - que vão se urbanizando (e que já são urbanas na PNAD de 2001), que vai ocorrer os aumentos mais expressivos do setor serviços. E são nestas áreas que surgiram e continuarão a surgir novos tipos de serviços, até pelo fato de que nas áreas urbanas a gama de serviços é ainda quantitativamente e qualitativamente superior à das áreas rurais. Assim, o aumento no setor de serviços se dá no meio urbano, no meio rural e nas áreas de transição (rural extensão urbana, rural povoado). Sendo este aumento mais expressivo nestas últimas áreas. Por isto é interessante observar a dinâmica das transformações ao longo das PNADs dos anos 90, mas é fundamental também analisarmos a PNAD de 2001 que demonstra o fato já consolidado. Mesmo assim, os serviços também crescem na área rural estrito, que é uma área sem aglomerados. Assim, podemos observar que existe um crescimento no setor de serviços em todas as áreas,

algumas com mais intensidade do que em outras (p.ex: rural povoado em "transição" 1992-1999).

Fazendo as mesmas análises que fizemos para comparar o rural e o urbano, se agora dividirmos, para o ano de 1992, a porcentagem de ocupados em serviços na área urbana urbanizada (62,04) pela porcentagem de ocupados em serviços na área rural estrita (10,54), teríamos como resultado o valor 5,9, que é quantas vezes mais chances tem a área urbana urbanizada de ter um empregado em serviços do que a área rural estrito. Ao fazermos esta mesma operação para o ano de 2001, de acordo com a tabela 8, dividindo 67,76 (porcentagem de ocupados em serviços da área urbana urbanizada) por 12,99 (porcentagem de ocupados em serviços da área rural estrito), obteríamos o valor 5,2. Isto é, no ano de 2001, a chance de termos ocupados em serviços no meio urbano urbanizado é 5,2 vezes maior do que no meio rural estrito. Este índice é menor do que o do ano de 1992. Assim, ao longo do tempo temos uma redução nas chances do meio urbano urbanizado ter ocupados em serviços em comparação aos ocupados em serviços no meio rural estrito.

Verifica-se, assim, um grande dinamismo no setor de serviços nessas áreas rurais durante a série estudada, fazendo delas áreas já urbanas na PNAD de 2001. O aumento de quantidade e de qualidade dos serviços consegue, de certa forma, transformar áreas, que eram antes efetivamente rurais, em urbanas. Isso é constatado pela análise das tabelas anteriores que incorporam as diversas áreas rurais. Pode-se dizer que as áreas rurais que ainda serão urbanizadas (rural povoado principalmente) são as que apresentam o maior crescimento no setor de serviços das áreas rurais comparando os anos 90 com 2001. Assim, é também um crescimento superior dos serviços em relação às outras áreas rurais.

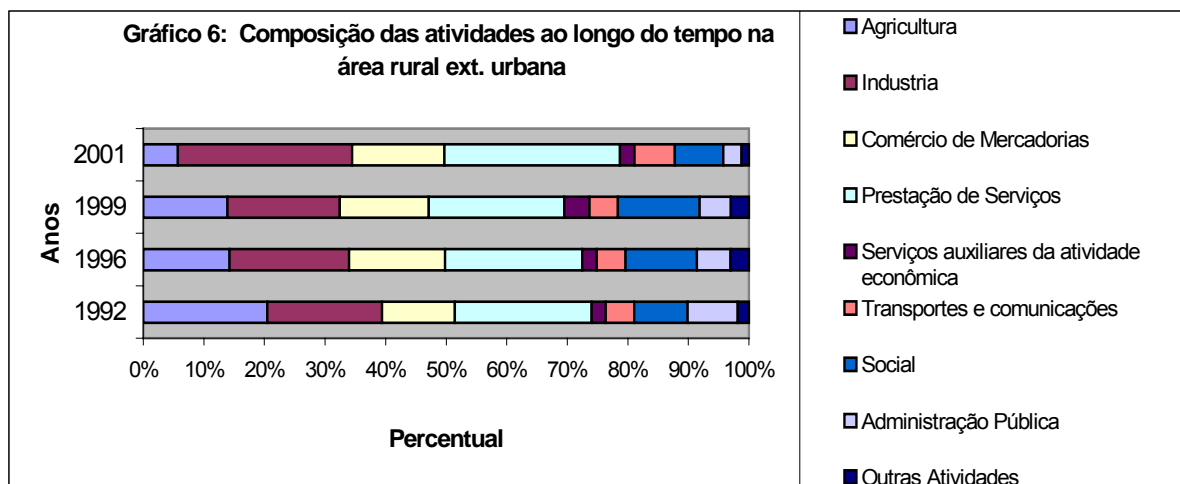
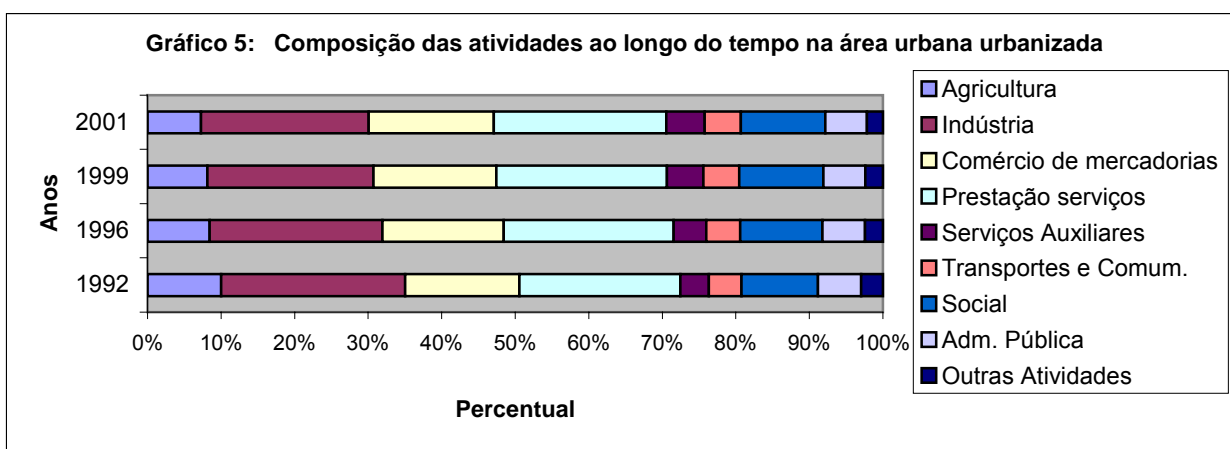
Essas análises também podem ser comprovadas pela observação da evolução, ao longo do tempo (1992/1999 e 2001), da composição das atividades segundo a área, apresentada nas tabelas e gráficos a seguir:

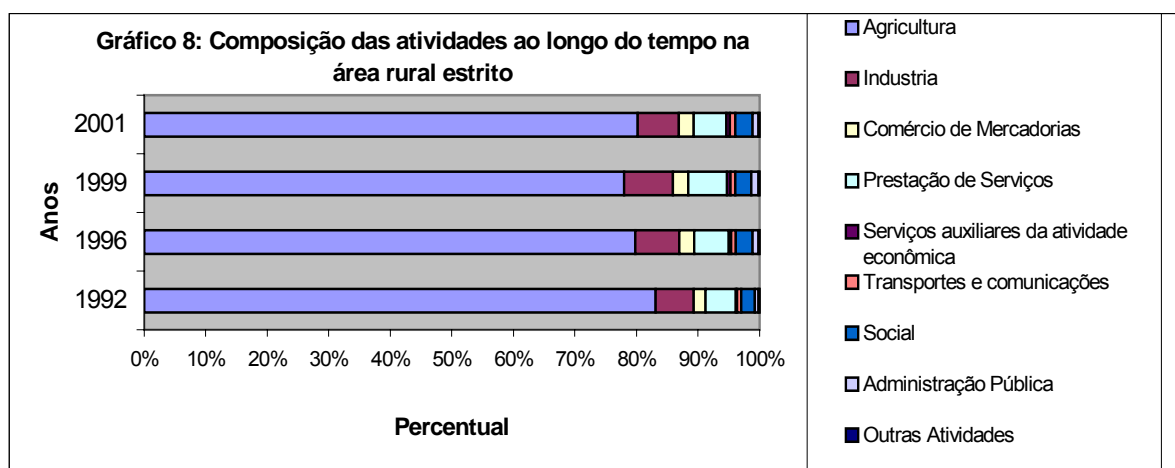
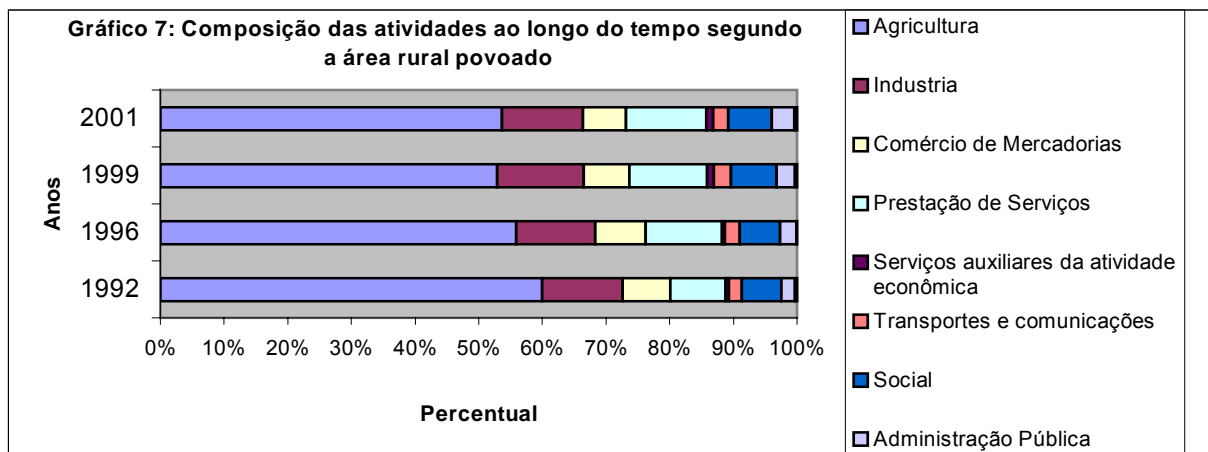
Tabela 8. Mudança na composição da população ocupada conforme setores de atividade em vários tipos de área

Área e Setor de Atividade		Anos			
Urbana Urbaniz.	Setor de Atividade	1992	1996	1999	2001
Agricultura		10,00	8,43	8,13	7,27
Indústria		25,02	23,50	22,58	22,81
Serviços	Total	62,04	65,63	66,91	67,76
	Comércio Mercadorias	15,53	16,49	16,71	16,99
	Prestação de Serviços	21,92	23,13	23,21	23,46
	Serviços auxiliares	3,86	4,42	4,95	5,23
	Transp. e comunic.	4,46	4,61	4,86	4,94
	Social	10,37	11,18	11,47	11,46
	Administração Pública	5,90	5,79	5,70	5,68
Outras Ativ.		2,94	2,44	2,38	2,16
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00
Rural Estrito	Setor de Atividade	1992	1996	1999	2001
Agricultura		83,13	79,81	77,92	80,18
Indústria		6,17	7,12	7,94	6,66
Serviços	Total	10,54	12,89	13,90	12,99
	Comércio Mercadorias	1,94	2,45	2,55	2,44
	Prestação de Serviços	4,88	5,64	6,27	5,3
	Serviços auxiliares	0,24	0,38	0,54	0,59
	Transp. e comunic.	0,61	0,77	0,82	0,83
	Social	2,27	2,69	2,64	2,82
	Administração Pública	0,60	0,96	1,07	0,99
Outras Ativ.		0,16	0,18	0,24	0,17
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00
Rural Ext. Urbana	Setor de Atividade	1992	1996	1999	2001
Agricultura		20,46	14,26	13,88	5,67
Indústria		18,96	19,72	18,56	28,81
Serviços	Total	41,26	62,99	52,85	64,28
	Comércio Mercadorias	12,01	15,87	14,71	15,27
	Prestação de Serviços	22,62	22,60	22,40	28,95
	Serviços auxiliares	2,28	2,41	4,17	2,41
	Transp. e comunic.	4,72	4,74	4,66	6,68
	Social	8,86	11,82	13,48	8,01
	Administração Pública	8,25	5,55	5,17	2,97
Outras Ativ.		1,84	3,03	2,99	1,24
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00

Rural Povoado	Sector de Atividade	1992	1996	1999	2001
Agricultura	Agricultura	59,99	55,84	52,93	53,61
Indústria	Indústria	12,61	12,45	13,54	12,78
Serviços	Total	27,12	31,59	33,16	33,20
	Comércio Mercadorias	7,5	7,93	7,20	6,77
	Prestação de Serviços	8,7	12,03	12,18	12,62
	Serviços auxiliares	0,49	0,39	1,10	1,02
	Transp. e comunic.	1,99	2,34	2,67	2,40
	Social	6,28	6,39	7,19	6,85
	Administração Pública	2,16	2,52	2,82	3,54
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00
Outras Ativ.		0,28	0,12	0,37	0,41

Fonte: PNAD 1992/2001





Pode-se observar que, na área urbana urbanizada, a participação de todas as categorias de serviços (comércio de alimentos, prestação de serviços, serviços auxiliares, transportes e comunicação, social e administração pública) aumenta ao longo do tempo (1992 a 2001), em detrimento da indústria e da agricultura.

Na área rural “extensão urbana”, a situação é próxima da que ocorre na área urbana “urbanizada” com o aumento das categorias de serviços ao longo do tempo, com destaque para as atividades de serviços auxiliares da atividade econômica que crescem de 1992 para 1996 e continua a crescer até 1999, reduzindo-se em 2001 (provavelmente resultado da nova delimitação feita por ocasião do Censo de 2000).

Já quanto à área rural povoado os serviços também crescem, mas com grande crescimento de prestação de serviços e de transportes e comunicações, crescimento esse claramente superior ao desses mesmos setores em área urbana urbanizada e rural extensão do urbano.

Na área rural estrito, como era de se esperar, a participação da agricultura é marcante, entretanto é visível o crescimento do comércio de mercadorias e da prestação de serviços. Isso pode ser um bom indicador de que o fenômeno da “urbanização” das áreas rurais ocorre até mesmo em áreas rurais mais afastadas e tradicionais.

A dissertação de mestrado de Nascimento (2002) analisa o aumento do emprego doméstico nas áreas rurais. Este aumento do emprego doméstico também ajuda a explicar o aumento dos serviços nas áreas rurais. Sendo o meio rural também uma nova opção de moradia (de classes médias e altas), as famílias tendem a procurar empregadas nos arredores. Além disto, temos uma parte de empregadas domésticas que são filhas dos agricultores e se interessam em sair das atividades do campo e a buscar emprego nas cidades. Elas vão trabalhar na cidade e voltam para dormir no meio rural. Sendo uma nova forma de ocupação destas habitantes do meio rural que agora trabalham nas cidades, mas isto só foi possível atualmente com o desenvolvimento nos meios de transporte e a melhoria nas estradas.

4.5 Os ocupados em serviços em alguns estados com níveis de desenvolvimento agrícola e de urbanização diferentes

É interessante também analisar os ocupados em atividades de serviços em alguns estados para comparar com o Estado de São Paulo. Vamos comparar estados com níveis distintos de desenvolvimento agrícola e de urbanização. Assim, escolhemos comparar os seguintes estados com São Paulo: Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão. Os resultados são apresentados nas tabelas 9 e 10 e analisados a seguir.

Tabela. 9 Composição das pessoas ocupadas nos ramos de atividades segundo o tipo de área 1999.

Área	Setor de Atividade	SP	GO	PR	MG	SC	RS	PE	MA
Urb.Urbaniz	Agricultura	3,49	8,58	8,71	10,96	9,67	7,72	9,02	29,27
	Indústria	27,05	19,09	23,39	24,51	32,80	25,69	19,45	12,98
	Serv. Total	66,42	70,54	65,92	62,97	55,40	63,49	68,20	57,04
	Comércio Merc.	16,01	18,06	16,99	14,66	13,36	15,11	19,47	19,99
	Prest. Serviços	22,92	27,89	21,87	23,61	19,70	21,05	23,41	18,25
	Serv. Auxiliares	6,71	3,62	5,39	4,41	4,92	5,38	3,88	1,42
	Transp./ comunic.	5,12	4,51	5,25	4,74	4,17	4,22	5,55	2,99
	Social	11,27	10,07	11,40	10,70	8,54	12,39	10,16	10,54
	Administ. Pública	4,39	6,39	5,02	4,85	4,72	5,34	5,73	3,85
	Outras Atividades	3,04	1,80	1,98	1,56	2,13	3,11	3,32	0,71
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rural Pov.	Agricultura	16,22	54,65	35,84	33,80	23,33	-	42,57	71,49
	Indústria	24,33	15,12	21,22	21,37	63,34	-	18,75	6,73
	Serv. Total	56,77	30,23	42,65	44,50	13,33	-	37,63	21,78
	Comércio Merc.	10,81	3,49	9,66	9,39	3,33	-	15,59	4,55
	Prest. Serviços	24,33	11,63	18,78	21,11	3,33	-	2,10	8,32
	Serv. Auxiliares	8,11	1,16	1,56	1,35	0,00	-	0,00	0,59
	Transp./ comunic.	5,41	2,33	4,09	4,79	0,00	-	9,14	0,99
	Social	8,11	5,81	7,00	6,84	6,67	-	5,40	5,94
	Administ. Pública	0,00	5,81	1,56	1,02	0,00	-	5,40	1,39
	Outras Atividades	2,70	0,00	0,30	0,33	0,00	-	1,05	0,00
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00
Rural Excl.	Agricultura	52,88	72,81	80,84	79,49	71,76	74,32	77,93	88,97
	Indústria	15,20	6,50	5,47	6,60	15,06	11,04	10,78	2,76
	Serv. Total	31,24	20,69	13,51	13,84	13,11	14,23	10,66	8,19
	Comércio Merc.	5,76	4,23	2,59	1,51	2,17	2,93	2,26	2,03
	Prest. Serviços	17,29	10,65	5,21	8,14	5,92	5,67	4,04	2,43
	Serv. Auxiliares	1,50	0,53	0,93	0,79	0,82	0,75	0,72	0,08
	Transp./ comunic.	1,25	0,91	0,81	0,91	1,27	1,26	0,85	0,57
	Social	3,26	2,95	2,76	1,67	1,80	2,23	2,18	2,76
	Administ. Pública	2,17	1,44	1,21	0,82	1,12	1,40	0,61	0,32
	Outras Atividades	0,67	0,00	0,19	0,07	0,07	0,41	0,63	0,08
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD (Estados selecionados) 1999

Para São Paulo, pode-se observar que a maioria dos ocupados da área urbana está em serviços (66,42%). Porém, os ocupados em serviços na área rural povoado não ficam muito atrás desse percentual (56,77%). Entre os ocupados em serviços, há que se destacar que os setores de Prestação de serviços, de serviços auxiliares da atividade econômica e Transportes e comunicações são proporcionalmente maiores na área rural povoado do que na área urbana em 1999. Agora vamos comparar estes dados com os dados de alguns Estados selecionados.

Comparando o Estado do Rio Grande do Sul com São Paulo pode-se observar que a proporção dos ocupados em serviços na área rural exclusive (estrito) é menor (14,23%) nesse estado do que a de São Paulo (31,24). E nenhum dos subsetores dos serviços no meio rural ultrapassa a proporção dos ocupados em serviços da área urbana. O Rio Grande do Sul não possui o rural povoado.

Já Goiás e Minas Gerais apresentam uma proporção de ocupados em serviços no rural povoado mais próxima da de São Paulo e aproximando-se de sua proporção de ocupados em serviços na área urbana. Há que se notar, porém, a grande proporção de ocupados em serviços da área urbana de Goiás (70,54%) que é maior que a proporção de todos os outros estados. Isto se pelo processo de terceirização das atividades, visto que esse aumento varia conforme a redução dos ocupados em agricultura nesse estado, que é primordialmente agrícola (ver dados de agricultura na área rural povoado e estrito). Assim, não se pode considerar surpreendente essa proporção em serviços, visto que são apenas atividades que passaram de um setor para outro, mas mantendo seu caráter.

Em Santa Catarina e no Paraná, não se pôde observar grandes transformações, seja por conta da desagregação quando se analisaram os estados em muitas áreas, seja porque são áreas com desenvolvimento agrícola e urbano semelhantes ao de São Paulo.

Em Pernambuco, é importante a presença dos ocupados em Serviços na área rural povoado (37,63%), enquanto os setores transportes e comunicações (9,14%) ultrapassam a proporção dos ocupados na área urbana (5,55%). No Maranhão, porém, os ocupados em serviços na área rural estrito (8,19%) são proporcionalmente bem menores do que os ocupados nos demais estados nesse setor. Isso se deve provavelmente ao fato de o nível de desenvolvimento na área rural ser bastante atrasado nas áreas mais pobres do país. Nessas localidades, a área rural povoado (71,49%) e rural estrito (88,97%) ainda são predominantemente agrícolas.

Não se pôde dispor de dados da Região Norte, porque a PNAD não trabalha com área rural daquela região, mas supõe-se que os dados daquela região sejam semelhantes aos do Maranhão, considerada a situação de baixo desenvolvimento da região.

Tabela 10 Composição das pessoas ocupadas nos ramos de atividades segundo o tipo de área 2001⁸

Área	Setor de Atividade	SP	RS	GO	MG	SC	PR	PE	MA
Urb.Urbaniz	Agricultura	3,19	6,87	7,41	9,73	5,76	8,53	9,35	20,26
	Indústria	26,57	27,81	19,47	24,71	31,81	22,89	17,22	17,42
	Serv. Total	67,45	63,02	71,86	64,04	59,96	66,74	71,46	61,65
	Comércio Merc.	16,26	15,02	19,32	14,95	15,89	17,55	19,43	21,19
	Prest. Serviços	22,77	20,65	26,56	24,00	19,83	22,35	24,31	19,48
	Serv. Auxiliares	7,47	5,94	3,54	4,61	5,35	5,77	4,18	2,27
	Transp./ comunic.	5,11	4,69	5,09	4,80	4,02	4,86	5,67	4,34
	Social	11,37	11,42	10,90	11,18	10,19	11,03	11,41	9,30
	Administ. Pública	4,48	5,30	6,45	4,50	4,67	5,18	6,47	5,06
	Outras Atividades	2,79	2,30	1,26	1,52	2,47	1,84	1,97	0,67
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rural Pov	Agricultura	3,33	42,21	45,90	46,56	-	-	51,41	54,84
	Indústria	33,33	10,99	13,11	22,14	-	47,06	13,32	10,32
	Serv. Total	63,33	46,80	40,99	31,30	-	52,94	34,27	34,20
	Comércio Merc.	10,00	5,66	6,55	2,29	-	-	11,14	11,62
	Prest. Serviços	23,33	19,22	17,22	13,74	-	41,18	13,63	12,26
	Serv. Auxiliares	6,67	-	-	1,53	-	-	0,66	0,65
	Transp./ comunic.	16,67	5,35	1,64	-	-	-	1,64	0,00
	Social	3,33	7,31	13,94	7,63	-	5,88	7,21	4,52
	Administ. Pública	3,33	9,27	1,64	6,11	-	5,88	-	5,16
	Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	1,00	0,64
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Rural Estrito	Agricultura	55,00	80,71	74,23	84,64	73,41	81,02	86,19	89,63
	Indústria	17,03	8,30	5,60	4,54	11,40	6,70	4,07	2,15
	Serv. Total	27,12	10,59	20,16	10,77	14,66	12,24	9,69	8,21
	Comércio Merc.	5,85	1,47	3,26	1,09	3,71	1,87	1,68	1,91
	Prest. Serviços	13,83	4,12	12,02	5,18	5,04	5,37	2,96	2,31
	Serv. Auxiliares	1,28	0,88	0,20	0,95	1,15	0,82	0,42	-
	Transp./ comunic.	1,27	0,80	0,61	0,52	1,41	0,97	1,09	0,32
	Social	2,66	2,61	2,44	2,16	2,56	2,43	2,71	3,35
	Administ. Pública	2,23	0,71	1,63	0,88	0,80	0,78	0,83	0,32
	Outras Atividades	0,85	0,40	-	0,06	0,53	0,04	0,06	-
	Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD (Estados selecionados) 2001

Atente-se que aumentou a proporção dos ocupados em serviços da área rural povoado de São Paulo (56,77% em 1999, para 63,33% em 2001), isto ocorreu no ano de 2001 apesar da nova redelimitação do Censo já discutida. A proporção dos ocupados em serviços da área rural povoado aproximou-se ainda mais da área urbana (67,45%), que se manteve praticamente constante em relação ao ano de 1999 (66,42%).

⁸ É importante levar em consideração a alteração (redução) da área rural na PNAD de 2001 ao compararmos estes dados com os dados da tabela anterior para o ano de 1999.

Em Goiás e Minas Gerais esse aumento fica mascarado pela nova delimitação das áreas pelo Censo de 2000. Mesmo assim, alguns subsetores, como administração pública em Minas (6,11%) e social em Goiás (13,94%), são proporcionalmente maiores na área rural povoado do que na área urbana.

Nos demais estados as mudanças são menos visíveis, mas é interessante notar o aumento dos serviços na área rural povoado em Estados menos desenvolvidos. No Maranhão a proporção passa de 21,78% em 1999, para 34,60 em 2001, indicando que o aumento dos ocupados em serviços não se dá apenas em regiões com maior grau de desenvolvimento. O grande problema é que esse aumento resulta em grande parte de ocupações mal remuneradas e que são apenas um paliativo para a grave situação de desemprego do país.

5- Os serviços e a desigualdade da distribuição da renda na área rural

Analisaremos, neste capítulo, a renda gerada pelo setor de serviços no meio rural e sua distribuição. Ao analisarmos, no capítulo anterior, as ocupações em serviços, vimos que estas cresceram intensamente na década de 90. É interessante também analisarmos a renda deste setor para podermos obter conclusões mais completas.

As curvas de concentração a seguir mostram o rendimento das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro de acordo com o setor de atividade. A curva azul é referente aos rendimentos dos ocupados no setor de serviços, e a curva verde, à concentração dos rendimentos dos ocupados na agricultura. A curva vermelha representa o rendimento dos ocupados na indústria, a curva rosa refere-se aos demais rendimentos e a curva preta é a curva de Lorenz da distribuição dos rendimentos, sendo a reta preta a linha de perfeita igualdade. A área entre a curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade é chamada “área de desigualdade”. No eixo horizontal, representa-se a porcentagem acumulada de pessoas, a partir dos mais pobres, e, no eixo vertical, as porcentagens acumuladas dos rendimentos recebidos em um determinado período.

Dessa forma, quanto maior a desigualdade na distribuição de renda, mais convexa se torna a curva, afastando-se da linha de perfeita igualdade. Assim, pôde-se obter as curvas de concentração e o índice de Gini para o Brasil Rural em 1992, 1993, 1996, 1998, 1999 e 2001. Os gráficos dos anos de 1996, 1999 e 2001 estão neste capítulo e os demais se encontram nos anexos.

Para analisar a renda do setor de serviços no meio rural brasileiro e paulista, em particular, é preciso, primeiramente, atentar para as considerações sobre a definição de curva de concentração, razão de concentração e componentes da renda considerados no capítulo 3 (Metodologia).

5.1 Os serviços e a desigualdade da distribuição da renda na área rural brasileira

Ao analisar as curvas, devemos lembrar que as curvas verdes são as relacionadas à agricultura, as curvas azuis aos serviços, as curvas vermelhas à indústria e as curvas rosas aos demais rendimentos. As curvas pretas são as curvas de Lorenz da distribuição.

Em todos os gráficos a seguir, a curva dos serviços (curva azul) está abaixo da curva de Lorenz (curva preta). Isso significa que o setor de serviços no meio rural contribui para aumentar a desigualdade na distribuição da renda dos ocupados na área rural; ao contrário da agricultura (curva verde), por exemplo, que, nos gráficos se encontra acima da Curva de Lorenz (curva preta). Os dados básicos utilizados são sempre os microdados das PNADs.

GRÁFICO 10: CURVAS DE CONC.—BRASIL RURAL—1996

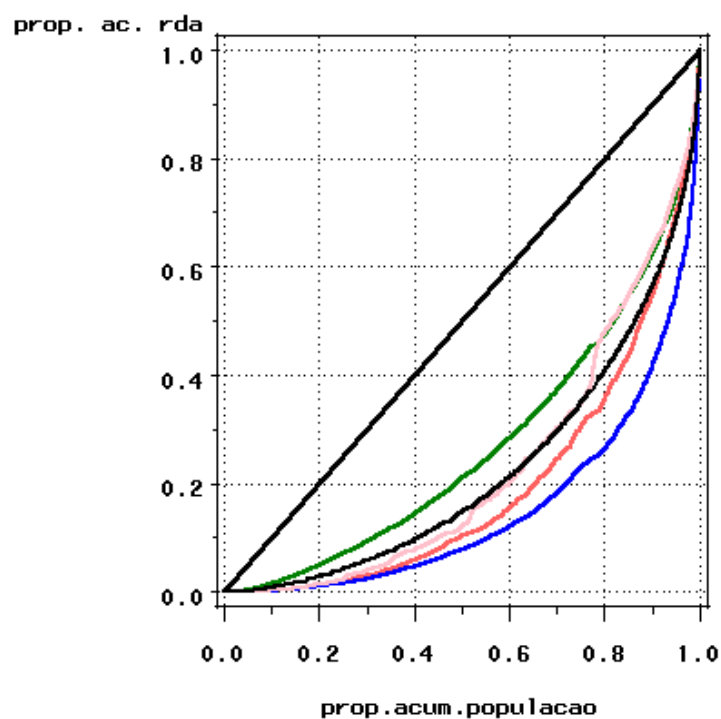


GRÁFICO 12: CURVAS DE CONC.—BRASIL RURAL—1999

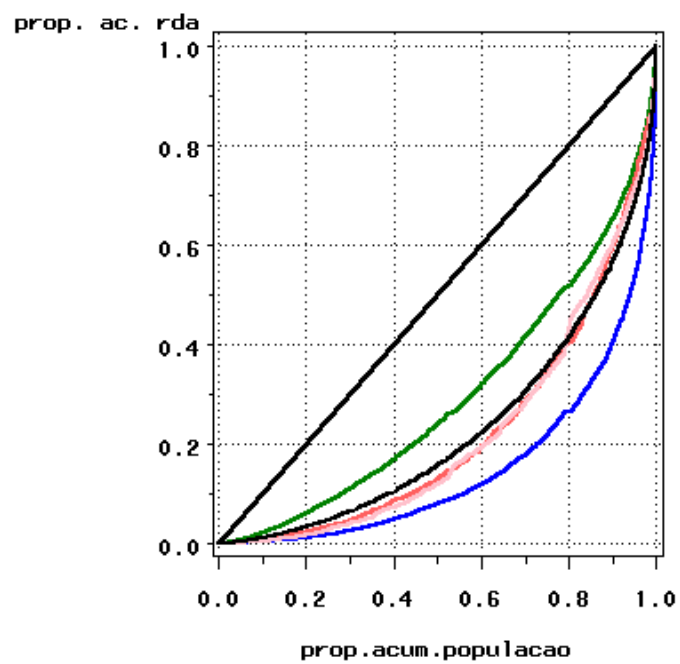
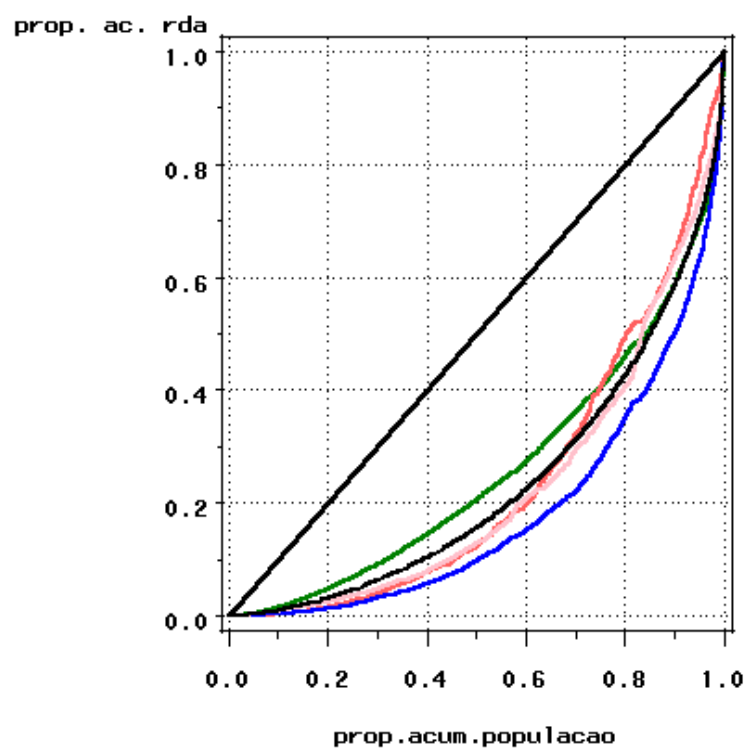


GRÁFICO 13: CURVAS DE CONC.—BRASIL RURAL—2001



Deve-se notar a especificidade já mencionada do ano de 2001 ao analisarmos este último gráfico juntamente com os anteriores. A região rural da PNAD de 2001 é menor do que a região rural da PNAD de 1999, devido à mudança na delimitação da área rural ocorrida no Censo de 2000.

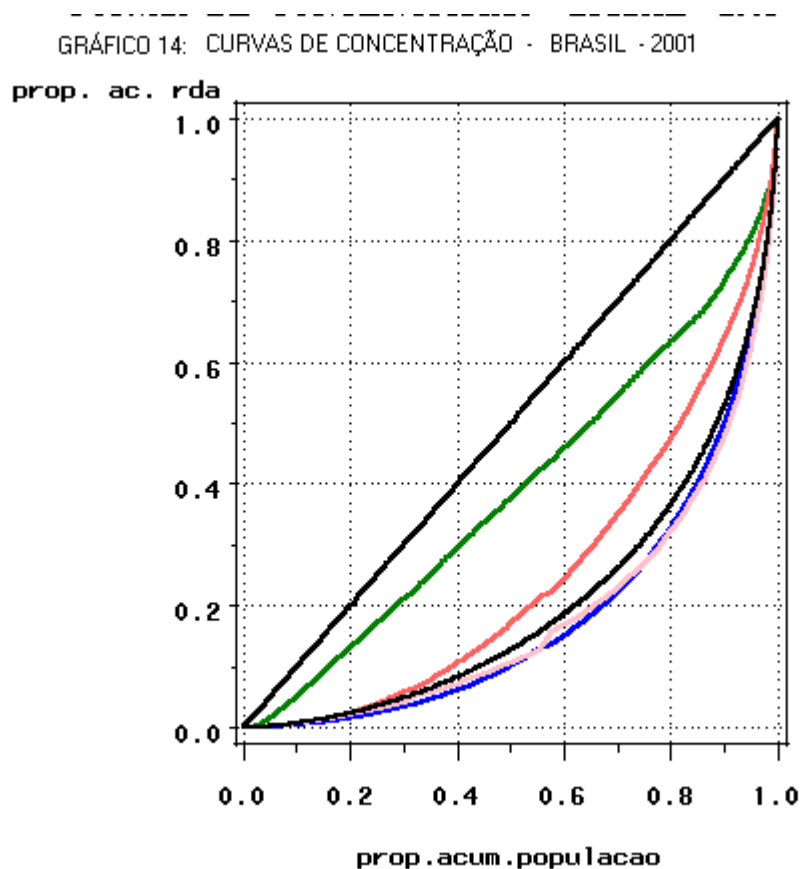
É importante verificar que ao longo do tempo (de 1992 a 1999) a razão de concentração (C) dos serviços no meio rural brasileiro (ver tabela 11) cresceu de 1992 para 1996 e manteve-se praticamente estável até 1999, em torno de 0,700. Já o índice de Gini vem caindo desde 1993 e chega em 1999 ao valor de 0,545. Isso representa maior contribuição dos serviços no meio rural brasileiro para aumentar a desigualdade na distribuição de renda com o decorrer do tempo. No ano 2001 há uma queda na razão de concentração explicada pela redução da área rural. Entretanto, a participação dos serviços (ϕ serviços) em 2001 é maior do que em 1992 e 1993, apesar da queda da área. A participação da agricultura (ϕ agricultura) cai no período analisado.

Tabela 11 Índice de Gini, razões de concentração (C) de cada componente e participação (ϕ) de cada componente no total para o Brasil Rural.

Ano	Índice Gini	Serviços		Agricultura		Serviços 100(C ϕ)/G %	Indústria		Outras Ativ.	
		C	ϕ	C	ϕ		C	ϕ	C	ϕ
1992	0,543	0,644	0,180	0,480	0,520	21,348	0,587	0,113	0,597	0,187
1993	0,579	0,661	0,174	0,538	0,525	19,864	0,601	0,118	0,605	0,183
1996	0,556	0,700	0,244	0,464	0,448	30,719	0,616	0,130	0,545	0,177
1998	0,549	0,697	0,257	0,425	0,389	32,628	0,578	0,140	0,578	0,214
1999	0,545	0,706	0,266	0,416	0,393	34,458	0,564	0,127	0,569	0,213
2001	0,537	0,640	0,197	0,486	0,455	23,500	0,530	0,095	0,553	0,253

Comparando o gráfico das curvas de concentração do Brasil Rural de 2001 com o das curvas de concentração do Brasil no mesmo ano (gráfico 14), percebe-se que a curva de serviços tanto para o Brasil Rural quanto a curva para o Brasil em geral são semelhantes e ficam um pouco abaixo da Curva de Lorenz. Entretanto, a curva de concentração do setor de serviços na área rural do Brasil em 2001 é um pouco mais convexa do que o é a curva dos serviços no Brasil “total”. Assim, pode-se inferir que, em termos de rendimento, a contribuição dos serviços para a desigualdade é um pouco maior no meio rural do que no Brasil em geral. Na área rural, é maior a diferença entre a razão de concentração dos serviços (C serviços) e o Índice de Gini do que o é no Brasil (Gráficos 13 e 14).

A seguir, apresentamos o gráfico das curvas de concentração do Brasil como um todo no ano de 2001 (incluindo urbano e rural). Este gráfico é importante para analisarmos o comportamento das curvas e compará-las com aquelas anteriores apresentadas somente para o meio rural



Assim, de acordo com todos os gráficos anteriores e os índices de Gini da tabela 11, os serviços no meio rural entre 1992 e 1999 contribuem para aumentar a desigualdade na distribuição de renda no meio rural, concentração essa que vem se ampliando ao longo do tempo (curvas de 1992 a 1999). No ano de 2001, temos uma reversão ocasionada pela nova delimitação das áreas rurais já discutida.

Podemos também observar pelas tabelas 11 e 12 que a participação dos serviços na renda total da área rural (ϕ) aumenta ao longo do tempo tanto no Brasil (tabela 11) como em São Paulo (tabela 12). Em São Paulo, porém, esse aumento da participação é mais

acentuado (vai de 0,239 em 1993 para 0,331 em 1999). Mesmo com a mudança do Censo essa participação cresce em relação ao ano de 1992 e 1993 comparando-se com o ano imediatamente posterior ao Censo (2001). Esse crescimento em São Paulo é, mais uma vez, mais acentuado, chegando a 0,300 em 2001, enquanto no Brasil alcança 0,197. A título de comparação tomem-se os dados da participação da renda dos ocupados na agricultura. Verifica-se que, na agricultura, ao contrário do que ocorre nos serviços essa participação (ϕ) vem caindo ao longo do tempo e que, após o Censo, ela também cai em comparação aos dois primeiros anos da série (1992 e 1993). A participação do componente agricultura (ϕ agricultura) no total é de 0,520 em 1992, passa para 0,525 em 1993 e vem caindo desde 1996 até 1999. Em 2001 esta participação é de 0,455 (mas isto é apenas para exemplificar o aumento da participação dos serviços na formação da renda para a área rural em comparação com a agricultura).

Com estas informações podemos afirmar que este aumento da participação da renda dos serviços não se deve apenas ao fato de que foram urbanizadas certas áreas e, que, por este motivo, nestas áreas houve um aumento em maior proporção da renda dos serviços. O que aconteceu foi que, mesmo considerando a nova redelimitação do Censo, a participação da renda dos serviços para a formação da renda na área rural cresceu nas áreas rurais, mesmo nas que ainda não foram urbanizadas, e provavelmente continuara a crescer em tais áreas, isto é, podemos dizer que o aumento da participação da renda dos serviços para a formação da renda na área rural não é mera consequência do processo de urbanização de certas áreas rurais, mas sim um crescimento generalizado em toda a área rural (rural extensão urbana, rural povoado e rural estrito também), assim como acontece na área urbana.

A participação da renda dos serviços para a formação da renda na área rural cresceu assim como cresceu sua participação no meio urbano. Isto se deve ao aumento da importância do setor de serviços tanto em termos do número de ocupações geradas (conforme pudemos observar no capítulo 4) quanto na renda gerada. Ocorre um aumento da contribuição dos serviços para a desigualdade do rendimento domiciliar per capita na área rural do Brasil (medida pelo índice de Gini), associado ao aumento da participação dos serviços no rendimento total.

Assim, em um primeiro momento, o aumento da importância do setor de serviços no meio rural, apesar de aumentar o número de ocupações neste setor, vai também fazer com que aumente a desigualdade na distribuição de renda neste. Isto acontece porque as ocupações geradas no setor de serviços são ocupações que exigiram um nível cultural e educacional mais elevado do que a maioria dos habitantes do meio rural brasileiro possui. Assim, grande parte das ocupações geradas serão preenchidas por filhos de grandes agricultores ou por alguns trabalhadores qualificados, que por terem algum conhecimento (inglês, por exemplo) específico ocuparão postos de trabalho mais bem remunerados no setor de serviços. Um guia turístico necessita possuir uma certa cultura e, em alguns casos, conhecimento de algum outro idioma para melhor exercer seu trabalho. Aos demais trabalhadores restará, conforme a existência de postos de trabalho, ocupar aqueles que exijam baixa qualificação e são mal remunerados e, geralmente, informais.

Analisaremos, no próximo item, o Estado de São Paulo⁹ separadamente, para verificar se tudo o que ocorre no Brasil "como um todo" também é válido para São Paulo.

5.2 Os serviços e a desigualdade da distribuição da renda na área rural paulista

A participação do rendimento proveniente de atividades na agricultura, na indústria e nos serviços na desigualdade do rendimento domiciliar per capita na área rural do estado de São Paulo pode ser acompanhada pelas curvas de concentração apresentadas nos gráficos 16 a 19 e pelos resultados apresentados na tabela 12. Esses gráficos mostram as curvas de concentração dos anos de 1996, 1999 e 2001, sendo que as demais se encontram nos anexos. Vale lembrar que as curvas verdes são as relacionadas à agricultura, as curvas azuis aos serviços, as curvas vermelhas à indústria e as curvas rosas às outras atividades. As curvas pretas são as curvas de Lorenz da distribuição.

⁹ Escolhemos o Estado de São Paulo, por este Estado apresentar um alto nível de desenvolvimento rural em comparação a outros Estados. Provavelmente o setor de serviços também estará mais desenvolvido do que outros que ainda se encontram em um nível inicial de atividades de serviços no meio rural.

GRÁFICO 16: CURVAS DE CONC. SÃO PAULO RURAL - 1996

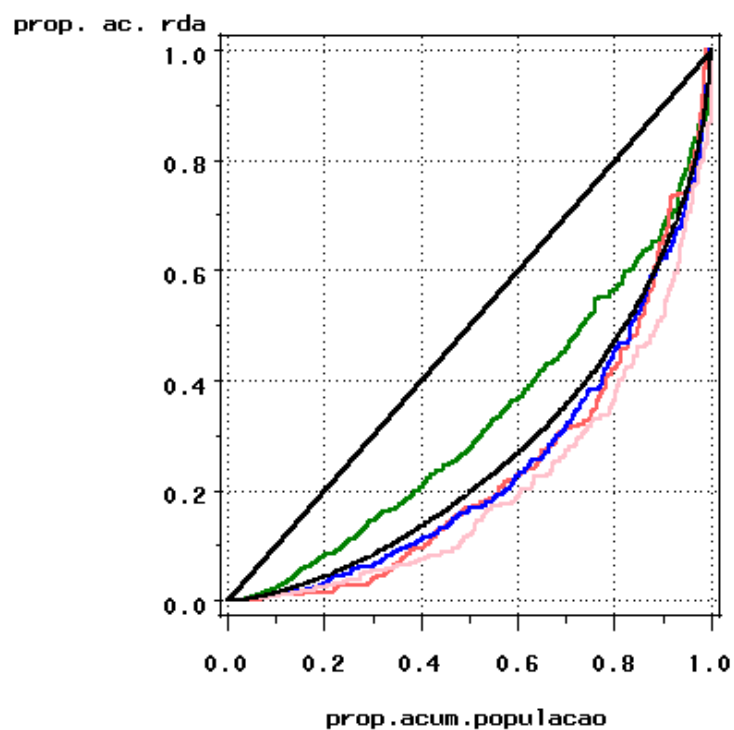


GRÁFICO 18: CURVAS DE CONC. — SÃO PAULO RURAL - 1999

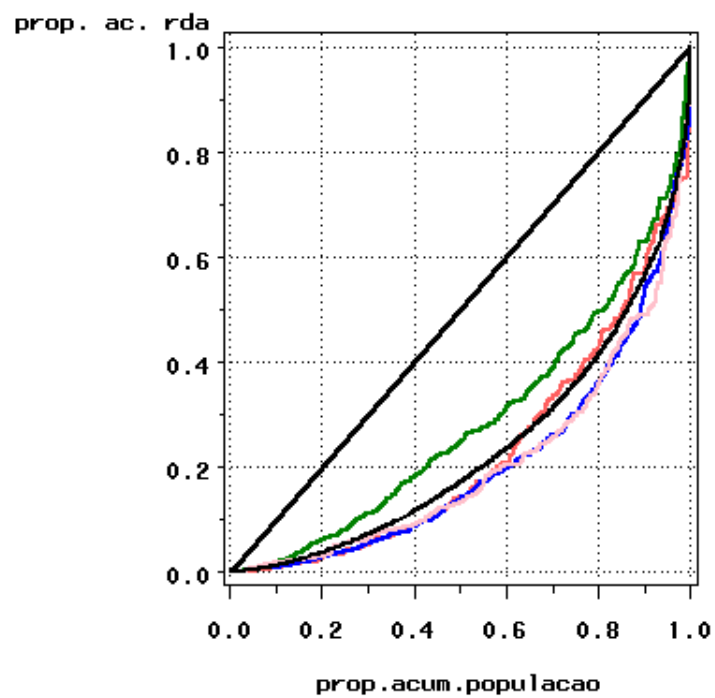
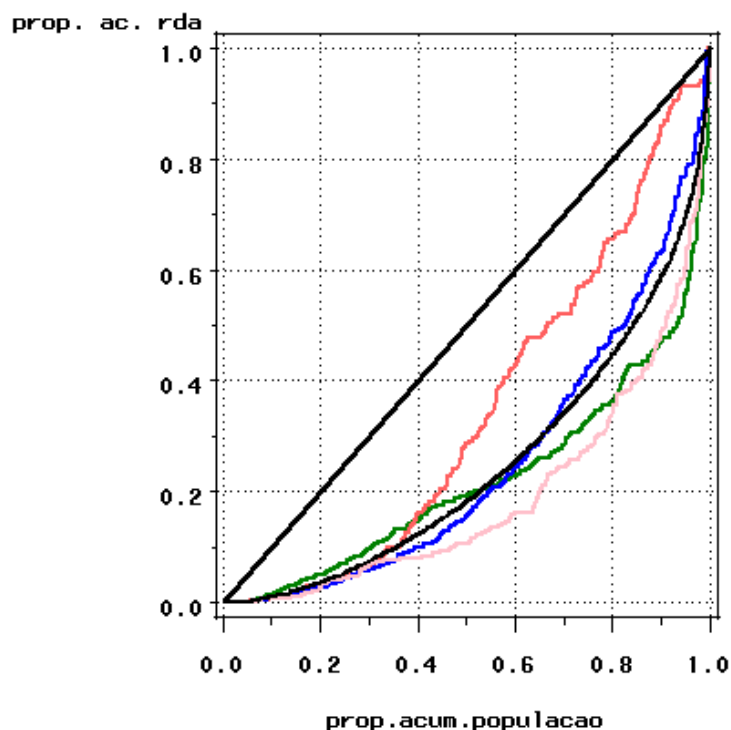


GRÁFICO 19: CURVAS DE CONC. - SÃO PAULO RURAL - 2001



Podemos observar que, no caso específico de São Paulo, a situação é diferente daquela observada para o Brasil. As curvas dos serviços no meio rural (curvas azuis) estão mais próximas das curvas de Lorenz (curvas pretas) do que nos gráficos dos mesmos anos para o Brasil em geral. Assim, pode-se observar a especificidade do meio rural paulista em relação ao meio rural brasileiro quando se compara a contribuição dos serviços para aumentar a desigualdade na distribuição de renda. Embora São Paulo tenha uma participação maior dos serviços na renda rural, a concentração de renda neste estado é um pouco menor, devido ao rendimento da classe mais baixa ser um pouco superior ao de outros Estados brasileiros. Ainda que exista uma classe alta que obtenha elevados rendimentos em São Paulo, a “classe média dos serviços no meio rural” é relativamente mais importante nesse estado.

É interessante destacar que, embora, em São Paulo, as curvas de concentração do rendimento de serviços estejam acima das curvas para o Brasil em geral, elas ainda estão abaixo da Curva de Lorenz. Isso significa que, apesar de ser em proporção menor, mesmo

em São Paulo, os serviços no meio rural contribuem para aumentar a desigualdade na distribuição de renda. Apenas em 2001 é que a curva de serviços corta a curva de Lorenz.

Assim, para São Paulo, a contribuição dos serviços no meio rural para aumentar a desigualdade na distribuição de renda é diferente da situação do meio rural brasileiro. De acordo com a tabela 12, ao longo das PNADs de 1992, 1993, 1996, 1998, 1999, pode-se observar que a razão de concentração (C) do rendimento de serviços cai de 1993 para 1996 e cresce até 1999, chegando ao valor de 0,594. O índice de Gini segue a mesma trajetória, caindo de 1993 para 1996 e crescendo até 1999, quando atinge o valor de 0,536.

É interessante observar, no gráfico 19, a forma da curva de concentração do rendimento agrícola (curva verde) no ano de 2001, com posição grosseiramente simétrica à curva de serviços (curva azul). A curva de concentração do rendimento agrícola está acima da Curva de Lorenz na primeira metade e corta a curva de serviços quase na curva de Lorenz, ficando abaixo dessa enquanto a curva dos rendimentos de serviços apresenta uma tendência inversa.

A tabela a seguir relaciona as mesmas variáveis da tabela 11 nos mesmos anos (1992, 1993, 1996, 1998, 1999, 2001), mas considerando apenas o Estado de São Paulo. É interessante compará-las para se observar algumas peculiaridades do Estado de São Paulo em comparação com o Brasil.

Tabela 12 Índice de Gini, razões de concentração (C) de cada componente e participação (ϕ) de cada componente no total. São Paulo Rural

Ano	Índice Gini	Serviços		Agricultura		Serviços 100(C ϕ)/G %	Indústria		Outras Ativ.	
		C	ϕ	C	ϕ		C	ϕ	C	ϕ
1992	0,491	0,497	0,240	0,419	0,448	24,293	0,558	0,181	0,632	0,130
1993	0,524	0,602	0,239	0,379	0,405	27,458	0,666	0,230	0,583	0,126
1996	0,475	0,518	0,305	0,351	0,334	33,261	0,528	0,215	0,590	0,145
1998	0,488	0,564	0,319	0,402	0,322	36,868	0,458	0,201	0,549	0,157
1999	0,536	0,594	0,331	0,430	0,300	36,682	0,550	0,204	0,593	0,164
2001	0,509	0,500	0,300	0,557	0,354	29,470	0,311	0,172	0,623	0,174

Pode-se observar que o Estado de São Paulo possui certas particularidades. O setor de serviços já está em determinado nível que, embora, ainda contribua para aumentar a desigualdade na distribuição dos rendimentos, contribui de uma forma menos acentuada do que no Brasil. Isto pode ocorrer pelo fato de que este setor já é mais desenvolvido e diversificado nesse estado, sendo capaz de gerar ocupações e renda tanto em ocupações que

necessitem de escolaridade elevada quanto em ocupações que exigem menor qualificação. O setor de serviços gera muitas ocupações, mas contribui também para o aumento na desigualdade da distribuição de renda (excluindo apenas o ano de 2001). Aumenta a participação dos serviços na formação do rendimento total e, conseqüentemente, aumenta também a contribuição dos serviços para a desigualdade na distribuição do rendimento domiciliar per capita na área rural do estado de São Paulo.

5.3 A distribuição de renda nas diversas atividades de serviços

As atividades de serviços em geral podem não se caracterizar como sendo as “salvadoras da pátria” deste novo mundo rural “urbanizado”. Se estas novas atividades estão contribuindo para aumentar a desigualdade no meio rural, o novo rural pode estar sendo perverso com os que têm menos recursos, gerando rendimentos com maior razão de concentração do que o meio rural mais tradicional (agrícola), se é que assim podemos chamá-lo e se ele existiu em sua forma pura (agrícola) algum dia. É fundamental estudarmos as principais atividades e analisá-las sob a ótica da geração de emprego e também de renda. Devemos, assim, realocar as forças e o incentivo público às atividades que contribuam para aumentar a ocupação, mas que também reduzam a desigualdade na distribuição de renda. Do contrário, estaremos gerando ainda mais desigualdade na distribuição de renda em um país em que esta desigualdade já é elevada.

É certo que é sempre fundamental gerarmos empregos, mas é primordial e ainda mais interessante utilizarmos o potencial de geração de empregos para conseguirmos gerar empregos em atividades que não aumentem ainda mais o fosso entre o mais ricos e os mais pobres. Esta é uma tarefa complexa, e tais atividades podem ser de difícil identificação, mas é necessário que este estudo seja feito, pois do contrário estaremos atirando no escuro ao propor políticas que não tenham um caráter redistributivo da renda nacional.

Com estas análises, poderemos verificar se há no setor de serviços no meio rural brasileiro alguma atividade que possa contribuir para reduzir a desigualdade na distribuição de renda e aumentar o nível de ocupação não somente dos habitantes do meio rural, mas também da população em geral.

Temos alguns dados para esta análise, e é fundamental apresentá-los para que possamos ter uma idéia do que está sendo gerado, em termos de renda, pelos serviços no meio rural em seus diferentes setores (ver tabelas a seguir).

Tabela 13 Índice de Gini, razões de concentração (C) de cada componente e participação (φ) de cada componente no total.

Brasil Rural		<i>Comércio</i>		<i>Prest. Serv.</i>		<i>Serv. Aux.</i>		<i>Transp. Com</i>		<i>Social</i>		<i>Adm. Pub.</i>	
Ano	Ind. Gini	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ
1999	0,545	0,722	0,053	0,550	0,064	0,847	0,025	0,737	0,027	0,742	0,063	0,781	0,034
2001	0,537	0,667	0,041	0,517	0,050	0,714	0,012	0,710	0,022	0,651	0,046	0,721	0,026
São Paulo Rural		<i>Comércio</i>		<i>Prest. Serv.</i>		<i>Serv. Aux.</i>		<i>Transp. Com</i>		<i>Social</i>		<i>Adm. Pub.</i>	
Ano	Ind. Gini	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ
1999	0,536	0,591	0,059	0,368	0,106	0,880	0,052	0,588	0,024	0,712	0,061	0,669	0,029
2001	0,509	0,460	0,066	0,347	0,105	0,808	0,029	0,514	0,034	0,700	0,043	0,522	0,024

Tabela 14 Índice de Gini, razões de concentração (C) de cada componente e participação (φ) de cada componente no total da Agricultura, Indústria, Serviços (subsetores do setor de serviços) e Outras Atividades.

Parcela do Rendimento	Brasil Rural				São Paulo Rural			
	<i>1999</i>		<i>2001</i>		<i>1999</i>		<i>2001</i>	
	C	φ	C	φ	C	φ	C	φ
Agricultura	0,416	0,393	0,486	0,455	0,430	0,300	0,557	0,354
Indústria	0,564	0,127	0,530	0,095	0,550	0,204	0,311	0,172
Serviços	0,706	0,266	0,640	0,197	0,594	0,331	0,500	0,300
Comércio	0,722	0,053	0,667	0,041	0,591	0,059	0,460	0,066
Prestação de Serviços	0,550	0,064	0,517	0,050	0,368	0,106	0,347	0,105
Serviços Auxiliares	0,847	0,025	0,714	0,012	0,880	0,052	0,808	0,029
Transportes e Comunic	0,737	0,027	0,710	0,022	0,588	0,024	0,514	0,034
Social	0,742	0,063	0,651	0,046	0,712	0,061	0,700	0,043
Administração Pública	0,781	0,034	0,721	0,026	0,669	0,029	0,522	0,024
Outras Atividades	0,569	0,213	0,553	0,253	0,593	0,164	0,623	0,174

De acordo com as duas tabelas anteriores, podemos notar que os setores com menores razões de concentração, no Brasil, em 2001, são: Prestação de Serviços (0,517), Social (0,651), Comércio (0,667) e Transporte e Comunicações (0,710). As maiores concentrações, neste mesmo ano, são: Administração Pública (0,721) para o Brasil e Serviços Auxiliares (0,808) em São Paulo.

Para São Paulo, as seguintes razões são menores: Prestação de Serviços (0,347), Comércio (0,460) e Transporte e Comunicações (0,514), com os dados de 2001. Entretanto, o Serviço Social tem razão de concentração mais elevada (0,700 em 2001). Isto se deve ao

fato de o Estado de São Paulo possuir uma ampla gama das mais diversificadas formas e remunerações dos "serviços sociais": serviços comunitários, sociais, médicos, odontológicos, veterinários, de ensino e outros.

A tabela 13 também mostra a participação de cada componente (setor de atividade dos serviços) no total (ϕ). Assim, a prestação de serviços é a que tem a maior participação tanto em São Paulo (0,105) como no Brasil (0,050), sendo a sua participação em São Paulo visivelmente superior. A segunda maior participação é a de Comércio de Mercadorias em São Paulo (0,066) e Serviço Social no Brasil (0,046). As menores participações: Serviços Auxiliares no Brasil (0,012) e Administração Pública em São Paulo (0,024). Todos estes dados são referentes ao ano de 2001.

Para o Brasil, tanto em 1999 quanto em 2001, todas as atividades do setor de serviços possuem razões de concentração superiores ao índice de Gini do respectivo ano, exceto o setor de Prestação de Serviços no ano de 2001 (razão de concentração 0,517 e índice de Gini 0,537). Já para São Paulo, os setores dos serviços que apresentam razões de concentração inferiores ao índice de Gini são: em 1999, prestação de serviços ($C=0,368$ e $G=0,536$); em 2001, quando o índice de Gini é 0,509, novamente prestação de serviços ($C=0,347$) e o setor de comércio ($C=0,460$).

Entretanto, é necessário aprofundar ainda mais o estudo destes diversos setores para podermos verificar quais as atividades no setor de serviços no meio rural que deveriam ser expandidas para reduzir a desigualdade da distribuição de renda no mesmo.

O que podemos constatar é que no meio rural brasileiro o setor de serviços "em geral" contribui para aumentar a desigualdade na distribuição de renda nos anos 90. Isto é especialmente grave pelo fato de que o setor de serviços vem aumentando sua participação na formação do rendimento (ver tabelas 11 e 12). Assim, ao analisar a renda gerada pelas atividades em serviços, é necessário examinar tanto o seu volume como sua distribuição.

6- Conclusão

Este trabalho traz algumas conclusões importantes. Alguns “senso comuns” foram questionados e reavaliados. O aumento dos ocupados em serviços é evidente, e mais acentuado no meio rural, mas a renda auferida por eles não contribui para reduzir a desigualdade na distribuição de renda. Pelo contrário, ela a acentua. As ocupações geradas não contribuem para reduzir a desigualdade na distribuição de renda. Em alguns casos, elas podem ser resultados apenas de transferência de setor de atividade, isto é, eram antes ocupações pertencentes à agricultura e à indústria que se transformaram em ocupações em serviços, muitas vezes por meio da terceirização. Assim, a “terciarização”¹⁰ se dá muitas vezes, via simples terceirização de atividades. Nesse caso, não ocorre a criação de novos postos de trabalho, mas uma mera mudança de classificação de ocupações que sempre existiram. As “novas ocupações” criadas podem estar agravando ainda mais o grave quadro da desigualdade da distribuição da renda nacional.

A análise anterior refere-se ao Brasil em geral. Em São Paulo, em particular, a situação é um pouco distinta. Nesse estado, pode-se observar que o aumento dos ocupados em serviços no meio rural não representa mera transferência de outros setores. O aumento é mais que proporcional e absorve uma significativa parcela dos ocupados. Ocorre um grande impacto do setor de serviços comparando-se com as outras atividades. Também podemos relacionar esta ampliação do setor de serviços com as tendências de crescimento de novas atividades deste novo rural e suas implicações, tais como um possível aumento no grau de informalização, pressão para queda no valor dos salários, etc. É certo que foram criadas novas atividades, com a “urbanização” do meio rural brasileiro, mas o problema da contribuição para a desigualdade na distribuição de renda persiste. Embora, em São Paulo, esse quadro seja menos nítido do que o é no Brasil como um todo, nesse estado, as novas ocupações não-agrícolas em serviços no meio rural ainda não são capazes de atenuar a desigualdade na distribuição de renda do meio rural.

Esse é um grave problema, pois as atividades de serviços do meio rural parecem não absorver grande parcela dos que precisam ser ocupados e, se absorve, favorece o crescimento da desigualdade entre ricos e pobres, pelo menos em um primeiro momento. A

¹⁰ Transformação de atividades para o setor Terciário da Economia.

solução para esse problema é tema relevante para futuras pesquisas, dando continuidade ao estudo do setor de serviços no meio rural brasileiro.

Os objetivos propostos pelo trabalho foram cumpridos, ou seja, foi feita a análise das ocupações geradas no setor de serviços, contrapondo o elemento rural e o urbano e analisando a questão da desigualdade da distribuição da renda gerada. Foram, também analisados alguns estados com níveis de desenvolvimento agrícola e de urbanização diferentes, comparando-os com os resultados de São Paulo. Foi fundamental essa comparação, para se ter uma visão específica dessas ocupações, visto que se utilizando apenas os dados de São Paulo e do Brasil em geral tínhamos uma visão restrita da situação no resto do país, que é heterogênea. Atente-se, porém, que as novas questões evocadas estão a instigar pesquisas futuras.

Bibliografia

- ALMEIDA, J. (1974) Industrialização e emprego no Brasil. Rio de Janeiro IPEA/INPES.
- ARNALTE, E. (1989) Estructura de las Explotaciones Agrarias y Externalización del Proceso Productivo. *Revista de Economía*, Madrid 666:101-117 (feb.)
- ARNALTE, E. (1998) La problemática rural en el sur de Europa: líneas de análisis y temas de debate. Paris, Centre d'études et de recherches internationales, p.32 (29).
- BALTAR, P. & PRONI, M. (1996) *Sobre o regime de trabalho no Brasil*. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. & MATTOSO, J. (orgs.) *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo, Scritta 1996.
- BAPTISTA, F. (2000) Famílias e Explorações Agrícolas, in *Agricultura e Territórios*, Celta Ed., Lisboa.
- BATALHA, M. O & LADO DA SILVA, A. (2000) Redesenhando Tecnologias de Gestão no contexto das Cadeias Agroindustriais In: MONTOYA & PARRÈ (orgs.) *O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX*. Passo Fundo: UPF, pp. 183-216.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). Tourism in the rural area as a new opportunity for small farmers.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (1999) Desenvolvimento Local e a democratização dos espaços rurais.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (org.) *O Novo Rural Brasileiro – Uma Análise Nacional e Regional*. Jaguariúna: Embrapa Meio-Ambiente: IE-Unicamp, 2000. 4 v.
- CHANDLER, A. D., Jr., HAGSTRÖN, P. e SÖLVELL, O.O. (1998) *The Dynamic Firm* Oxford: Oxford University Press.
- CORLAT, B., DOSI G. (1998) Learning how to govern and Learning how to Solve Problems: On the Co-evolution of Competencies, Conflicts and organizational Routines.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95*. 221p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. *Ocupação e Renda nas Famílias Rurais: Brasil, 1992-98*. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, Unicamp 2000.

- FARIA, V. *Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações* In: Bacha, E. Klein, J. (orgs.) *A transição incompleta*. RJ, Paz e Terra 1986.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*: 1992, 1993, 1996, 1998, 1999 e 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, 1994, 1997, 1999, 2000 e 2002.
- GARCIA SANZ, B. (1994) Nuevas Claves para entender la recuperación de la Sociedad Rural. *Papeles de Economia Espanhola* 60-61: 204-218.
- GOODMANN, D. e M. WATTS (1994) Reconfiguring the Rural or Fording the Divide? Capitalist Restructuring and the Global Agro-food System. *The Journal of Peasant Studies*, 22(1): 1-49 (Oct.)
- GORZ, A. (1988) *Metamorphoses du travail quete du sens: critique de la raison economique*. Paris: Galilee. 302 pp.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2ªed. Campinas, SP: IE-UNICAMP, 1999. 99p. (Coleção Pesquisas).
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP UNICAMP. IE, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. *A distribuição espacial da população rural brasileira economicamente ativa, 1981/95*.
- GRUPO DE BRUGES (1996) *Por un cambio necesario en la Agricultura Europea*. Córdoba (Espanha), IESA.
- HERVIEU, B. (1997) *Los Campos del Futuro*. Madrid, Ministério da Agricultura e Pesca.
- HIRANO, SEDI (org.) *Projeto de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, T. A. Queiroz Editor 1979.
- HIRSCH, J. *Transição da moderna sociedade Industrial para a sociedade pós-moderna de prestação de serviços*. In: Ensaio FEE Porto Alegre, 1996.
- HOFFMANN, R. (1998) *Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza*. Ed. USP - São Paulo
- HOFFMANN, R. *Desigualdade no Brasil: A contribuição das aposentadorias*. Campinas: IE-UNICAMP, 2000. 14p.

- KAGEYAMA, A. & HOFFMANN, R. (2000). Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil in *Revista Economia*, Niterói-RJ ANPEC
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: Aspectos Metodológicos. *Revista de Economia Aplicada*, FIPE/USP. 1998
- KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos CAIs In: DELGADO, G. *et al* (org.) *Agricultura e políticas públicas*. IPEA, 1990. 127p
- KON, A. *Evolução do trabalho no setor terciário brasileiro* In: Lacerda, A. (org.) *Desemprego e Globalização: Avaliação e Perspectivas*. SP, Ed. EDUC 1998.
- LAURENTI, A C.; DEL GROSSI, M.E. *A Evolução das Pessoas Ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil*. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Org.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente: IE-Unicamp, 2000. p.15-66.
- LAURENTI, A. C. *A terceirização na agricultura – A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense*. 1996. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 1996.
- MARIANO, J. L.; LIMA, R. C. A desigualdade da renda rural no Nordeste: análise da desagregação do coeficiente de Gini e da sensibilidade do índice de bem-estar de Sen. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v.16, n.29, p.103-118, 1998.
- MARSDEN, T. & CAVALCANTI . (1999) *Globalização, trabalho e meio-ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife, UFPE
- MARSDEN, T. (1990) *Towards the political economy of pluriactivity*. London, UCL Press.
- MATTEI, L. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, IE/UNICAMP (Tese de doutoramento).
- MELO, H. P.; ROCHA, F.; FERRAZ, G.; DI SABBATO, A.; DWECK, R. *O Setor Serviços no Brasil: Uma visão global – 1985/95*. In: *A Economia Brasileira em perspectiva* Rio de Janeiro, IPEA, 1998. 2v.
- MENDRAS, H. Posfácio: *La fin des Paysans*, Paris, Babel, 1992.
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, v.22, p.83-99, abr. 1987.

- MOYANO & FERNÁNDEZ, 2001. La Sociedad Rural Andaluza, entre el cambio y la continuidad. Córdoba (Espanha) IESA-CSIC de Andalucía.
- NASCIMENTO, C. A. (2002) Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes Regiões: Pluriatividade e Trabalhos Domésticos, 1992-1999. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia – Unicamp – Campinas –SP.
- NEDER, Henrique D. (2001) Os efeitos das atividades não-agrícolas na distribuição de renda no meio rural. *XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER*, Revista, Recife.
- PARLAMENTO EUROPEU (1998) El Desarrollo Rural: Políticas Aplicadas, Situación actual del Debate y Perspectivas del Futuro a nivel Europeo. Doc. Trabajo AGRI-IOG (cap. 8 e 9 e resumo).
- POCHMMAN, M. Reconversão Econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil. Campinas, Unicamp 1998.
- PYATT, G.; CHEN, Chau-nan; FEI, J. The distribution of income by factor components. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, IL, v.95, n.3, p.451-473, nov. 1980.
- REIS, José et alli (1990) How “Rural” is Agricultural Pluriactivity? *Journal of Rural Studies* 11 (3) Great Britain 6 (4) 395-399.
- SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999.
- SOUZA, P. R. *O que são empregos e salários*. SP, Ed. Brasiliense 1985.

ANEXOS

A seguir apresentamos algumas das tabelas que geraram as tabelas presentes no texto. Colocamos aqui as que julgamos ser mais interessante para a análise e que complementam o texto com informações sobre o número das pessoas ocupadas nos diversos setores. É fundamental analisarmos os números das pessoas ocupadas para podermos ter uma idéia do que representam, em sua forma absoluta, as proporções e os índices que são apresentados no texto. Também estão nos anexos, os gráficos das curvas de concentração dos anos que excluímos do texto para não apresentarmos gráficos em excesso. Vale relembrar que as curvas verdes são as relacionadas à agricultura, as curvas azuis aos serviços, as curvas vermelhas à indústria e as curvas rosas às outras atividades. As curvas pretas são as curvas de Lorenz da distribuição.

Tabela 1. Pessoas Ocupadas nos setores de atividades segundo os tipos de área – Brasil, 1996

Setor de Atividade		Área							TOTAL
		Urbana não urban	– Urbana isolada	Rural ext. urb.	– Rural pov	- Rural núc	– Rural outros	Rural estrito	
Indústria		12.016.228	98.692	94.602	106.429	186.575	8.581	1.060	1.001.055
Serviços	Total	33.553.582	188.949	188.475	340.022	473.545	14.301	2.969	1.812.520
	Comércio Mercadorias	8.431.006	52.818	46.159	85.670	118.809	572	0	344.281
	Prestação de Serviços	11.828.207	77.390	94.356	121.999	180.356	7.437	2.545	792.686
	Serviços auxiliares	2.259.890	8.499	8.836	13.033	5.784	0	0	52.908
	Transp. e comunic.	2.358.960	13.726	12.489	25.575	35.050	572	212	108.310
	Social	5.714.757	22.158	15.471	63.791	95.751	5.148	212	378.652
	Administração Pública	2.960.762	14.358	11.164	29.954	37.795	572	0	135.683
Outras Atividades		1.249.955	4.395	7.716	16.358	1.764	0	0	25.396
Total Geral		51.131.085	430.685	347.154	539.784	1.498.956	24.598	4.029	14.063.915

Fonte: PNAD 1996

Tabela 2. Pessoas ocupadas conforme a ocupação que a pessoa exercia no trabalho que tinha na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 1999.

Atividade	URBANA urbaniz.	URB. N urb.	URBAN isolada	RURAL ext. urb.	RURAL povoado	RURAL - núcleo	RURAL - outros	RURAL estrito
Serv. Conta própria	2.069.633	15.517	9.337	16.315	60.769	0	0	120.208
Motorista	1.968.221	14.017	18.524	25.534	31.034	1.129	0	126.865
Trocador de ônibus	160.555	1.162	1.631	581	3.441	0	0	4.454
Arrumadeira Dom.	24.969	0	0	205	550	0	0	3.140
Babá	234.205	353	1.127	964	4.800	0	0	19.852
Cozinheira Dom.	48.039	500	507	1.144	0	0	0	10.722
Diarista doméstica	476.401	3.127	3.881	3.376	2.833	0	0	55.584
Lavadeira Dom.	145.783	1.341	467	824	1.559	0	0	18.989
Governanta Dom.	8.341	0	206	0	0	0	0	0
Serviços Dom.	3.425.646	36.496	38.487	47.159	69.605	564	616	438.116
Atendente Dom.	178.883	2.926	2.028	3.005	1.290	0	0	15.923
Alugador eq. Agric.	855	0	0	0	0	0	0	1.494
Prov.Serviços lazer	229.894	0	3.720	206	2.742	0	0	1.972
Total	8.971.425	75.439	79.915	99.313	178.623	1.693	616	817.319

Fonte: PNAD 1999

Tabela 3. Pessoas ocupadas conforme a ocupação que a pessoa exercia no trabalho que tinha na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 2001.

Atividades	URBANA urbaniz.	URB. Não urban	URBAN isolada	RURAL extensão urbana	RURAL povoado	RURAL núcleo	RURAL - outros	RURAL estrito
Serv. Conta própria	2.246.817	13.891	15.751	12.245	36.646	0	1.050	103.004
Motorista	2.315.219	22.023	11.012	12.311	14.248	0	0	105.038
Trocador de ônibus	185.484	1.510	1.055	4.482	2.999	0	0	7.723
Arrumadeira Dom.	35.493	0	0	0	416	0	0	0
Babá	349.842	2.521	5.081	3.492	2.504	0	0	15.562
Cozinheira Dom.	71.908	363	843	0	762	0	0	4.167
Diarista doméstica	578.438	7.782	5.043	3.207	3.651	0	207	41.024
Lavadeira Dom.	168.094	1.242	1.002	1.251	2.044	0	0	13.302
Governanta Dom.	8.569	0	0	0	0	0	0	0
Serviços Dom.	3.851.455	34.675	22.104	29.893	45.225	0	2.382	339.349
Atendente Dom.	217.937	2.901	2.022	2.130	2.911	0	489	9.944
Alugador eq. Agric.	1.247	0	0	0	0	0	0	979
Prov.Serviços lazer	287.018	1.614	1.054	0	0	0	197	3.558
Total	10.317.521	88.522	64.967	69.011	111.406	0	4.325	643.650

Fonte: PNAD 2001

Tabela 4. Atividade principal do empreendimento em que a pessoa trabalhava na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 1999.

ATIVIDADES	URBANA urbaniz.	URBANA não urban	URB isolada	- RURAL ext	RURAL povoado	RURAL - núcleo	RURAL - outros	RURAL - estrito	-
				urbana					
Com prod. Naturais	91.934	3.176	0	0	1.776	0	0	9.686	
Com. Alimentos	1.822.791	15.372	14.652	19.026	53.779	0	0	139.372	
Lavanderia	201.040	2.747	331	663	5.020	0	0	18.648	
Serv. Residenciais	580.102	3.090	1.807	4.682	3.395	0	0	20.220	
Servi. Segurança	451.307	3.899	4.243	8.658	3.953	0	0	13.793	
Emprego dom.	4.542.267	44.743	46.703	56.677	80.637	564	616	562.326	
Jardineiro	71.313	652	1.021	0	843	0	205	4.733	
Serviços diversões	300.146	1.985	2.952	2.037	1.227	0	0	9.127	
Serv comunicação	109.242	207	595	1.078	717	0	0	1.116	
Est.Ensino público	2.217.905	19.060	6.780	22.964	82.904	0	0	287.974	
Total	10.388.047	94.931	79.084	115.785	234.251	564	821	1.066.995	

Fonte: PNAD 1999

Tabela 5. Atividade principal do empreendimento em que a pessoa trabalhava na semana de referência para atividades selecionadas. Brasil, 2001

ATIVIDADES	URBANA urbaniz.	URBANA não urbaniz	URBAN isolada	RURAL extensã o urbana	RURAL povoado	RURAL - núcleo	RURAL - outros	RURAL - estrito	-
Com. Prod.naturais	100.805	696	1.064	0	964	0	0	8.870	
Comércio alim.	1.870.622	13.595	10.664	16.133	26.813	0	1.687	107.583	
Lavanderia	183.423	967	842	2.619	2.386	0	0	15.401	
Serv residenciais	730.932	4.254	3.970	6.516	1.333	0	0	9.619	
Serv de segurança	572.159	5.008	8.609	5.731	3.129	0	0	9.352	
Emprego Dom.	5.281.736	49.484	36.095	39.973	57.513	0	3.078	423.348	
Jardineiro	74.708	1.390	1.203	2.275	571	0	414	3.978	
Serviços diversões	398.949	1.032	1.986	519	1.408	0	0	4.327	
Serv comunicação	110.181	767	0	0	761	0	0	2.405	
Est. Ensino público	2.443.020	11.695	8.822	8.941	55.378	0	0	281.094	
Total	11.766.535	88.888	73.255	82.707	150.256	0	5.179	865.977	

Fonte: PNAD 2001

Tabela 6: Pessoas Ocupadas nos setores de atividades segundo os tipos de área - Brasil, 1992

		Área								
Setor de Atividade		Urbana	Urbana	– Urbana	Rural	– Rural	– Rural	Rural	Rural	– TOTAL
		urbaniz.	não urban	isolada	ext. urb.	pov	– núc	outros	exclusive	
Agricultura		4.764.231	145.521	74.732	102.892	851.289	3.312	0	12.557.739	18.499.716
Indústria		11.918.328	74.684	92.340	95.344	178.884	18.212	211	931.732	13.309.735
Serviços	Total	29.559.766	144.751	153.552	295.355	384.936	9.935	844	1.592.744	32.141.883
	Comércio Mercadorias	7.400.248	36.658	38.089	60.372	106.450	2.208	0	293.111	7.937.136
	Prestação de Serviços	10.441.760	63.901	78.633	113.723	123.478	3.863	844	737.885	11.564.087
	Serviços auxiliares	1.837.640	5.057	4.645	11.479	6.954	552	0	36.203	1.902.530
	Transp. e comunic.	2.125.622	6.090	7.706	23.722	28.260	1.104	0	92.013	2.284.517
	Social	4.942.232	22.089	18.471	44.548	89.127	1.656	0	343.262	5.461.385
	Administração Pública	2.812.264	10.956	6.008	41.511	30.667	552	0	90.270	2.992.228
Outras Atividades		1.400.503	3.113	3.184	9.274	4.022	0	0	24.061	1.444.157
Total Geral		47.642.828	368.069	323.808	502.865	1.419.131	31.459	1.055	15.106.276	65.395.491

Fonte: PNAD 1992

Tabela 7: Pessoas Ocupadas nos setores de atividades segundo os tipos de área - Brasil, 1999

Setor de Atividade		Área	Urbana	- Urbana	Rural	– Rural	– Rural	rural	- Rural	– TOTAL
		urbana	não	isolada	ext.	pov	– núc	outros	exclusive	
		urbaniz.	urbaniz.		urbana					
Agricultura		4.335.323	163.203	61.193	77.402	865.258	2.822	206	11.866.698	17.372.105
Indústria		12.043.841	115.844	104.197	103.517	221.385	6.208	412	1.209.557	13.804.961
Serviços	Total	35.681.446	237.985	210.652	360.267	541.968	3.952	2.057	2.116.529	39.154.856
	Comércio Mercadorias	8.910.889	58.227	61.270	82.053	117.645	0	0	388.290	9.618.374
	Prestação de Serviços	12.380.674	93.759	93.299	124.947	199.077	1.129	1.233	955.315	13.849.433
	Serviços auxiliares	2.639.814	9.151	9.125	23.243	17.989	0	412	82.809	2.782.543
	Transp. e comunicações	2.589.249	15.870	13.163	25.977	43.703	1.693	0	125.524	2.815.179
	Social	6.119.343	39.036	20.140	75.216	117.528	1.130	412	401.275	6.774.080
	Administração Pública	3.041.477	21.942	13.655	28.831	46.026	0	0	163.316	3.315.247
Outras Atividades		1.270.168	10.294	3.914	16.664	6.008	564	824	35.861	1.344.297
Total Geral		53.330.778	527.326	379.956	557.850	1.634.619	13.546	3.499	15.228.645	71.676.219

Fonte: PNAD 1999

Tabela 8: Pessoas Ocupadas nos setores de atividades segundo os tipos de área – Brasil, 2001.

Setor de Atividade		Área urbana	Urbana	- Urbana	Rural	- Rural	- Rural	rural	- Rural	- TOTAL
		urbaniz.	não urb.	isolada	ext. urb	pov	- núc	outros	exclusive	
Agricultura		4.377.893	71.324	36.937	17.941	557.351	0	21.184	10.451.597	15.534.227
Indústria		13.727.587	163.762	81.317	91.094	132.881	0	610	868.668	15.065.919
Serviços	Total	40.789.342	265.452	214.466	203.291	345.156	0	7.077	1.692.104	43.516.888
	Comércio Mercadorias	10.227.223	63.873	54.283	48.280	70.364	0	2.383	318.344	10.784.750
	Prestação de Serviços	14.119.746	107.855	88.672	91.566	131.238	0	3.906	691.074	15.234.057
	Serviços auxiliares	3.150.307	13.287	9.639	7.621	10.589	0	394	77.133	3.268.970
	Transp. e comunicações	2.974.829	22.840	15.270	21.125	24.929	0	197	108.623	3.167.813
	Social	6.898.614	35.031	28.030	25.320	71.215	0	197	367.567	7.425.974
	Administração Pública	3.418.623	22.566	18.572	9.379	36.821	0	0	129.363	3.635.324
Outras Atividades		1.300.494	3.977	5.789	3.917	4.313	0	0	22.648	1.341.138
Total Geral		60.195.316	504.515	338.509	316.243	1039.701	0	28.871	13.035.017	75.458.172

Fonte: PNAD 2001

Tabela 9: Pessoas Ocupadas nos setores de atividades segundo a área – Brasil, 2001.

		Urbano	Rural	Total
Agricultura		4.486.154	11.048.073	15.534.227
Indústria		13.972.666	1.093.253	15.065.919
Serviços	Total	41.269.260	2.247.628	43.516.888
	Comércio Mercadorias	10.345.379	439.371	10.784.750
	Prestação de Serviços	14.316.273	917.784	15.234.057
	Serviços auxiliares	3.173.233	95.737	3.268.970
	Transp. comunicações	3.012.939	154.874	3.167.813
	Social	6.961.675	464.299	7.425.974
	Administração Pública	3.459.761	175.563	3.635.324
Outras Ativid.		1.310.260	30.878	1.341.138
	TOTAL	61.038.340	14.419.832	75.458.172

Fonte: PNAD 2001

Curvas de concentração (Brasil)

CURVCONC.—AG/IND/SERV—BRASIL—92

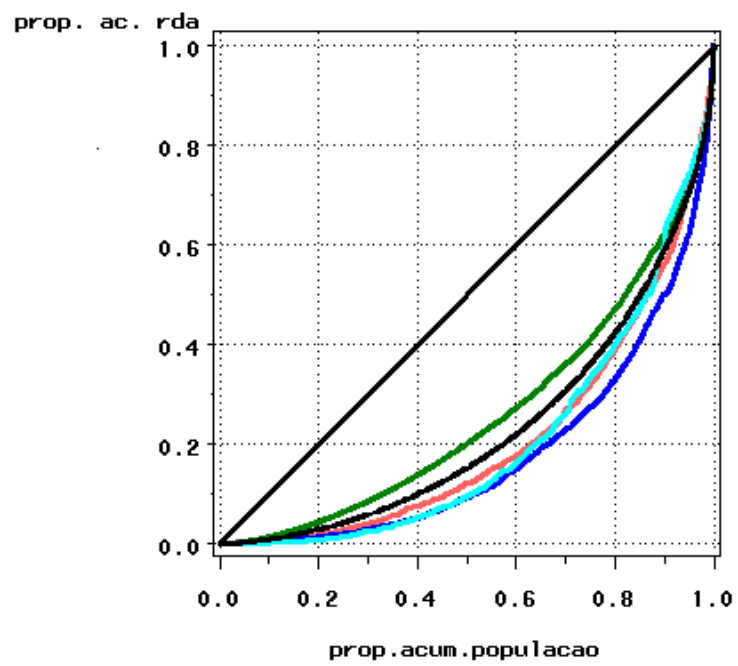


GRÁFICO 9: CURVAS DE CONC.—BRASIL RURAL—1998

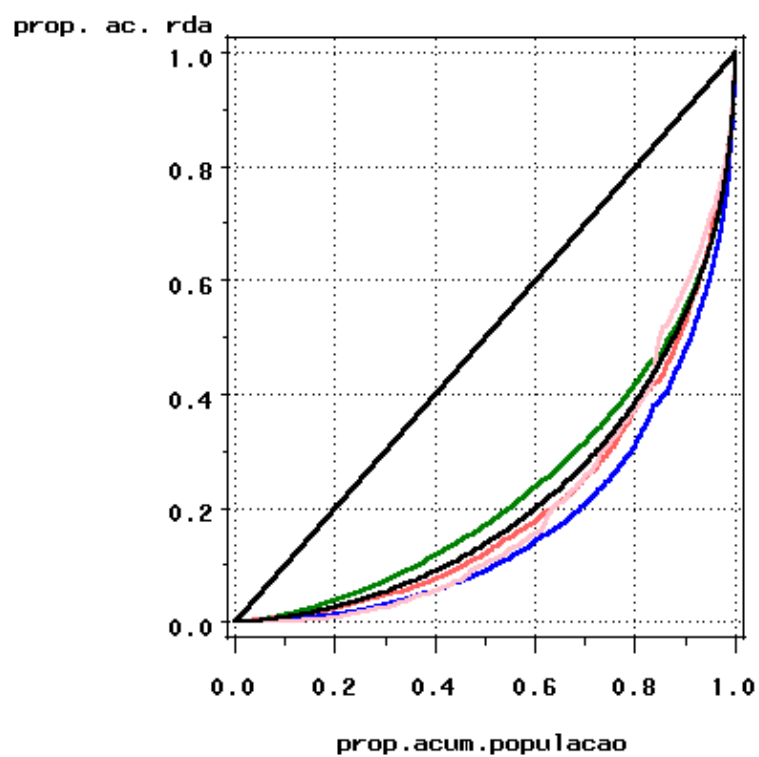
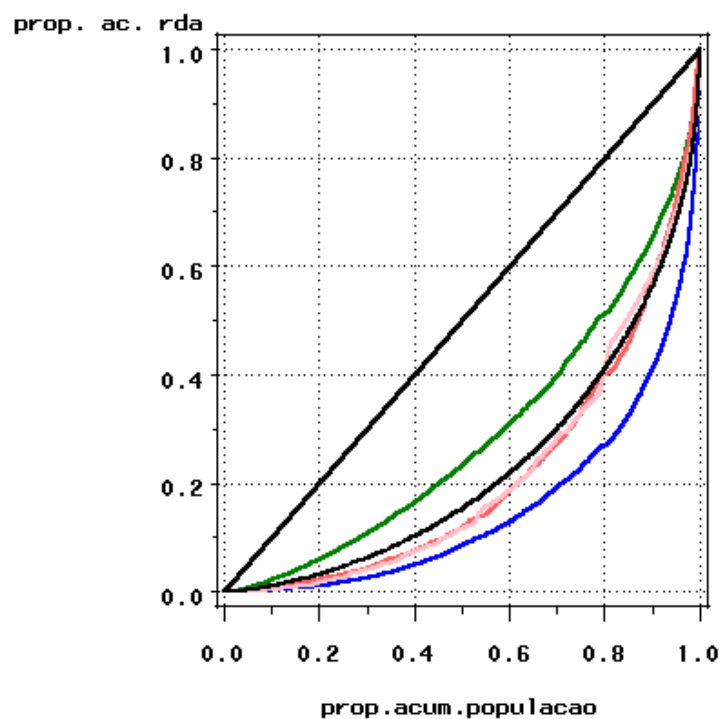


GRÁFICO 11: CURVAS DE CONC.—BRASIL RURAL—1998



Curvas de Concentração (São Paulo)

CURVCONC.—AG/IND/SERV— SÃO PAULO RURAL - 1992

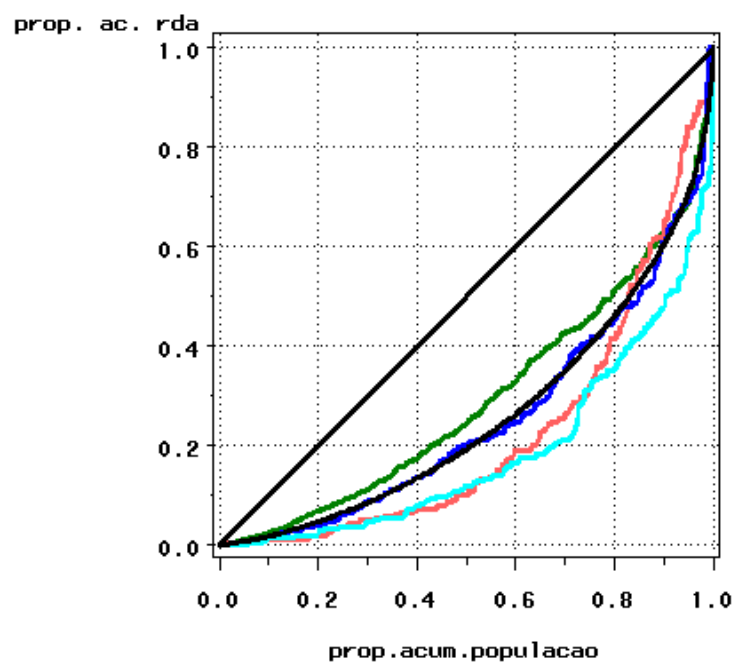


Gráfico 14

GRÁFICO 15: CURVAS DE CONC. SÃO PAULO RURAL - 1993

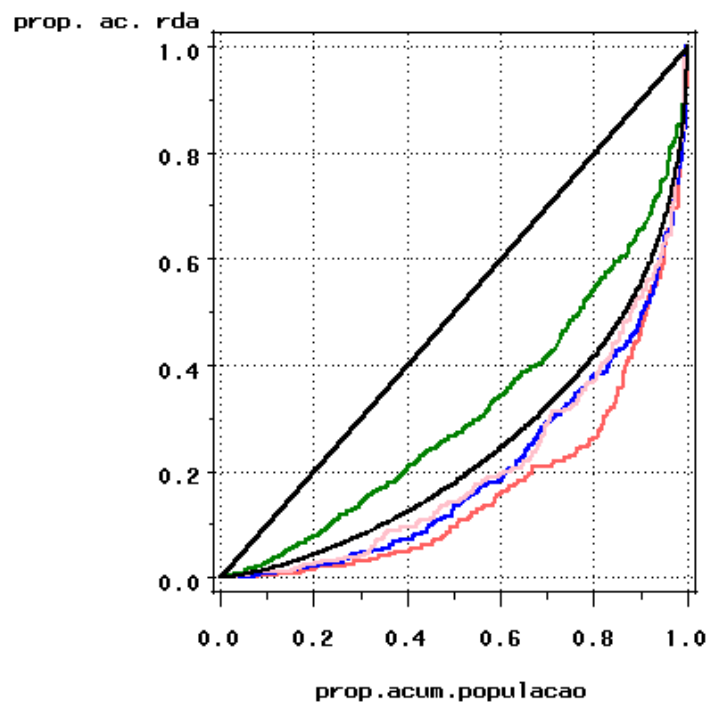
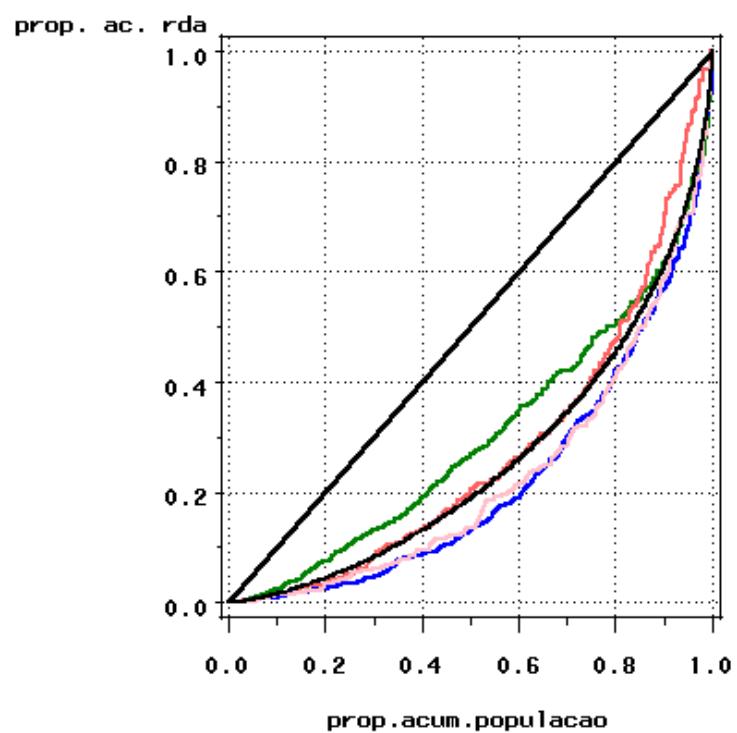


GRÁFICO 17: CURVAS DE CONC. SÃO PAULO RURAL - 1998



ÍNDICE DE TABELAS DO TEXTO:

TABELA 1- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS CONFORME SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO A ÁREA, E ÍNDICE REFERENTE À VARIAÇÃO DESTA PARTICIPAÇÃO NO PERÍODO 1992-1999, BRASIL.....	37
TABELA 2: COMPOSIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS CONFORME A OCUPAÇÃO QUE A PESSOA EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 1999....	42
TABELA 3: COMPOSIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS CONFORME A OCUPAÇÃO QUE A PESSOA EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 2001....	43
TABELA 4 COMPOSIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS CONFORME AS ATIVIDADES PRINCIPAIS DO EMPREENDIMENTO EM QUE A PESSOA TRABALHAVA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 1999.....	44
TABELA 5 COMPOSIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS CONFORME AS ATIVIDADES PRINCIPAIS DO EMPREENDIMENTO EM QUE A PESSOA TRABALHAVA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 2001.....	44
TABELA 6. NÚMEROS-ÍNDICE DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO TIPOS DE ÁREA BRASIL, 1992/1996/1999/2001 ANO-BASE: 1992.....	49
TABELA 7: PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO A ÁREA - BRASIL, 2001.	53
TABELA 8. MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA CONFORME SETORES DE ATIVIDADE EM VÁRIOS TIPOS DE ÁREA.....	56
TABELA. 9 COMPOSIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NOS RAMOS DE ATIVIDADES SEGUNDO O TIPO DE ÁREA 1999.	60
TABELA 10 COMPOSIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NOS RAMOS DE ATIVIDADES SEGUNDO O TIPO DE ÁREA 2001	62
TABELA 11 ÍNDICE DE GINI, RAZÕES DE CONCENTRAÇÃO (C) DE CADA COMPONENTE E PARTICIPAÇÃO (ϕ) DE CADA COMPONENTE NO TOTAL PARA O BRASIL RURAL.....	68
TABELA 12 ÍNDICE DE GINI, RAZÕES DE CONCENTRAÇÃO (C) DE CADA COMPONENTE E PARTICIPAÇÃO (ϕ) DE CADA COMPONENTE NO TOTAL. SÃO PAULO RURAL	74
TABELA 13 ÍNDICE DE GINI, RAZÕES DE CONCENTRAÇÃO (C) DE CADA COMPONENTE E PARTICIPAÇÃO (ϕ) DE CADA COMPONENTE NO TOTAL.....	76
TABELA 14 ÍNDICE DE GINI, RAZÕES DE CONCENTRAÇÃO (C) DE CADA COMPONENTE E PARTICIPAÇÃO (ϕ) DE CADA COMPONENTE NO TOTAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, SERVIÇOS (SUBSETORES DO SETOR DE SERVIÇOS) E OUTRAS ATIVIDADES.....	76

ÍNDICE DE TABELAS DO ANEXO:

TABELA 1. PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO OS TIPOS DE ÁREA – BRASIL,.....	85
1996.....	85
TABELA 2. PESSOAS OCUPADAS CONFORME A OCUPAÇÃO QUE A PESSOA EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 1999.	86
TABELA 3. PESSOAS OCUPADAS CONFORME A OCUPAÇÃO QUE A PESSOA EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 2001.	86
TABELA 4. ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO EM QUE A PESSOA TRABALHAVA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 1999.	87
TABELA 5. ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO EM QUE A PESSOA TRABALHAVA NA SEMANA DE REFERÊNCIA PARA ATIVIDADES SELECIONADAS. BRASIL, 2001	87
TABELA 6: PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO OS TIPOS DE ÁREA - BRASIL,.....	88
1992.....	88
TABELA 7: PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO OS TIPOS DE ÁREA - BRASIL,.....	88
1999.....	88
TABELA 8: PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO OS TIPOS DE ÁREA – BRASIL, 2001. .	89
TABELA 9: PESSOAS OCUPADAS NOS SETORES DE ATIVIDADES SEGUNDO A ÁREA – BRASIL, 2001.....	89